



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIV - Nº 811 - MAI/JUN/JUL/AGO DE 2008

AMAZÔNIA: DESAFIOS E AMEAÇAS

**PROJETO AMAZÔNIA:
ESBOÇO DE UMA PROPOSTA**

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

**BÔERES: A GUERRA
DO FIM DO MUNDO**
(segunda parte – conclusão)

CÉSAR AUGUSTO NICODEMUS DE SOUZA

**REAFIRMANDO A OPERACIONALIDADE
DA FORÇA TERRESTRE: CENÁRIOS**

CARLOS ALBERTO PINTO SILVA

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320870

v.94, n.811, maio/jun./jul./ago. 2008 BFD

EDITORIAL

A Defesa Nacional oferece a seus assinantes e leitores, neste número, assuntos que têm sido objeto de estudo e de discussão nas esferas política, acadêmica e militar nesses últimos meses: Amazônia brasileira, as relações entre militares e civis, a Defesa e a operacionalidade do Exército Brasileiro.

É um convite à participação nesses debates.

Além de um projeto para a Amazônia brasileira, proposto pelo Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, dispõe também de artigos que contemplam outros assuntos citados e a parte final do excelente estudo de história militar realizado pelo General César Augusto Nicodemus de Souza sobre a Guerra dos Bôeres.

A cultura militar precisa da colaboração dos estudiosos e dos pesquisadores das coisas castrenses por meio de seus artigos e ensaios, de trabalhos acadêmicos e científicos, enfim, de seus pensamentos traduzidos em texto, para que, mais do que permitir o registro, possibilitar a difusão e a exposição ao debate.

A Defesa Nacional é um veículo de registro e de difusão, reconhecido e citado mundialmente. Ela espera sua contribuição e participação, a fim de continuar cumprindo o papel idealizado por seus fundadores.

SUMÁRIO

AMAZÔNIA (COLETÂNEA)

Projeto Amazônia: esboço de uma proposta	3
<i>Roberto Mangabeira Unger</i>	
O desafio da Amazônia	13
<i>Mario Cesar Flores</i>	
Amazônia: de quem é?	15
<i>Paulo Nogueira Batista Jr.</i>	
O conflito em Roraima	16
<i>Mauro Santayana</i>	
Os militares e as fronteiras	18
<i>Mauro Santayana</i>	
Os índios e nossas fronteiras	19
<i>Rubens Ricupero</i>	
Vulnerabilidades da legislação na questão indígena	20
<i>Ernesto Caruso</i>	
Enclaves na fronteira	22
<i>Ernesto Caruso</i>	
A ameaça de balcanização do Brasil	25
<i>Marcos Coimbra</i>	
Entrevista com o governador de Roraima	27
<i>Leonel Rocha</i>	
A questão indígena e a soberania nacional	30
<i>Carlos Alberto Pinto Silva</i>	

OS MILITARES E A SOCIEDADE CIVIL	37
<i>Oliveiros S. Ferreira</i>	

BÔERES: A GUERRA DO FIM DO MUNDO (SEGUNDA PARTE – CONCLUSÃO)	45
<i>César Augusto Nicodemus de Souza</i>	

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO	57
<i>Tiago Alexandre Maurício</i>	

REPENSANDO A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE – CENÁRIOS	70
<i>Carlos Alberto Pinto Silva</i>	

A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA	74
<i>Da coletânea Reflexões sobre a evolução da Força Terrestre brasileira, do COTER</i>	

ÍNDICE REMISSIVO	86
-------------------------------	-----------

Amazônia

NR. A Defesa Nacional reuniu alguns artigos sobre a Amazônia Brasileira, a fim de fornecer a seus leitores uma idéia sobre o problema que envolve preceitos constitucionais, conceitos relativos à soberania, à integridade territorial e à prática do sistema federativo, além do conflito étnico e social provocado pela legislação e pelas políticas indigenistas e fundiárias em vigor.

Projeto Amazônia: esboço de uma proposta

*Roberto Mangabeira Unger**

A tarefa

Essa é uma proposta para fazer do soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira metade do século XXI. Transformando a Amazônia, o Brasil se transformará. Aqui esboço, a título provisório e para provocar discussão, possíveis diretrizes dessa proposta. Apresento visão dos problemas e das oportunidades com que se defronta o País, hoje, na Amazônia. E sugiro, a partir dessa análise, algumas grandes linhas de estratégias específicas para as diferentes partes da Amazônia.

A premissa da proposta é que, na Amazônia, o Brasil pode-se revelar ao Brasil. O bioma amazônico representa, pelo menos, um terço de nosso território nacional. Atrai a atenção do Mundo todo por ser, de longe, a maior selva úmida do Planeta; por estar ligada, como vítima e como solução, ao debate mundial a respeito de mudança de clima; por ser a maior reserva de biodiversidade do Planeta e por conter cerca de 20% da água doce da Terra.



Hoje, a discussão do destino da Amazônia serve como alavanca de pressão do Mundo sobre o Brasil. Pode, porém, tornar-se oportuna para nos abrir espaço no Mundo. Para isso, precisamos mostrar como, ao reafirmar nossa soberania na Amazônia, podemos fazê-lo a serviço não só do Brasil, mas também da humanidade. Uma iniciativa nacional a respeito da Amazônia é capaz de esclarecer e de comover o País. Presta-se a uma narrativa de libertação nacional. No século XIX, completamos a ocupação do litoral. No século XX, avançamos para o centro-oeste. No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia. O espírito da empreitada deve ser o de definir a Amazônia como vanguarda, não como retaguarda.

*Da Imprensa, por correio eletrônico.

*O autor é Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

As soluções para os problemas da região terão de ser inovadoras; não serão fáceis de extrair do repertório de políticas públicas convencionais nem de situar no espectro das posições ideológicas conhecidas. E podem servir para abrir caminho para toda a nação.

O problema

O ponto de partida é enfrentar o problema central. Há hoje desnível perigoso entre o fervor do ambientalismo, que toma a Amazônia como tema predileto, e o relativo primitivismo das idéias econômicas disponíveis a respeito da ocupação desta. No espaço deixado por esse descompasso, proliferam no País duas idéias inadequadas a respeito do futuro da Amazônia.

De acordo com a primeira, a Amazônia deve virar parque para o benefício e o deleite da humanidade. As únicas atividades produtivas a tolerar nela seriam as iniciativas extrativas rudimentares. Dessa regra, estaria eximido apenas tudo o que puder se produzir em cidades rigidamente separadas da selva circundante.

De acordo com a segunda idéia, a Amazônia deve ser dividida entre grandes reservas florestais, fechadas a quase toda a atividade econômica, e áreas, também grandes, em que a floresta cede lugar a atividades produtivas. Atividades que implicam desmatamento, como a pecuária extensiva e o plantio de soja. Não há como ou por que resistir às forças do mercado.

Se o Brasil for obrigado a escolher, na Amazônia, como em qualquer outra de suas grandes regiões, entre desenvolvimento e preservação da natureza, escolherá desenvolvimento. É, porém, escolha inaceitável e desnecessária. Temos condições de construir na Amazônia o que nos países ricos de hoje tanto se fala e quase nunca se pratica: um modelo

de desenvolvimento que ao mesmo tempo utilize e preserve a natureza. Para isso, porém, é preciso imaginar e ousar.

O eixo

O eixo da solução necessária é um projeto de zoneamento econômico e ecológico que possibilite a formulação de estratégias econômicas distintas para as diferentes partes da Amazônia. Desconsideremos, para essa finalidade, as diferenças conceituais entre “zonas” e outras divisões geográficas. Há muito que se reconhece a importância de tal zoneamento. Em grande parte da Amazônia, ainda não se traduziu o princípio em realidade. É que zoneamento econômico e ecológico não representa exercício de cartografia. Significa tradução espacial de um pensamento econômico. É esse pensamento que tem faltado — na forma e no grau requeridos — à Amazônia e ao Brasil.

Zoneamento econômico e ecológico é simplesmente uma maneira de decidir o que pode — e deve — ser produzido onde. Não se confunde com a pretensão de planejar atividades produtivas determinadas e de designá-las como adequadas ou inadequadas para certas regiões. Estabelece os limites do que pode e não pode ocorrer em cada área zoneada. Daí, ser a contrapartida ao zoneamento econômico e ecológico um conjunto de estratégias econômicas — e de idéias institucionais que as acompanhem — para cada um dos territórios classificados pelo zoneamento. O pressuposto prático mais importante do zoneamento econômico e ecológico é a solução dos problemas fundiários em toda a Amazônia. Há muito pouco que se pode fazer enquanto a titularidade da terra — ou a legitimidade de sua posse — continuar em dúvida.

A partir do eixo representado pelo zoneamento econômico e ecológico, é possível começar a formular um projeto econômico para a Amazônia em duas grandes vertentes: para a Amazônia já desmatada e para as grandes cidades, onde se concentram, ainda mais do que em outras regiões do País, a maior parte da população, e para a Amazônia onde a mata permanece em pé.

A Amazônia sem mata: novo modelo econômico

Na Amazônia já desmatada — grande parte dela na fronteira oriental e meridional da selva —, a melhor solução não é tentar reverter o desmatamento e restringir às cidades toda a atividade não florestal, mas também não é coonestar a entrega dessas áreas a atividades econômicas ao mesmo tempo depredadoras e ineficientes, como a pecuária extensiva — a maior inimiga da mata na Amazônia. A solução é aproveitar esse espaço para inovar, construindo na agricultura, na pequena indústria e nos serviços um modelo econômico que não repita os erros do passado brasileiro. Três características devem pautá-lo.

O primeiro traço é coordenação estratégica entre os governos e a iniciativa privada, sobretudo os empreendimentos dos pequenos produtores, livres de quaisquer constrangimentos de preconceito ideológico. Uma das áreas mais importantes para efetivar essa orientação é a agricultura familiar. Deve ela integrar-se, quando conveniente, com a pecuária intensiva e apoiar-se em um sistema de seguro de renda e de garantia de preço — indispensável à estabilidade da agricultura familiar. É sistema que ainda não conseguimos generalizar no País.

O segundo atributo é o estímulo do Governo às práticas de “concorrência cooperativa” entre os pequenos produtores; práticas por meio das quais possam esses produtores competir e cooperar ao mesmo tempo e ganhar, por meio da cooperação, acesso a economias de escala. É princípio que se pode aplicar em todos os setores da economia, inclusive em empreendimentos tecnologicamente avançados, como demonstra a experiência de algumas das economias regionais mais vanguardistas da Europa.

O terceiro distintivo é o esforço para estabelecer vínculos diretos entre as vanguardas e as retaguardas da produção. Indústrias de ponta “pós-fordistas” podem produzir, de maneira não padronizada, máquinas e insumos que a retaguarda de empreendimentos menores e mais atrasados consiga usar. O objetivo é pular a etapa do modelo industrial paulista, organizado em meados do século XX, em torno de um “fordismo” já tardio: a produção em grande escala de bens padronizados, por meio de maquinaria e processos produtivos rígidos, hierarquias e especializações definidas e mão-de-obra semiqualiificada. A idéia é simples e fundamental: aproveitar o espaço da Amazônia já desmatada para fazer diferente do que se fez até agora na organização da economia brasileira.

A Amazônia sem mata: a Zona Franca de Manaus

As duas principais atividades econômicas na Amazônia, hoje, são a mineração, no Pará, e a Zona Franca, em Manaus. Esta apresenta uma realidade desconhecida e, portanto, também um potencial desconhecido pelos brasileiros: potencial em si mesma e potencial como exemplo para iniciativas análogas em outras partes da região.

Ao contrário do que se supõe, a Zona Franca não se compõe em sua maior parte de meras maquiladoras: indústrias que apenas montam passivamente bens cujos componentes são fabricados no estrangeiro. Pelo contrário, ela serve de palco para espectro amplo de experimentos industriais que combinam, em graus variados, fabricação vertical, montagem e inovação. Lá, se encontra muito de industrialmente primitivo ao lado de bastante de industrial avançado.

Todas as características do modelo econômico alternativo, enumeradas anteriormente, lá teriam a melhor oportunidade para desenvolver-se. Os governos da União e do Amazonas já estão engajados, por meio do próprio estabelecimento da Zona Franca, nos incentivos que a possibilitam e de políticas que estimulam a substituição das atividades de montagem por atividades de transformação. As práticas de “concorrência cooperativa” se desenvolveriam com naturalidade e com proveito no ambiente de um parque industrial. Falta ainda construir e estreitar vínculos diretos, na Zona Franca, entre empresas mais e menos avançadas, dentro das mesmas cadeias produtivas.

A questão central é se a Zona Franca deve ser entendida apenas como entreposto dependente do favor fiscal e montador de produtos padronizados ou se deve ser compreendida, também, e sobretudo, como laboratório de práticas e de empreendimentos inovadores. Como laboratório, estaria livre de alguns dos entraves que a produção enfrenta Brasil afora. E poderia acelerar empreendimentos de significado exemplar.

Parece razoável supor que a Zona Franca não é, intrinsecamente, nem a primeira nem a segunda dessas realidades. O interesse da Amazônia e do Brasil, porém, é assegurar que a segunda realidade prevaleça sobre a primeira. E

formar os quadros que ela exige. Se prevalecer a segunda realidade, o enclave representado pela Zona Franca, em Manaus, deve ser reproduzido em moldes semelhantes ainda que em escala menor em outras cidades da Amazônia.

A Amazônia com mata: o manejo controlado e sustentável da floresta

Na maior parte da Amazônia — a Amazônia com mata —, o objetivo deve ser organizar o manejo controlado e sustentável da floresta. Manejo que use a floresta, mas que também a preserve, por meio de uso escalonado ou rotativo e por replantio constante das árvores. Há imenso potencial. É baixa a eficiência de nossa indústria florestal quando comparada com a das grandes nações de florestas temperadas. As causas dessa situação não estão na natureza; estão em nossas limitações tecnológicas, econômicas e institucionais. O manejo controlado e sustentável da floresta tem pressuposto nacional e internacional.

O pressuposto nacional é que os regimes tributário e regulatório façam a floresta em pé valer mais do que a floresta derrubada. Enquanto valer mais derrubada, derrubada será. Tanto o regime tributário quanto o marco regulatório devem tratar com dois pesos e com duas medidas as atividades econômicas que depredam a floresta e as que a preservam.

O pressuposto internacional é que saibamos aproveitar ou construir os instrumentos para assegurar que o Mundo arque com parte dos custos de benefícios dos quais se aproveitarão toda a humanidade, mas que, na falta de tais instrumentos, só nós teríamos de custear. Trata-se de fazer compartilhar aquilo que os economistas chamam “externalidades positivas”.

Já existe ao menos um mecanismo — o do referente aos “créditos de carbono” — estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. Faltam, de nossa parte, as medidas necessárias para credenciar nossa selva úmida aos benefícios ali previstos. Não há, porém, por que nos atermos a essa única fórmula. Há outras maneiras — inclusive por acertos bilaterais — para se conseguir participação estrangeira no financiamento, mesmo a fundo perdido, de iniciativas preservacionistas nossas. Iniciativas que são reivindicadas hoje por muitos governos estrangeiros e por organismos internacionais.

Atendidos esses pressupostos — o nacional e internacional —, há três grandes problemas a resolver para que se possa organizar, na Amazônia brasileira, o manejo controlado e sustentável da floresta: o primeiro, tecnológico; o segundo, técnico; o terceiro, institucional.

O problema tecnológico é a falta de instrumental adequado para o aproveitamento de florestas com as características da nossa. A tecnologia à disposição no Mundo para o aproveitamento florestal evoluiu para trabalhar com as florestas temperadas — muito menos ricas e muito mais homogêneas do que a nossa. Disponível está uma tecnologia que se adapte às florestas da Finlândia muito mais do que às do Brasil.

Não convém aguardar que o mercado mundial providencie, em algum momento longínquo do futuro, a necessária resposta tecnológica. Tratemos nós de fazer fabricar o que precisamos. Pode ser por acerto do governo, via BNDES, com grandes empresas privadas brasileiras do setor de bens de capital, por ação direta daquele. Pode o governo fundar e capitalizar, no regime de mercado, sem monopólio ou oligopólio e com gestão profissional independente, empreendimento destinado a inventar e a fa-

bricar a melhor tecnologia para nós. Poderia, logo que possível, ser vendido a investidores privados, mas sempre por preço de mercado ou em troca de participação acionária nos empreendimentos privados subseqüentes, como faria um *venture capitalist*.

O problema técnico é a necessidade de se organizar a prestação de serviços ambientais. Estes incluem todo o monitoramento do manejo da floresta. Não se limitam, porém, a vigiar as florestas, dentro e fora das reservas ecológicas; implicam, também e, sobretudo, orientar todas as atividades econômicas ligadas à selva, desde o simples extrativismo até as iniciativas mais avançadas (ver adiante) que se desenvolveram ao redor da produção florestal controlada e sustentável.

Trata-se, portanto, de verdadeiro extensionismo tecnológico. Como tal, precisa ser organizado como responsabilidade do Serviço Público Federal, a partir do Serviço Florestal, em colaboração com os governos dos estados e dos municípios da Amazônia. Teremos de formular critérios para distinguir entre os serviços florestais remunerados pelos agentes privados e os serviços florestais prestados gratuitamente.

A verdadeira dificuldade na solução desse problema técnico nada tem de técnico. Reside em dificuldade de âmbito maior, que guarda relação com outros aspectos desse Projeto Amazônia, sobretudo com o lançamento das atividades produtivas experimentais e vanguardistas, aventadas adiante nesse texto. Para que se possam disponibilizar, na dimensão necessária, serviços ambientais, é preciso que quadros altamente qualificados disponham-se a residir fora de grandes cidades. Em todo o Mundo, pessoas de qualificação elevada querem morar em centros urbanos. Uma das razões mais importantes é que só em cidades, principalmente nas grandes,

é que se prestam serviços de alta qualidade. Ninguém no mundo descobriu como prestar serviços de alta qualidade à população rarefeita, distribuída ao largo de vasto território. Esse é, entretanto, apenas um dos muitos resultados a conseguir para que se possa inaugurar, na Amazônia, o manejo controlado e sustentável da floresta.

O problema institucional — e jurídico — é a organização de alternativas aos regimes jurídicos tradicionais de controle público e de propriedade privada. O ponto de partida é entender o que já acontece em outras grandes nações florestais. Em muitas delas desponta, como regime jurídico incipiente para o manejo controlado e sustentável das florestas, a gestão comunitária. O Estado continua a deter a titularidade de última instância. Transfere, porém, a posse e o usufruto para comunidades organizadas.

Seria esse um modelo de produção, marcado pelos mesmos traços do modelo econômico que antes advoguei para a Amazônia sem mata: coordenação estratégica entre o poder público e a iniciativa privada; concorrência cooperativa entre os pequenos produtores e vínculo direto entre as vanguardas e as retaguardas da produção — aquelas a produzir máquinas e insumos que estas consigam usar. A gestão comunitária coexistiria com a atuação de grandes empresas madeireiras, tipicamente trabalhando por meio de concessões duradouras de florestas que continuariam sob o domínio do Estado.

Ocorre que a gestão comunitária continua, em todo o Mundo, a ser realidade nascente, sem ordenamento jurídico. Ainda não se cristalizou em regime jurídico de propriedade social, distinta das formas tradicionais de propriedade privada e de propriedade pública. Essa falta de articulação jurídica não representa apenas problema; constitui também oportunidade. A democra-

tização da economia de mercado exige a multiplicação de formas alternativas de propriedade privada e social, que passariam a coexistir, experimentalmente, dentro da mesma economia de mercado. A organização jurídica da gestão comunitária das florestas na Amazônia pode servir como primeiro passo.

Não se viabilizará sem ajuda do Estado — técnica e financeira. Daí, mais uma vez, a necessidade de se organizar coordenação estratégica descentralizada entre o poder público e a iniciativa privada, estimular as práticas de concorrência cooperativa entre os pequenos produtores — agentes presuntivos da gestão comunitária das florestas — e provocar a vinculação direta das vanguardas e retaguardas da indústria florestal: empresas que produzam a tecnologia nova, apropriada ao cultivo das florestas tropicais e que as disponibilizem aos empreendimentos emergentes da gestão comunitária.

A Amazônia com mata: o caminho futuro

Ao mesmo tempo em que organizarmos para já o manejo controlado e sustentável da floresta, precisamos abrir caminho para o futuro. Na maneira de coordenar as iniciativas de agora com as possibilidades do futuro, devemos fazer o que faria qualquer grande empresa interessada em inovar: construir, ao lado do negócio estabelecido, uma periferia de empreendimentos experimentais. Com isso, revelariam-se, experimentalmente, novas oportunidades produtivas sem colocarem em risco o negócio constituído.

Há duas atividades que se apresentam, na perspectiva de hoje, como candidatas prioritárias a esse papel vanguardista. A primeira é o aproveitamento tecnológico — sobretudo farmacológico — da biodiversidade. A selva

úmida constitui-se em laboratório natural: vasta cadeia de variantes e de analogias químicas, cujo potencial quer para aproveitar-se diretamente, quer para pautar a invenção de equivalentes sintéticas, permanece quase inteiramente desconhecido. A mobilização desse potencial exige, em alto grau, aquilo que nossa indústria principiante de fármacos e de medicamentos ainda não se preparou para fazer: pesquisa radical. Por isso mesmo, é provável que essa atividade não avance em qualquer futuro próximo sem a presença forte do Estado.

A segunda atividade é a mobilização do potencial energético latente nas árvores — na celulose e na lignina. Está ainda longe de ser economicamente eficiente a mobilização desse potencial por hidrólise. A tese de alguns é que, em determinado momento do futuro próximo, será eficiente, pelo menos, se investirmos no desenvolvimento da tecnologia necessária. O resultado seria transformar toda a Amazônia com selva em vasto manancial de energia renovável. De acordo com a lógica do uso controlado e sustentável da floresta, a utilização rotativa das árvores seria sempre compensada por replantio equivalente.

Segundo essa tese, o lugar da madeira na história da humanidade é conto em quatro capítulos; o quarto ainda não foi escrito. O primeiro foi a madeira como fonte de energia — fogo. O segundo, a madeira como material de construção — prédios, navios e móveis. O terceiro, a madeira como fibra — papel e celulose. O quarto capítulo — ainda não escrito — é o da volta ao papel da madeira como fonte de energia.

Diante das possibilidades oferecidas por essas duas atividades de vanguarda, ou por outras igualmente desbravadoras, devemos nos precaver contra qualquer dogmatismo, seja oti-

mista, seja pessimista. Não somos nós que podemos escolher “os setores portadores de futuro”. Quem os escolhe é o futuro. O objetivo prioritário não deve ser fazer com que o Governo Federal e os governos locais apostem em algumas possibilidades contra outras. Deve ser organizar processos, práticas e instituições que encarnem o impulso experimentalista. O importante é que tais arranjos não se deixem atrelar a “curto-prazismo” mercantil, incompatível com a natureza inovadora de tais empreitadas.

Há ponte natural entre o manejo controlado e sustentável das florestas e as atividades produtivas de vanguarda, como as consideradas aqui: a prestação dos serviços ambientais, que tanto aquele como estas exigem e que demandam a solução anterior de problemas, como o dos atrativos que se possam oferecer a quadros qualificados, dispostos a morar e a trabalhar distantes das grandes cidades.

Em um conjunto de problemas correlatos, definidas as duas grandes vertentes de um Projeto Amazônia, ganha novas cores uma série de problemas correlatos: a rede de transportes, a matriz energética, o uso das águas para irrigar áreas secas do País, o futuro da mineração e o destino dos indígenas e de suas reservas. Trato sumariamente de cada um desses temas para marcar-lhe o lugar dentro da iniciativa maior.

Transporte

Na Amazônia, precisamos inovar no modelo brasileiro de transporte. Aqui, como em outras partes desse projeto, a inovação local poderá ter valor exemplar para a Nação. Nossa tradição de transporte confia tudo à rodovia, a menos eficiente das vias logísticas, e pouco ou nada à ferrovia ou à hidrovia. Em regra geral no mundo

altamente variável, de acordo com circunstâncias geográficas, demográficas e econômicas, é ser a hidrovia duas vezes mais eficiente do que ferrovia e esta, duas vezes mais do que rodovia.

Hoje, a primeira prioridade da agricultura brasileira é o escoamento dos grãos do Centro-Oeste, especialmente pelo norte, para o Porto de Itaqui, no Maranhão. Exportar a soja do Mato Grosso, por Itaqui, em vez de exportá-la por Santos, significa, por exemplo, economizar cinco dias de caminho para Rotterdam, ou pelo Canal do Panamá, para Xangai. Em princípio, a melhor solução é combinação de rodovia, hidrovia — Rio Madeira e afluentes — e ferrovia.

O que se aplica ao traslado do produto do Centro-Oeste aplica-se, também, à solução dos problemas logísticos internos da Amazônia. O novo modelo de transporte multimodal na Amazônia serviria de cunha para começar a mudar o paradigma de transporte em todo o País.

A instabilidade das águas da Amazônia limita a viabilidade das hidrovias, mas não a elimina. A ferrovia, além de não sofrer dessa instabilidade, é superior à rodovia, não só em eficiência de custo, mas também em limitação de impacto ambiental, sobretudo quando cercada de margens de reserva. Essa instabilidade das bacias hidrográficas é mais uma razão para insistir em rede de vias complementares, como duplicação de formas de acesso, para efeitos de segurança. E a necessidade de ampliá-las ao Pacífico e ao Caribe abre oportunidade para aprofundar a dimensão sul-americana de nossa proposta para a Amazônia.

Matriz energética

A base da matriz energética da Amazônia, pelo menos até que se consolidem outras alternativas, como a mobilização da energia latente nas árvores, é a combinação de hidroeletricidade

como elemento principal, e de gás natural, importado de estados fronteiriços, sobretudo da Bolívia, como elemento acessório.

Seria contra-senso que uma das regiões de maior potencial hidrelétrico do Mundo se privasse de desenvolvê-lo. Nem a dificuldade técnica apresentada pelo pouco declive dos rios, nem o risco real de prejuízo ao meio-ambiente são razões para parar. São, sim, razões para inovar em tecnologias e técnicas que enfrentem aquela dificuldade e que mitiguem esse risco. Não existe energia mais limpa ou mais renovável do que a hidroeletricidade.

É verdade que os dois problemas exacerbam-se reciprocamente. O baixo declive dos rios fortalece a razão para aumentar as áreas de inundação, o que, por sua vez, agrava o prejuízo ambiental. Parte da solução reside em construir barragens — com eclusas — menores e mais numerosas, com as novas tecnologias que facilitam esse estilo de construção. Outra parte da solução está em entender que as barragens podem atuar como palcos para experimentar novas formas de associação produtiva entre o Estado e os pequenos produtores em uma estratégia de desenvolvimento local. Não são apenas obras de engenharia; são projetos sociais. Foi assim que funcionaram em meados do século XX, nos Estados Unidos, por exemplo. E é assim que devem funcionar agora entre nós.

Água da Amazônia para o semi-árido

O bioma amazônico está ao lado do semi-árido nordestino. Em uma região, sobra água inutilmente; em outra, falta calamitosamente. O ingênuo indagará: por que não transportar de onde tem para onde falta? E o técnico responderá: porque não há como transportar ao preço que alguém se disponha a pagar. A razão, porém, acabará por assistir ao ingênuo, não ao técnico.

nico. O custo do transporte de água é relativo às tecnologias disponíveis para transportá-la.

Representa problema análogo à falta de tecnologia apropriada ao aproveitamento das nossas florestas heterogêneas. As tecnologias de irrigação desenvolvidas no mundo nunca tiveram de cumprir tarefa de dimensão semelhante; novas maneiras de conceber e de construir aquedutos seriam necessárias para executá-la. Não há porque tomar como dado e invariável o horizonte das tecnologias existentes. Temos de estender esse horizonte: novamente, em um primeiro momento, por iniciativas públicas no financiamento e na organização das inovações tecnológicas necessárias. A água transportada deve ter custo, além de preço. E este deve ser pago não só aos investidores públicos e privados, mas também aos estados detentores do ativo físico.

Mineração

A mineração que se faz hoje na Amazônia, sobretudo no sul do Pará, é uma das principais atividades econômicas da região. Pouco proveito traz, porém, à população amazônica. Tem valor substancial a seguinte simplificação: leva-se o metal para fora e deixa-se o buraco da terra. Empregos, poucos. Dinheiro, longe.

A resposta a essa situação inaceitável e desnecessária é dupla. A primeira parte dela é tributar a lavra e destinar a receita aos Estados para financiar diferentes aspectos desse Projeto Amazônia. Há várias fórmulas a considerar. Uma é imposto geral, como seria o IVA, porém calculado para incidir com sobretaxa de alíquota sobre a lavra que não seja seguida por agregação local de valor.

Outra fórmula seria um imposto sobre a exportação de minerais, novamente com alíquota mais alta quando os metais lavrados não sejam

transformados dentro da Amazônia. Tal imposto ganharia mais legitimidade se fizer parte, como propõem alguns, de imposto geral de exportação sobre *commodities*. Com alíquota modesta, o impacto sobre a competitividade de nosso produto mineral seria modesto. A justificativa econômica é que não só temos razões para estimular a agregação de valor e a formação local de cadeias produtivas, como também temos razões para resistir a nossa dependência crescente da exportação de *commodities* (“doença holandesa”).

Finalmente, podemos admitir a possibilidade de um imposto que incida diretamente sobre a lavra e que encontre sua justificativa maior no imperativo de tratar o custo de financiar atividades econômicas alternativas como parte legítimo do *cost of doing business*. Ao menos, quando se trata de um recurso, ao mesmo tempo muito valioso e não renovável, como são os minerais.

A segunda parte da resposta é inovar na associação do poder público com a iniciativa privada para mobilizar nossas riquezas minerais. Em nosso sistema atual, o Estado realiza pesquisa mineralógica e oferece os resultados, gratuitamente, às empresas privadas. O aproveitamento da riqueza mineral, latente na terra, fica refém da lógica mercantil, freqüentemente “curto-prazista”, das grandes empresas. Não há porque deixá-lo refém.

A respeito da tecnologia de aproveitamento da floresta, o Estado pode atuar não para suprimir o mercado, mas para radicalizar a lógica do mercado; não para substituir concorrência por monopólio ou oligopólio, mas para aguçar a concorrência; não para contrabalançar mercado com políticas regulatórias e compensatórias, mas para dar mais acesso a mais mercados para mais gente de mais maneiras.

Pode, por exemplo, fundar e capitalizar empreendimentos de lavra — o dispêndio seria

irrisório, em comparação com o custo de isenções fiscais e de créditos subsidiados — dentro do regime de mercado e com gestão profissional independente. Pode, também, vender o empreendimento, logo que possível, a agentes privados, ao preço que o mercado suportar, ou manter participação acionária nos empreendimentos privados resultantes.

A situação em que hoje talvez mais se justifique essa iniciativa pode estar fora do bioma amazônico ainda que dentro da Amazônia Legal. Em Roraima, imensa riqueza mineral dorme sem proveito em terras de indígenas, que não têm, econômica ou legalmente, como tirar proveito dela. O empreendedor — público ou privado — teria de estabelecer relação contratual com os indígenas para lavrar o minério, com a mudança do direito brasileiro para que isso fosse permitido.

Indígenas

Grande parte da Amazônia está reservada aos indígenas. Destinatários de terras, eles estão, entretanto, desfalcados de instrumentos e de oportunidades. Negam-se-lhes os meios para fazer algo com as terras que são reservadas a eles. Sem condições para progredir ou sequer para sustentar-se, ameaçam afundar na desagregação social e moral — no ócio involuntário, no extrativismo desequipado, no alcoolismo e no suicídio. Estranha combinação de generosidade e de crueldade, essa com que os tratamos.

A transformação da Amazônia deve vir acompanhada pela libertação dos indígenas. Libertá-los não é apenas dar-lhes terras e proibi-los de usá-las. Libertá-los é assegurar-lhes os meios para educar-se em mais de uma língua e mais de uma cultura, para empreender e para associar-se com os governos e com os empre-

sários que lhes possam servir de sócios. O soerguimento dos povos indígenas será um dos indícios mais importantes de êxito na transformação da Amazônia.

A quem pertence o Projeto Amazônia?

O Projeto Amazônia tem de ser, em primeiro lugar, projeto brasileiro de construção nacional. Ao assumi-lo como nosso, podemos, em seguida, levá-lo a um plano de maior autoridade e de eficácia quando o tornarmos fulcro de projeto sul-americano. É um projeto a ser desenvolvido em parceria com as repúblicas com as quais compartilhamos a Amazônia.

Essa dimensão maior não resultará de boas intenções. Não nascerá indutiva e espontaneamente como o mínimo denominador comum de uma série de estratégias nacionais fracas e pontuais. Por todas as razões, somos nós que temos a primeira responsabilidade para provocar a discussão com nossos vizinhos. Só a provocaremos se tivermos, em primeiro lugar, o que propor para nós mesmos. A partir daí, é que se pode iniciar a dinâmica sul-americana a qual tenha por conteúdo não apenas os problemas comuns evidentes — de transporte, de energia e de defesa —, mas também e sobretudo, o conteúdo de nossas idéias a respeito da ocupação da Amazônia, com e sem mata.

O Projeto Amazônia não deve ser apenas a reivindicação dos estados e da sociedade da Amazônia com o Governo Federal e o País. Se for, será visto, ainda que injustamente, como mais um pedido de mais um *lobby*. E o Brasil quer se ver livre dos *lobbies*. O País não está dividido apenas entre classes e ideologias, contudo, também, entre uma minoria organizada e uma maioria — de classe

média e de pobres. Rebela-se a maioria contra a confederação em virtude dos corporativismos que vê dominar o País. É vital que a causa da Amazônia seja, e que pareça, parte da rebelião nacional contra o condomínio corporativista, não como mais um exemplo de sua persistência.

Daí, ser essencial que a campanha pela Amazônia conte com militantes e líderes externos à região e que se apresente aos olhos do País como causa genuinamente nacional: oportunidade para reinventar o Brasil.

Nesse percurso, há dificuldade a enfrentar com clareza. A opinião predominante no Sudeste — da juventude, da classe média ilustrada, da grande mídia impressionada com a temática cara aos países ricos — preferirá a versão *light* do projeto; versão que enfatize os compromissos ecológicos e sociais ao tentar, também, aproveitar e preservar a selva. Entretanto, mostrará desconforto e perplexidade com tudo o que soar como prenúncio de reconstrução institucional — na Amazônia e, a partir da Amazônia, no País. Sobre essa opinião, oriunda do Sudoeste, as idéias e as iniciativas que caminharem na direção das mudanças de modelo econômico parecerão irrealistas ou perigosas: agenda *heavy*, a ser afastada antes de contaminar a causa. Já outros não acreditarão que a causa possa avançar sem tal mudança de modelo: a reconstrução, não a substituição, da economia de mercado.

A causa da Amazônia precisa de ambas correntes de opinião: a *light* e a *heavy*. Uma não deve se sentir manipulada pela outra. As propostas práticas serão, em muitos casos, con-

vergentes; as mesmas soluções podem ter justificativas e interpretações diferentes. Quando as propostas e as estratégias divergirem, caberá à opinião nacional e à própria dinâmica do movimento arbitrar a divergência. Desarmemos os espíritos e entreguemo-nos a uma causa que, mais do que qualquer outra no Brasil de nossos dias, é capaz de engrandecer o País.

O desafio da Amazônia *

*Mario Cesar Flores***

O destino da Amazônia não pode ser o de santuário à margem do desenvolvimento nacional, como pretende o ecofanatismo, pois, com o aumento da população, existe a necessidade de espaço e de recursos para o desenvolvimento. Tampouco, deve haver uma contemporização licenciosa com a permissividade predatória, a qual atende aos interesses econômicos. A solução desse dilema depende de várias ações interativas, basicamente do balizamento dos instrumentos orientadores/reguladores do desenvolvimento da Amazônia, como o Plano Amazônia Sustentável, o Zoneamento Ecológico-Econômico, entre outros; do conhecimento da realidade, meio ambiente/ecologia, recursos naturais, e de suas implicações no País e no Mundo e do controle do desenvolvimento, que o proteja da ação humana desordenada, quando não delituosa, e o mantenha na moldura balizada pelo conhecimento.

A precariedade do conhecimento abre espaço a interpretações interesseiras, prejudiciais à prudência adequada à incerteza. Cabe às nossas instituições de pesquisa, das quais são

* Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, de 31 de maio de 2008.

** O autor é Almirante-de-Esquadra.

exemplos vocacionados para a região o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Emílio Goeldi, papel de destaque na busca do conhecimento sobre a relação homem-natureza, das suas conseqüências climáticas ao empobrecimento da biodiversidade e à degeneração do solo e dos rios que ameaça o potencial do futuro da região. De qualquer forma e a despeito do conhecimento insatisfatório, à exceção do interesse econômico beneficiário da desordem facilitada por essa deficiência, por vezes associado ao interesse político-paroquial — simbiose que chega a atribuir a atenção à Amazônia à intervenção externa na nossa soberania (!) —, já existe razoável consenso sobre a conveniência de cuidados que evitem o pior, se a ciência confirmar os prognósticos sombrios.

Passemos ao controle da dinâmica regional, hoje falho e sujeito a dúvidas e a contestações.

As injunções da atenção exigida pela natureza e as da segurança e defesa — fronteiras permeáveis, delitos de toda ordem, a questão indígena e a atuação de algumas ONGs nessa questão e na biopirataria —, todas complicadas pelas especificidades da região, conduzem naturalmente à conveniência do resgate da lógica inspiradora do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): o monitoramento tecnológico abrangente, a serviço de órgãos com atribuições temáticas — Ibama, Funai, Incra, Forças Armadas, órgãos policiais e de defesa civil e outros. Apesar de seu início tumultuado, o Sivam foi implantado, mas exceto o controle do espaço aéreo e da navegação aérea, seus usuários não se adequaram para usá-lo e seu proveito está aquém do seu potencial.

O resgate dessa lógica significa modernizar o monitoramento, assegurando-lhe condições que propiciem aos órgãos responsáveis as in-

formações adequadas à atuação cotidiana requerida pela crescente presença humana na região — informações que demoram hoje o bastante para prejudicar ou invalidar a adoção de medidas preventivas e corretivas. Mas isso não é tudo: a eficácia do controle depende também do desempenho dos órgãos incumbidos dessas medidas, em geral complementares, cujas perspectivas científicas ou ideológicas e ações práticas nem sempre são harmônicas, quando não influenciadas por interesses econômicos e/ou políticos — um caldo de cultura propício à tolerância com os delitos. Há que unificar perspectivas, organizar a cooperação e eliminar a ambigüidade útil às ilicitudes e à fuga da responsabilidade — a confusão sobre a qual órgão cabe “aquele” problema sensível à atenção pública ou a interesses fortes. E há que adequá-los — adequação humana e material — para que possam responder com eficiência às informações do monitoramento, eliminando-se, assim, a costumeira “falta de recursos” que freqüentemente justifica a omissão e, até, a complacência.

A busca do conhecimento da região e a credibilidade do controle do desenvolvimento regional no respeito às possibilidades e limitações, definidas na moldura ambiental estruturada no conhecimento, serão sinalizações afirmativas que se contraporão judiciosamente à retórica internacionalista e às críticas comumente mal fundamentadas, volta e meia manifestadas na Europa e nos EUA por ONGs, pela mídia e até por autoridades públicas, como foi a menção do Presidente Mitterrand ao *droit d'ingérance*. Serão indicações irrefutáveis de que a Amazônia brasileira é mesmo brasileira — fora espanhola até o ocaso de Tordesilhas, depois luso-brasileira e finalmente brasileira — e o uso de seu espaço e de seus recursos é direito brasileiro.

Contrapor-se-ão judiciosamente porque esse direito, como todo direito, não se configura no voluntarismo vazio. Embora ainda a ser mais bem conhecida, a influência supra-regional da natureza amazônica atrai a atenção sobre a região, cujo uso insatisfatoriamente planejado, regulado e controlado gera preocupações no Mundo, algumas razoáveis, outras, no mínimo, questionáveis. Em particular, a conexão do desmatamento — exploração da madeira, avanço agropecuário — com o clima regional e global, que, apesar de carentes de estudo, já pesam na sensibilidade mundial, acabarão induzindo pressões políticas e econômicas — embargos, selo verde, certificações restritivas — capazes de nos criarem constrangimentos e preocupações.

Todo esse quadro sugere, realística e compreensivelmente, que o usufruto soberano e tranqüilo da posse e do domínio, conferidos ao Brasil pela combinação da natureza com a História, tem um preço que não podemos simplesmente ignorar: a compatibilização racional e responsável entre esse usufruto e os cuidados com a natureza.

Isso não se resolve com arroubos de ufanismo nacionalista, sinceros ou a serviço de interesses. É um desafio de tamanho amazônico, para cientistas, para estadistas com visão de futuro e para administradores públicos competentes — e para os cidadãos brasileiros brancos, negros e índios que vivem na região.

Amazônia: de quem é?*

*Paulo Nogueira Batista Jr. ***

Há alguns anos, quando eu era pesquisador-visitante no Instituto de Estudos Avançados da

Universidade de São Paulo (USP), um general do Exército foi convidado para proferir palestra sobre a Amazônia. Já não me recordo, infelizmente, do nome do conferencista e nem tenho certeza se ele era mesmo um general ou um oficial de outra patente. Mas não importa. O que ficou na minha lembrança foram as suas palavras iniciais.

Assim começou o palestrante: “A Amazônia não é do Brasil.” Pausa para efeito dramático, e continuou: “A Amazônia é Brasil.” Depois de um começo desses, um conferencista não precisa, a rigor, dizer mais nada. Pode se sentar e aceitar os aplausos merecidos da platéia.

A seqüência ironicamente sugerida ou insinuada pela afirmação inicial do general é aquela frase repetida por muitos otários, inclusive brasileiros, falsos brasileiros: “A Amazônia é da humanidade.” Ora, como dizia Nietzsche, “a humanidade não existe”. Peço ao leitor que reflita sobre esse aforismo do grande pensador alemão. O espaço não permite tratar do tema agora. Já publiquei um ensaio a respeito na revista *Novos Estudos Cebrap* e posso enviá-lo por e-mail a eventuais interessados.

Prossigo em um registro mais prosaico: A “humanidade” é freqüentemente uma cortina de fumaça para os interesses e as prioridades dos países desenvolvidos, especialmente as velhas potências — os Estados Unidos e as nações da Europa Ocidental. Esses países vêm destruindo o meio ambiente há mais de século. Agora, se puderem, transformarão a Amazônia em “patrimônio da humanidade”, a ser preservada para “benefício geral”.

O Brasil e os outros países da Bacia Amazônica têm que abrir os olhos, portanto. É preciso

* Transcrito de *O Globo*, de 31 de maio de 2008, e da *Resenha do Exército*.

** O autor é economista e Diretor-Executivo, pelo Brasil, do Fundo Monetário Internacional.

reconhecer o seguinte — brasileiro não entende nada de Amazônia. Não percebe que “a Amazônia é Brasil” —, e não uma colônia ou uma vasta propriedade do Brasil. Um dos aspectos menos conhecidos do nosso complexo de vira-lata é uma certa relutância em relação à selva amazônica, suposta lembrança da nossa condição semi-selvagem, incivilizada.

No exterior, ao contrário, a floresta tropical é muito valorizada e sempre ocupou grande parte do imaginário sobre o nosso país. Os crescentes problemas ambientais só fizeram intensificar essa velha percepção.

No início dos anos 1970, eu era aluno de um colégio em Genebra, na Suíça. A nossa professora de literatura, uma senhora francesa, muito culta, nos fez ler um conto de Albert Camus que se passava na Amazônia brasileira. Durante a discussão do texto, ela se virou para mim, o único brasileiro na classe, e perguntou:

— Paulo, você achou adequada a descrição que Camus fez da floresta amazônica? — A pergunta me irritou um pouco, era o complexo de vira-lata que afluía.

Respondi-lhe:

— Não sei, nunca estive lá. — a professora não se deu por satisfeita:

— Mas, como assim, de que cidade do Brasil você é? — o complexo de vira-lata deu arrancos violentos de víbora de túmulo de faraó. Respondi, ainda mais irritado:

— Rio de Janeiro. — e ela:

— Pois, então!

Veja, leitor, a que situação um brasileiro pode se ver submetido no exterior. Nem me lembro mais se a minha humilhação permitiu que eu

explicasse à professora e ao resto da classe que o Rio fica a mais de 2.000km dos limites da selva amazônica. Acredito que esse tipo de desinformação persiste até hoje.

Mas o meu espaço está acabando e eu ainda não disse o que queria realmente dizer. É o seguinte: O Brasil precisa, mais do que nunca, defender a Amazônia com unhas e dentes. E tratá-la com carinho e cuidado — como Brasil, como parte fundamental do território nacional a ser desenvolvida de forma sustentável, povoada por brasileiros e cada vez mais integrada ao resto do País.

O conflito em Roraima*

*Mauro Santayana***

O que está ocorrendo em Roraima é mais grave do que o eventual confronto entre as forças policiais e os arroseiros. Os governos recentes — entre eles, o atual — têm-se rendido às pressões internacionais, que reclamam a autodeterminação das tribos indígenas sobre os territórios que ocupam. Ao aceitar a ação de missionários e de ONGs junto aos índios, sem o controle das autoridades nacionais, o Governo permitiu que elas viessem a substituir o Estado nesses territórios. Elas atuam no Exterior — muitas subvencionadas pelos seus governos — sobre a opinião pública internacional. Desde lá, mediante vários organismos, incluída a ONU, pressionam o Brasil a que demarque áreas estratégicas de seu território, e cada vez maiores, como reservas indígenas. Além disso, seus agentes atuam atrevidamente nessas regiões, fechando-as e impedindo a entrada de autoridades nacionais.

* Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 7 de abril de 2008.

** O autor é colunista do *Jornal do Brasil*.

Os sentimentos humanos fazem-nos lamentar o processo de ocupação da América pelos europeus. Ele foi brutal, como se sabe, e mais brutal ainda nos espaços andinos e transandinos, que acolhiam civilizações sedimentadas, capazes de oferecer resistência aos invasores. A diferença dos meios bélicos permitiu o massacre de milhões de seres humanos ao longo destes cinco séculos. No Brasil, só a partir de 1915, começamos a dispor de uma política indígena coerente, sob inspiração de Rondon.

A História não é um caminho de ida e volta. Por mais que condenemos o processo de ocupação do território, não podemos fazer com que os portugueses reembarquem em suas caravelas e deixem intocadas as terras do Brasil. Estamos aqui, e não podemos voltar, até mesmo porque não somos mais os que viemos. Somos etnia nova, constituída de *todas las sangres*, para lembrar a forte novela de José Maria Arguedas. Temos de conviver com o real, não com o ideal. Com todo respeito pelos que pensam de outra forma, este território, do Oiapoque ao Chuí, é nosso. É dos brasileiros que o conquistaram, conforme as regras daquele tempo. Os índios, que nele remanescem com sua forma de ser, estão sujeitos à jurisdição do Estado Nacional.

Alega-se que os nativos necessitam de espaço, a fim de preservar hábitos milenares, como os do nomadismo. No mundo em que vivemos não há como manter santuários. Ainda que fosse possível isolar totalmente essas imensas glebas, seria absurdo aceitar que se transformassem em entidades nacionais autônomas. Salvo pequenos grupos, dispersos na selva, os índios manejam *gadgets* eletrônicos, dirigem veículos e, em alguns casos, pilotam aviões, operam computadores e aplicam dinheiro nas bolsas. Não voltarão a viver como seus ancestrais, no neolítico, quan-

do não no paleolítico. Seria mais prudente ouvi-los, um a um, para que escolham entre permanecer no paraíso já contaminado pelo álcool, pelas drogas refinadas, pela prostituição e pelo crime organizado — na exploração clandestina de recursos naturais — e se transformarem, de incapazes, em cidadãos de pleno direito. Mantê-los em seu estado primitivo, se isso fosse possível, poderia enternecer corações sensíveis e instigar teses universitárias; mas seria sempre uma violência a seu livre arbítrio. Os direitos humanos, entre eles o da liberdade individual, são de todos, e deles não podem ser excluídos os índios, que devem — mediante a escolarização — conhecê-los e exercê-los.

Aos corações sensíveis e aos estudiosos somam-se os sempre estranhos agentes de muitas ONGs, que fazem de discutível solidariedade um negócio, quase sempre grande negócio, quando não se trata de agentes descarados — ou embuçados — de governos estrangeiros.

O Governo, que vem obtendo êxitos inegáveis, corre o risco de abrir caminho para que o território nacional venha a ser amputado, se continuar com sua acanhada política de fronteiras. Já cometemos imenso erro em aceitar resolução da ONU, que admite a autodeterminação de áreas indígenas. O Estado não conseguiu evitar o conluio entre chefes tribais, mineradores e contrabandistas de diamantes na Reserva Roosevelt, que levou à chacina de dezenas de garimpeiros pelos cintas-largas. No Sul do Pará, os caiapós participam do garimpo de ouro e se associam aos contrabandistas de mogno.

Talvez conviesse convocar as Forças Armadas para intervir, por prazo indeterminado, nessas reservas, a fim de nelas imporem a ordem e a justiça e promoverem o convívio entre os nativos e os brasileiros que ali se encontravam

antes da demarcação. Nunca houve, desde Rondon — que lhes deixou sua doutrina — problemas maiores entre os militares e os índios. Os chefes militares tratam-nos com respeito e sabem que, em caso de necessidade, eles serão os principais defensores do território.

Os militares e as fronteiras

Mauro Santayana

É necessário que o bom senso venha a prevalecer na questão de Roraima. O Senado deveria ser o centro do entendimento, mas os senadores da região estão ocupados em coisas menores. O descontentamento militar com a demarcação em área contínua da Reserva Raposa Serra do Sol deve ser entendido e provocar uma reflexão mais profunda, tendo em vista todos os aspectos do problema. Enquanto se espera a decisão que o Supremo Tribunal Federal vier a adotar, é bom que o presidente e seus ministros continuem a negociar com todos os interessados.

O Congresso, desde o famoso Consenso de Washington, parece ter abandonado o seu principal dever, que é o de garantir a integridade do território nacional. Ao contrário disso, abriram-se as fronteiras setentrionais para a invasão das ONGs — em continuidade a projeto antigo, do qual foi braço importante o Sr. Nelson Rockefeller. Há, sobre o assunto, livro importante, de Gerard Colby e Charlotte Dennet, *Thy will be done*. É preciso que sejam expulsos da área os agentes provocadores estrangeiros, membros de ONGs que ali atuam, em franca violação da soberania nacional.

A Igreja Católica pode compreender a necessidade de que a faixa de fronteira fique sob ocupação militar ostensiva e permanente, e que

a demarcação em ilhas — respeitando a ocupação histórica das tribos — é a solução lógica. A tese é a de que a cultura autóctone deve ser preservada. Ela exigiria que os missionários de qualquer culto deixassem os índios com seus próprios deuses. Não há violação mais forte contra a identidade de um povo do que a de lhe trazer deuses estranhos. Não têm faltado defensores apaixonados da globalização da causa indígena, mas têm faltado defensores da soberania nacional.

Em 1900, ao defender a causa do Brasil na Questão de Limites com a Guiana, Joaquim Nabuco — que nunca foi nacionalista extremo —, lembrou que a Inglaterra havia mandado, para a fronteira de sua colônia com o Brasil, o pastor missionário Ioud, ainda em 1838. O evangelista estabeleceu-se entre os macuxis da região de Pirara, e essa presença serviu de pretexto para que, quatro anos mais tarde, a Inglaterra invadisse o território brasileiro com um contingente militar comandado pelo mercenário alemão, travestido de cientista, Robert Hermann Schomburgk. O Governo britânico pedira ao Governo brasileiro passaporte que autorizasse o cientista, nas pesquisas que faria na região, a entrar em território nacional. A nossa boa-fé funcionou, e Schomburgk hasteou a bandeira britânica nas nascentes do Rio Essequibo. Em consequência de nossa negligência durante o Governo da Regência, perdemos dois quintos do território em litígio com os ingleses, com o laudo de arbitragem do rei da Itália, em 1904. Estamos agora, no caso da Raposa Serra do Sol, a mesma região, entrando pelo mesmo caminho e podemos até perder o que nos sobrou há um século. Os macuxis — os mesmos que foram na conversa do pastor e do mercenário — estão sendo agora seduzidos pelas ONGs, pelos novos missionários protestantes e pelo Cimi.

A questão básica de Roraima é a soberania brasileira sobre o território que nos foi legado pela História. O governo do Presidente Lula, naturalmente, levará em conta que os governos, os partidos e todos nós somos efêmeros, mas que uma nação só merece existir se existir com o compromisso de permanecer para sempre. Outro aspecto é o do pacto federativo. O governo passado, aproveitando-se de circunstâncias conjunturais, decidiu a demarcação da reserva — que era projeto do governo Collor, conforme confessou o Sr. Sidney Possuelo, então superintendente da Funai. Já dissemos, neste espaço, que foi um erro converter os antigos territórios fronteiriços em estados. Não havia neles cultura sedimentada que autorizasse a autonomia, nem tradições históricas de autogoverno. Mas, sendo Roraima um Estado, tem todos os direitos do pacto federativo.

O terceiro aspecto — que se amarra aos interesses ingleses do século XIX — é o da atualidade geopolítica. O *New York Times*, o mais liberal, no léxico político-clássico, e não em seu significado econômico atual, dos diários americanos, acaba de fazer apelo à maioria democrática do Congresso para que aprove novo tratado com a Colômbia. O argumento — nele atentemos — é o da importância da presença dos Estados Unidos em uma região cujos interesses estão sendo ameaçados pela queda da credibilidade do governo Bush. O jornal não nomeia quem rejeita a presença americana na área, mas com certeza estamos entre os que gostariam de que não se imiscuissem na América Meridional.

Alguns militares exageraram ao dizer que, servindo ao Estado, não deveriam estar submetidos ao chefe de Governo. Mas a sua angústia, diante das perspectivas do Mundo, é explicável.

Os índios e nossas fronteiras*

*Rubens Ricupero***

“Descobri que também eu era índio quando encontrei os ianomâmis. Tive depois profunda piedade ao ver a que lastimável abandono condenamos esses nossos irmãos brasileiros: sem alimentos, sem remédios, entregues à violência de garimpeiros e bandidos.”

Não ouvi essas palavras comoventes de nenhum antropólogo ou idealista de ONG. Elas me foram ditas, 27 anos atrás, por um militar disciplinador, terra-a-terra, homem prático e sensato. Foi em Belém, na sede da 1ª Comissão Demarcadora de Limites, que, seu então chefe, o saudoso Coronel Ivonilo Dias Rocha, sertanejo cearense com cara de índio, relatou-me sua experiência. Ele acabava de retornar de campanha demarcatória na fronteira do Brasil com a Venezuela, nessa Roraima do noticiário.

Como chefe do Departamento das Américas do Itamaraty e, antes, responsável interino pela Divisão de Fronteiras — ilustrada por Guimarães Rosa —, lidei no dia-a-dia com as duas comissões demarcadoras, a de Belém-Manaus e a do Sul, da fronteira da Bolívia ao Chuí. Chefiadas por oficiais da reserva do Exército, especialistas em topografia e medições, sempre estiveram sob o comando do Itamaraty.

* *Da Imprensa*, por correio eletrônico.

** O autor é Embaixador.

Jamais ouvi sombra de queixa de nenhum demarcador sobre suposto entrave criado por reservas fronteiriças ao trabalho de demarcação ou inspeção das fronteiras. Boa parte de tal serviço fazia-se com a indispensável colaboração dos conhecedores do terreno, os índios que serviam como guias, canoeiros, transportadores. O Coronel Ivonilo teve a revelação de sua profunda identidade indígena ao ajudar e ser ajudado pelos índios na fronteira. Pertencia à tradição do Exército do Marechal Rondon, positivista, neto de bororos, que preferia “Morrer, se preciso; matar nunca”.

Ao investir contra moinhos de vento de fantasista ameaça à soberania, oriunda das reservas fronteiriças, os quixotes não vêem os crimes diários que se cometem contra a Amazônia e seus habitantes, caboclos ou indígenas. Centenas de milhares de quilômetros quadrados de biodiversidade florestal reduzidos à fumaça; dezenas de trabalhadores, de índios, de missionários assassinados por pistoleiros comovem menos do que a compra de hectares de mata por alguma ONG estrangeira desejosa de proteger a natureza.

Os índios não têm a propriedade das reservas. Não podem vender ou alugar a terra; dela só possuem o usufruto. Já os grileiros que ateiam fogo para se declararem donos desejam a propriedade exclusiva e gratuita. Quase sempre para fins especulativos ou ações predatórias, como a pecuária extensiva, que degrada e abandona os solos.

Em nenhum outro lugar se está tão próximo da frase de Proudhon: “A propriedade é o roubo.” O próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) declara que a situação fundiária da maioria das terras é irregular. É generalizado o esbulho praticado por particulares contra o que deveria ser de todos

os cidadãos. Às vezes, a única diferença entre diversos tipos de esbulho é sua antigüidade. Remontam alguns aos tempos em que terras devolutas eram distribuídas a políticos e a desembargadores como brinde de Natal.

Não é preciso olhar debaixo da cama para ver se alguma sinistra ONG estrangeira está ali escondida. As ameaças à Nação estão diante de nós: grileiros, incendiários, madeireiros ilegais, latifundiários, pistoleiros. A eles, senhores defensores da soberania nacional!

Vulnerabilidades da legislação na questão indígena

Ernesto Caruso

Além dos cabeças, de difícil identificação, que têm trabalhado exaustivamente e com êxito na implantação de uma nociva política indigenista cujo resultado prático é a demarcação das extensas reservas em áreas contínuas, particularmente na fronteira norte do País, há que se voltar os olhos para a legislação que fundamenta as decisões tomadas pelos vários governos. Os cabeças não são aqueles contrários à revisão das decisões tomadas, mas os que agiram de forma dissimulada influenciando na redação da legislação, que vai justificar as decisões proferidas.

O Decreto nº 1.775, de 08/01/96, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, impõe regras muito acima do que seria esperado de um decreto. Nem os fundamentos que, supostamente, sustentam sua edição são convincentes, até porque a magnitude do problema, envolvendo extensas áreas, já com 105.673.003ha para 488 terras indígenas, perfazendo 12,41% do total do território, exigiria participação do Congresso

Nacional, como preceitua a CF, Art. 48, no trato das matérias dos incisos V — limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União — e VI — incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas. E há mais terras em estudo. Uma decisão dessa ordem na mão de poucos.

Cada proposta deveria ser submetida ao Congresso, mediante leis e normas que ele próprio, como representante do povo, definisse. É o mínimo que se espera. Vejam que a referida prescrição no seu Art. 1º estabelece que as terras indígenas “serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio”, isto é a Funai, de indiscutível valor, como se ao advogado de defesa coubesse substituir o Congresso e o juiz ao proferir a sentença. Para tanto julga suficiente no Art 2º que a demarcação “será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação”.

Eis porque atingimos um ponto de saturação insuportável, 12,41% do total do território brasileiro e quase 50% do Estado de Roraima. E os “sábios” querem mais.

Um outro ponto a cuidar está contido no Art. 26 do Estatuto do Índio quando cita as várias modalidades de organização, reserva indígena, parque indígena, colônia agrícola indígena e o mais perigoso, território federal indígena. Vou repetir: TERRITÓRIO FEDERAL INDÍGENA que, segundo o Art. 30, “é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios”.

Muito aquém das constituições brasileiras, a carta da Rainha Maria I, de 12 de maio de 1798, ao Governador e Capitão-General do Estado do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, discorre sobre alguns aspectos interessantes, desde a visão da absorção do silvícola à comunhão nacional até a incorporação ao Exército da época:

D. Francisco de Souza Coutinho [1] [1], do meu Conselho, Governador e Capitão General do Estado do Pará [1] [2]. Eu a Rainha [1] [3] vos envio muito saudar. Sendo a civilização dos índios, habitantes dos vastos distritos dessa Capitania, um objeto mui digno da Minha Maternal atenção, pelo bem real que eles, não menos do que o Estado, acharam em entrarem na sociedade, e fazerem parte dela, para participarem igualmente com os outros meus vassallos [1] [4] dos efeitos do meu contente e [ilegível] interrompido desvelo em os amparar à sombra das saudáveis determinações [...] e assim não só de convidar aqueles índios que ainda estão embrenhados no interior da capitania a vir viver entre os outros homens, mas de conservar [ilegível] e permanentes aqueles que já hoje fazem parte da sociedade, servindo o Estado e conhecendo uma religião, em que vivem felizes, bem de outro modo que os primeiros, desgraçadamente envolvidos em uma ignorância cega e profunda até dos primeiros princípios da Religião Santa, abraçaram os últimos, por efeito da pias e benéficas disposições dos Senhores Reis, meus predecessores e minhas: e querendo igualmente que a condição destes índios, assim dos que já hoje tem trato e comunicação com os outros meus vassallos, como dos que deles fogem, seja em tudo a de homens em sociedade: Hei por bem abolir e extinguir de todo o Diretório dos Índios [1] [5] estabelecido provisionalmente para o governo econômico das minhas Povoações, para que os mesmos índios fiquem, sem diferença dos outros

meus vassallos, sendo dirigidos e governados pelas mesmas leis, que regem todos aqueles dos diferentes estados, que impõem (sic) a Monarquia, restituindo os índios aos direitos, que lhes pertencem igualmente como aos meus outros vassallos livres.

E confiando eu que vós procedereis para o importante fim da civilização dos índios com um acerto tanto do Meu agrado, quanto o foi o da informação que cobre este objeto me destes, encarregovos de cuidar des[de] logo nos meios mais eficazes de ordenar e formar os índios que já vivem em Aldeias, promiscuamente com os outros, em Corpos de Milícias, conforme a população dos Distritos, e segundo o Plano por que estão formados e ordenados os outros: E para Oficiais Comandantes de tais Corpos nomeareis os principais e oficiais das povoações indistintamente com os moradores brancos, fazendo executar as disposições e ordens concernentes ao governo e direção deles pelos referidos oficiais comandantes e pelos seus juizes, alternativamente brancos e índios, segundo a ordem a que pertencerem.

Tratarei também de formar um Corpo efetivo de índios, bem como os Pedestres de Mato Grosso [1] [6] e de Goias 1 [1] [7],...”

D. Maria I ainda não estava louca e dá uma belíssima lição.

Quando cita “os vastos distritos dessa Capitania”, estoca nosso sentimento, desafia a nossa mente, obriga-nos a estudar a questão em profundidade, ler com atenção a legislação e nas entrelinhas, sentir as armadilhas.

Entender que são vastos, distantes e ainda brasileiros e que assim deverão permanecer, repudiando tais demarcações, pois falsos são os seus fundamentos.

Lembrar que, em respeito à tradição, à História e à concepção do Estado brasileiro, que

não foi feita pelos constituintes de 1988, nem por gente mal intencionada que favorece a secessão, as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria — Art. 142 da CF em vigor.

Enclaves na fronteira

Ernesto Caruso

Indubitavelmente, os enclaves étnicos provocam instabilidade política no país que os têm, com profundos reflexos nas relações internacionais, muito mais graves se nas fronteiras.

Infelizmente o Brasil tem sido desconstruído nesses últimos tempos impensadamente por políticos, togados, executivos, legisladores e órgãos diversos, com pureza de espírito, mas com os mesmos resultados dos que agem a serviço dos interesses pessoais, eleitoreiros, por exemplo, ou bancados por entidades estrangeiras.

Ora, se uma entidade interna ou externa quiser financiar uma campanha política, há de se entender o que ela pretende. Se na Amazônia um inglês, hipoteticamente, não quiser que se corte uma árvore e paga por isso a um portavoz brasileiro, é preferível que um brasileiro trabalhador, não o vagabundo vendido, use o solo como meio de subsistência para manter sua família, produzir, dar emprego, pagar impostos e não destruir a natureza que lhe serve.

Muita gente, não verde-amarela, briga pela conservação da Amazônia, mas não faz, com o mesmo ardor, onde vive. Aqui, no Rio de Janeiro, encontramos as margens de riachos com inúmeras casas, barracos e vendinhas no lugar da vegetação ciliar e muito esgoto a derramar, a poluir e a feder. Não é diferente em muitíssimas das nossas cidades. No interior, a ambição desenfreada realiza o mesmo: plantar no último centímetro da margem do rio, que vai desbarrancar, assorear, desertificar, morrer e fazer o homem chorar.

As fronteiras sempre foram pontos sensíveis no convívio entre nações vizinhas. No passado, lutava-se pelo domínio dos rios da nascente à foz e das margens. Buscavam-se as riquezas do ouro e da prata, e assim se definiu a fronteira desta Nação. Não mudou muito. Mar territorial, petróleo, riquezas do meio orgânico e mineral do solo e do subsolo, confronto de etnias e de religião, tudo presente no Mundo.

A Constituição impôs que a faixa de fronteira de 150km de largura é fundamental para a defesa do território, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei (Art. 20, § 2º). Se não foi feita a lei, com mais forte razão, por se constituir em bem da União, conforme este mesmo artigo, o destino dessa área, ou parte dela, deve ser submetido ao Congresso Nacional, de acordo com o Art. 48, V.

Enquanto se aguarda uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as crises sucedem-se, fabricadas com intuito de manter a sociedade apreensiva e inquieta, de certo modo para influir no pronunciamento daquela elevada Corte de Justiça.

Alguns índios invadiram a propriedade do Prefeito Quartiero, em Roraima, e a segurança da fazenda reagiu. Apresentaram as cenas pela televisão. Mas, os comentários foram ilustrados com índios feridos, e que os fatos ocorreram fora da propriedade.

As escaramuças continuaram, como a agressão de índios, com facão, a um engenheiro da Eletrobrás em Altamira-PA, que discorria em um ginásio sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu. Facões novos como se lhes tivessem sido fornecidos para a reunião. Um absurdo esse tipo de reunião na qual os índios podem entrar armados com facões, flechas e lanças. Aliás, reuniões descabidas com gente que

não entende. Não é uma questão de discriminação de letrados e iletrados. Não se pode reunir um grupo de advogados, por exemplo, para se decidir onde perfurar o solo em busca de petróleo, que, para tanto, os órgãos da administração e técnicos deram os seus pareceres e são responsáveis por eles.

Em São Paulo, três funcionários da Funai foram mantidos reféns por índios em uma aldeia de Avaí, porque não concordavam com a mudança de sede de um órgão daquela estrutura, além de que fosse administrado por um índio, e não por brasileiro competente seja de qualquer origem.

Também não é de se estranhar.

Criam a Fundação Palmares e tem que ser presidida por um afro-descendente; o Ministério da Igualdade Racial, *idem*. Por si só, já são discriminatórios como órgãos governamentais. Diferentemente de um clube — entidade privada, como têm os portugueses, italianos e alemães — que difunda a cultura negra, as nossas raízes, a música, a dança, as comidas típicas, berimbau, que encantam o mundo e traga lourinhas para jogar capoeira.

É nesse cenário conturbado que o STF vai decidir, cuja apreensão gera especulação de toda ordem, como manter a demarcação em reserva contínua, mas conciliatória, mantendo arroseiros que lá estavam muito antes da CF/88, assim, não caracterizadas como “tradicionalmente ocupadas pelos índios”, contudo mantendo todas as demais contradições com a Lei Maior e a repulsa da sociedade.

Pelo que se tem notícia por meio de matérias e de artigos publicados, até com pensamentos dos ministros do STF, não se consegue ter certeza de nada.

Há quem afirme que o Supremo não decidirá se a demarcação da terra deve ser contínua ou nucleada. O Judiciário vai se manifestar sobre a

legalidade dos atos do Executivo. Se o decreto da homologação for considerado ilegal, o processo retorna ao Executivo para novos estudos.

Pode ser ilegal por várias razões, até por fraude no laudo, que tem sido comentada. Diferentemente de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que vai buscar as raízes de um documento normativo, confrontante com a Carta Magna, como se pode aventar sobre o Estatuto do Índio, de 1973. O DSN de 15/04/2005 já foi considerado administrativo e, portanto, não admitido como dispositivo legal questionado com sucesso.

No Mandado de Segurança nº 25.483, julgado pelo plenário do STF, no dia 4 de junho de 2007, impetrado pelos produtores rurais, o mérito não foi considerado por ser um instrumento inadequado.

Há que se entender que cabe à União demarcar as terras ocupadas pelos índios, como disposto no artigo 231 da Constituição, e ao Presidente da República homologar a demarcação administrativa.

Mas, também, tem que se cumprir o Art. 48 da Constituição, determinando que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre os incisos V, que versa sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União, e VI, quando envolve a incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas assembleias legislativas, mais o da faixa de fronteira (Art. 20, § 2º). A Petição nº 3.388, que trata da anulação da portaria de homologação da reserva indígena, pode atingir o objetivo de manter os arroteiros e atender a outros pleitos, mas não vai resolver de forma definitiva.

Outra alegação apresentada e refutada diz respeito a que fosse ouvido o Conselho de Defesa Nacional (CDN) para a demarcação de terras indígenas na faixa da fronteira. Como se sabe, o CDN é o órgão de consulta da Presidência da República para assuntos de soberania nacional e de defesa do Estado democrático (Art. 91 CF/88). No entanto, não se pode dizer o mesmo quanto ao Legislativo, na Câmara Federal, a cuja comissão de Comissão de Defesa incluem, na letra “h”, os assuntos atinentes à faixa de fronteiras e às áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional.

Outras ponderações referem-se ao desrespeito ao contraditório, por conta do decreto de homologação, mas injustificado, pois tais condições são expostas no Art. 9º do Decreto 1.775/96. Parece bondade, mas na realidade é a última refeição do condenado, diante do poder absoluto da Funai.

Este último decreto assume papel ditatorial tanto no Art. 1º — as terras indígenas, de que tratam o Art. 17, I, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o Art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste decreto — como no Art. 2º — a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação, baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação. Como regula o procedimento administrativo, quero crer que seja um documento normativo e, assim, ser considerado um dispositivo legal questionado com sucesso, juntamente com a Lei 6.001/73.

Diz-se que o decreto de homologação foi elaborado baseado em um consistente estudo antropológico; no entanto há uma denúncia do pesquisador Carlos Schaffer, em artigo sob o título, *Crônica de um conflito*, publicado na Revista *Consultor Jurídico*, de 16 de abril de 2008, que deve ser levada em conta, até para se apurar se houve fraude ou não. O referido especialista alega que participou dos estudos, juntamente com outros quatro técnicos. “Dos cinco peritos, apenas o colega antropólogo não assinou o documento”, afirma. Valeu um outro, exclusivo, realizado pelo antropólogo que não concordara com o laudo dos designados para aquele fim. Escreveu e declarou em entrevista na televisão ao jornalista Wilian Waak.

Não se pode prever a posição do Supremo, mas as agressões aos ditames constitucionais são evidentes.

O Estado de Roraima vem sofrendo mutilações em seu território com alteração dos limites municipais, em claro processo de desconstrução, desestadualização e demunicipalização.

O Decreto sem número de 15/04/2005, que homologa a demarcação da reserva, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima, excluiu algumas áreas, como o núcleo urbano da sede do Município de Uiramutã e onde está localizado o 6º Pelotão Especial de Fronteira. O município está confinado, e o pelotão, para ser instalado, necessitou ganhar na Justiça tal direito. Há desmembramento de áreas do Estado de Roraima, sem a participação do Congresso Nacional nem ouvida a respectiva Assembléia Legislativa, desacreditando o Art. 48 CF/88.

* Artigo escrito para o *Monitor Mercantil*.

**O autor é membro efetivo do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres). professor aposentado de Economia na UERJ e conselheiro da ESG.

Já foi levantada a possibilidade de Roraima retornar à condição de território, por arbitrária vontade de um decreto da Funai, que faz e desfaz, intervindo no Estado que foi território e pode retornar àquela situação, uma vez que a União toma-lhe quase a metade de sua superfície.

Aqui está o perigo de se estabelecer um enclave por meio da criação do Território Federal Indígena, uma aberração que está contida no Estatuto do Índio que, segundo o Art. 30, “é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios”.

Várias têm sido as tentativas de sustar judicialmente a agressão ao Estado de Roraima, sem se obter uma solução definitiva, até porque os remédios jurídicos não surtiram o efeito desejado, por rejeição do órgão competente para apreciá-los.

Se uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que conteste o Decreto nº 1.775/96 e a Lei nº 6.001/73 não lograr êxito, será plausível considerar-se que, por via judiciária, todos os argumentos terão sido esgotados? Haverá outros? Esperar acontecer?

A ameaça de balcanização do Brasil*

*Marcos Coimbra***

A ninguém é lícito ignorar o ocorrido com a Iugoslávia. Após o término da Segunda Guerra Mundial, sob o comando do Marechal Tito, era um país próspero, dotado de uma economia pujante, capaz de rivalizar com as maiores economias da época. Passo a passo, foi sendo esfacelado.

com o sórdido aproveitamento, por parte principalmente de pressões externas, de conflitos latentes étnicos, religiosos e outros, para resultar na triste situação de hoje. Uma miríade de pequenas nações, sem força, caudatárias de imposições externas.

A Integridade do Patrimônio é um dos nossos Objetivos Nacionais Permanentes. Caracteriza-se pela “integridade territorial, do mar patrimonial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, bem como do espaço aéreo sobrejacente. Integridade dos bens públicos, dos recursos naturais e do meio ambiente, preservados da exploração predatória. Integridade do patrimônio histórico-cultural, representado pela língua, costumes e tradições, enfim a preservação da identidade nacional”.

Tal conceito torna-se importante para ser repassado por todos nós, brasileiros, em razão da insegurança vivenciada, gerada principalmente por pressões externas. Sofremos o risco de serem agravadas as tensões no plano social, com o acirramento e a indução de choques de caráter racial, religioso e étnico.

As famigeradas ONGs e a mídia internacional, secundadas pela mídia nacional, vão procurar jogar católicos contra protestantes e espíritas, brancos contra negros e índios. Seu objetivo é abalar nossa coesão social, para fragilizar-nos. Absurdas imposições oriundas do exterior e referendadas pela administração atual, como o denominado sistema de cotas, começam a criar conflitos antes inexistentes.

Quanto à coesão territorial, estão acelerando o processo de demarcação de terras indígenas, para depois preparar o terreno para o “direito dos índios à autodeterminação” e para

aplicar o “direito de ingerência dos mais fortes”. Isso lhes possibilitaria retalhar o território brasileiro, em especial a Região Amazônica, dividindo-a em quistos, protegidos por uma força internacional de paz. A pretexto de defender os direitos dos índios, vão explorar nossas riquezas e recursos naturais.

Em 13 de setembro de 2007, a Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas foi aprovada pela ONU, com o voto favorável da representação brasileira, por 143 a 4 — EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia — e 11 abstenções. A partir daí, a demarcação de terras indígenas assumiu o estágio de reservas indígenas — Ianomâmi e Raposa Serra do Sol —, representando a última posição para transformação em nações indígenas, ainda mais, considerando que existe, no caso dos ianomâmis, uma vasta região para eles, na faixa de fronteira contígua entre Venezuela e Brasil. Além disso, de acordo com a referida declaração, já é vedada operações com fins militares, ou seja, abriu-se o caminho para perdermos parte do nosso rico e desejado território.

Os movimentos separatistas em embrião no País (sul/nordeste) também estão sendo apoiados via externa. Tentativas de guerrilha e de enquistamentos, como por exemplo a ação do MST, que já participou de reunião de cunho terrorista no México, com integrantes da chamada guerrilha zapatista, em uma tentativa de coordenar o movimento subversivo no continente americano — México, Peru, Colômbia, Equador etc. —, serão incrementadas, visando obter a secessão. No Brasil, interpretações absurdas, além da Constituição, em relação aos denominados quilombolas, subvertem o direito de propriedade, já ferido de morte pela ação de movi-

mentos como Via Campesina, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e de outros, que já começam a atacar, além do campo, a região urbana.

E a economia está sendo usada para facilitar toda esta ignomínia, mediante venda das idéias do neoliberalismo, em especial da chamada “globalização”, que nada mais representa do que um pseudônimo para o novo imperialismo do G-7, capitaneado pela potência hegemônica. É o “globalitarismo” — totalitarismo da globalização. Isso porque sua nefasta ação objetiva destruir o Estado Nacional Soberano, única instituição capaz de impedir o sucesso de nossos inimigos.

A aceitação passiva da subordinação da cultura nacional à cultura “global” facilita a destruição da nação soberana, ou do mais importante, a conquista de seus recursos naturais, que pode ser facilmente obtida sem a utilização do poder militar. A parcela de ricos de qualquer país tenderia a uma forma comum de pensar que, no limite, se ajustaria como classe, mantendo seus privilégios, independentemente do Estado-Nação a que pertencesse.

Para mantermos a integridade do nosso Patrimônio Nacional é indispensável o urgente fortalecimento de nossas Forças Armadas, além da existência de um governo apto a enfrentar o que será talvez um dos maiores desafios da nossa História: preservar para os nossos filhos aquilo que foi tão duramente conquistado pelos nossos antepassados. Afinal, o Brasil é dos brasileiros! Caso permaneçamos indiferentes, ausentes, medrosos, nossos filhos terão o direito de cobrar-nos: Por que não fomos capazes de, além de doar nossas vidas em defesa do que recebemos, dar-lhes razão para continuar a viver dignamente?

Entrevista com o governador de Roraima

José Anchieta aponta interesses internacionais na questão da demarcação de reservas indígenas e, também, critica o Planalto.

*Leonel Rocha
Enviado Especial*

Boa Vista — O Governador de Roraima, o engenheiro civil José de Anchieta Júnior (PSDB), foi eleito como vice, mas assumiu o cargo em dezembro com a morte do titular Ottomar Pinto, o brigadeiro que dirigiu o estado por três vezes, uma delas como administrador do antigo território. Ex-secretário de Obras, aos 43 anos, o cearense Anchieta está no meio de uma guerra que envolve os fazendeiros instalados na região e as comunidades indígenas que exigem a desocupação de suas terras já demarcadas. Ele identifica interesses de corporações internacionais, nos minerais estratégicos do subsolo do estado, como pano de fundo dessa guerra. “Não podemos permitir que organizações internacionais e interesses estrangeiros venham dizer o que temos que fazer com nossa riqueza” — reclama. O Governo de Roraima só tem o domínio sobre menos de 10% de suas terras, o restante é da União, definidos como reservas indígenas e áreas de preservação ambiental.

Depois dos últimos confrontos entre índios e seguranças dos fazendeiros, que resultou na prisão do rizicultor e Prefeito de Pacaraima, Paulo Cezar Quartiero, Anchieta esteve em Brasília e impetrou ação no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a revisão da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol e ajuda política para resolver o impasse.

Leia abaixo, a entrevista que concedeu ao *Correio Brasiliense*, em Boa Vista.

É soberania nacional sim

O senhor considera que o maior problema de Roraima é de indefinição fundiária, e não, apenas, de uma questão ambiental ou de demarcação de áreas indígenas?

É um somatório de fatos. A questão indígena é um problema, a questão fundiária é outra. Eles estão sobrepostos. É preciso definir claramente o que seria a área ideal para as comunidades indígenas. Na realidade, o que o índio quer hoje não é terra, ele não precisa de mais terra. Eles precisam de dignidade, de cidadania. Considerando todas as reservas já demarcadas no Estado, cada índio terá direito a uma área média de 250ha. O que um índio sozinho vai fazer com 250ha?

Mas não é comum que isso aconteça, já que as dimensões das fazendas na Amazônia são gigantescas? E por que essa relação desses benefícios vai priorizar os índios?

Mas os índios alegam que também podem ser grandes fazendeiros, como empresários do setor os são. Eu acredito que possam ser. Mas integrados dentro de uma convivência com os não-índios. Se a comunidade não-índia já requer um apoio institucional para se desenvolver, imaginem os indígenas. Não é o Governo Federal que dá sobrevivência para os índios das áreas demarcadas. É o Governo Estadual que leva educação, saúde, manutenção de estradas, energia. Das 406 escolas estaduais, 200 estão nas reservas. Nós levamos energia a mais de 100 comunidades e isso gera um *deficit* na companhia energética de Roraima porque os índios não são obrigados a pagar. O Governo Federal não ajuda com um centavo.

O Estado de Roraima tem condições de adotar programas de desenvolvimento com tanta área de preservação e reserva indígena?

Não. Nós já temos aí cerca de 50% do nosso Estado comprometido com as reservas. O que estamos lutando, especificamente com relação à Reserva Raposa Serra do Sol, é por uma revisão dessa demarcação. Na visão do Estado, o ideal seria aquela área proposta pelo então Ministro (Nelson) Jobim, na época do Presidente Fernando Henrique, com a demarcação em ilhas. Da forma que foram feitas, as demarcações comprometem nosso desenvolvimento.

Como?

Principalmente porque há uma coincidência que nos deixa uma interrogação muito grande, que é a superposição dos mapas nessas demarcações indígenas com as incidências das maiores riquezas naturais e mineralógicas. Se já começamos limitando uma área onde você proíbe e coíbe a presença do estado, que são exatamente as áreas do subsolo, as maiores riquezas, já compromete nosso desenvolvimento.

O senhor acredita que a verdadeira disputa aqui no estado seja essa, e não apenas por áreas de preservação ambiental ou de reservas indígenas?

Eu não tenho dúvidas. Esse interesse internacional em preservar essas áreas aqui é por uma reserva mineral para o futuro. Se nós, brasileiros, tivéssemos essa consciência de explorarmos nossas riquezas minerais, iríamos desestabilizar a economia do Mundo, lastreada na cotação do ouro.

Então, as autoridades da região acreditam que há, de fato, interesses inconfessáveis

de nações estrangeiras sobre essas áreas estratégicas da Amazônia?

Isso é um consenso. Estamos buscando a união dos governadores e de parlamentares da Amazônia para debater esse assunto. Nós já propusemos lá, na Inglaterra, na semana passada, a criação de um fórum dos governadores da Amazônia para tratar do tema. Primeiro, temos de unificar nosso discurso. Também precisamos do apoio do Governo Federal, porque ele, de fato, é quem tem legitimidade para representar esses interesses e para definir uma legislação ambiental que nos dê segurança.

Há o tal risco à soberania nacional com as demarcações de terras indígenas do jeito que foram feitas?

O risco existe e é grande. As Forças Armadas tiveram um posicionamento claro. O General Heleno, Comandante Militar da Amazônia, não brincou quando falou daquela forma (ele afirmou em discurso no Clube Militar que havia risco à soberania com a demarcação de terras indígenas em áreas contínuas na fronteira norte do País e classificou a política indigenista do Governo “caótica”). O general teve todo o apoio do Comando do Exército e dos representantes da região. É evidente que a gente não pode aceitar essa maneira equivocada de demarcações do Governo Federal, que sofre pressões internacionais para agir assim.

Então, não é lenda essa história de que os estrangeiros “estão de olho” nos minerais estratégicos da Amazônia, não só de Roraima?

Não tenho dúvidas disso. Porque se trata de uma área com cerca de seis milhões de quilômetros quadrados de terras indígenas, não só

as riquezas naturais, mas em função de toda a biodiversidade que temos aí como matéria-prima para as indústrias química e farmacêutica. Com certeza, teremos aqui a solução medicinal de todas as doenças do Mundo. No momento, o caminho para solução é o da Justiça. Mas o que se precisa no segundo momento é de uma conscientização política da população brasileira para defender seu patrimônio, sua terra, sem deixar que os interesses internacionais, as grandes potências, venham determinar o que devemos ou não fazer com o nosso patrimônio. Isso seria o caso de o seu vizinho dizer o que você tem de fazer com sua casa.

O senhor acha que, tanto o Governo Federal quanto os governos estaduais da Amazônia, “deixaram na mão” de setores privados, como ONGs, a aplicação da política indigenista?

Isso começou há muitos anos, quando havia uma dependência muito grande do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, com os bancos de desenvolvimento e da comunidade europeia. A dependência econômica provocou uma subserviência do Governo em relação aos organismos internacionais. A partir do momento em que o Brasil passou a crescer, começamos a dar um basta nisso. Está começando esse momento de revirmos isso. O que a gente precisa é de uma conscientização política, e, conseqüentemente, esse sentimento de civilidade, de brasilidade, tem de se estender a todo mundo. Nós não podemos mais permitir que as organizações internacionais, que o estrangeiro, venham dizer o que a gente tem de fazer com nossa riqueza. Talvez o Governo Federal nem conheça as áreas que eles têm aqui.

A questão indígena e a soberania nacional*

*Carlos Alberto Pinto Silva***

O Brasil assiste, hoje, a um intenso debate em torno da política governamental para a demarcação das terras indígenas (TIs). Consideramos importante o engajamento da sociedade em assuntos de tamanha relevância para o País.

As opiniões estão divididas: de um lado, os defensores do “resgate histórico” dos direitos dos povos indígenas, primeiros habitantes do nosso território; de outro, aqueles que acreditam que a sistemática em vigor representa uma ameaça, presente ou futura, à integridade e à soberania nacionais.

Afinal, a política demarcatória atual representa ou não perigos para o Brasil?

Demarcar áreas destinadas aos grupos indígenas para que estes possam viver conforme seus costumes e tradições e exercerem as atividades necessárias ao seu sustento não representa ameaça para o Brasil. Afinal, esse é um direito que lhes é assegurado pela Constituição Federal, na qual deveria estar plasmada a vontade soberana da sociedade brasileira.

Ocorre que as coisas não são tão simples assim. Diversos fatores, de ordem interna e externa, interferem na questão, e agindo de forma isolada ou combinada, detêm real potencial para representar óbices para a concretização dos objetivos perseguidos pelo Estado e/ou afrontas à soberania nacional. Esses fatores estão no centro das atuais discussões. Passaremos, em seguida, a tratar dos que, sob nossa ótica, merecem destaque.

Como conseqüências das dificuldades enfrentadas na concretização dos objetivos estabelecidos pela política indigenista brasileira e a incapacidade explícita das agências governamentais encarregadas de sua execução, observamos as péssimas condições em que vivem nossos indígenas, submetidos à segregação, à subnutrição e às invasões de suas áreas por grupos de delinqüentes que praticam um sem-número de atividades ilegais.

A presença de inúmeras organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras, normalmente abastecidas com recursos oriundos do exterior, aí sim, interfere na cultura indígena, pois representa seu contato com costumes que nada têm a ver com nosso povo. A propósito, o índio é brasileiro e, se não pode ter contato com a nossa sociedade, por que o relacionamento com estrangeiros é tão facilitado? Diversas dessas organizações contam com recursos do próprio Governo nacional, rendido à incapacidade de cumprir o seu dever nesse setor. A Comissão Parlamentar de Inquérito, em curso no Congresso Nacional, que trata da atuação, quase que sem controle, dessas organizações no Brasil, tem revelado uma rede de corrupção e mau uso do dinheiro público. Essa distorção ocorre também nas diversas atividades de apoio às comunidades indígenas. Em outras palavras, a Questão Indígena é uma verdadeira mina de ouro para grupos mal-intencionados que, empunhando a relevante bandeira da assistência humanitária e dos direitos humanos, conseguem auferir lucros expressivos.

A cobiça internacional sobre a Amazônia também tem sido um dos principais alvos das discussões em andamento. Esse aspecto não

* Colaboração do Comando de Operações Terrestres (Coter).

** O autor é General-de-Exército e foi comandante do Coter.

pode continuar a ser tratado como “coisa dos militares”, pois é real. A Amazônia possui riquezas incalculáveis, sabemos todos, e a busca de recursos move as nações, estabelecem critérios para suas políticas exteriores, levam à guerra. Se não houvesse interesse internacional, não teríamos tantas organizações não-governamentais, subsidiadas com recursos externos, atuando na região. Os interesses internacionais, não restam dúvidas, interferem nas políticas governamentais destinadas à Amazônia, desde sua formulação até a fiscalização, passando, claro, pela fase de execução. Quem paga manda... pelo menos tenta mandar! É muito simples: caso o doador não veja atendidos seus interesses, bastará retirar o apoio financeiro. A cobiça alienígena não pode ser desprezada, e o Brasil precisa se convencer de que a Amazônia é fundamental para seu futuro. O País está atrasado. A falta de políticas concretas para a região favorece o surgimento de graves problemas que alcançam repercussão no exterior,¹ geram a “preocupação” mundial e alimentam campanhas alarmistas e teorias mais do que suspeitas, tais como a da “soberania limitada” ou a do “dever de ingerência”, que buscam convencer a opinião pública internacional quanto à incapacidade brasileira de cuidar desse “patrimônio da humanidade”.

Quanto às extensões das terras indígenas, sua definição deve levar em conta diversos critérios técnicos e antropológicos, que precisam ser acatados. No entanto, consideramos existir um exagero na definição das extensões das áreas demarcadas e a demarcar. Vejamos alguns dados sobre esse tema: o território brasileiro, com 851.196.500ha, cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, abriga uma população ao redor de 180 milhões de habitantes.² Segundo o

Instituto Socioambiental (ISA), as 608 áreas indígenas ocupam uma extensão total de 109.636.040ha, mais de um milhão de quilômetros quadrados; o ISA também informa que da população indígena, cerca de 600 mil pessoas, 60% se concentram na Amazônia Legal, onde existem “422 áreas, com o total de 108.081.733ha, o que representa 20,67% do território amazônico e 98,61% da extensão de todas as TIs do País. O restante, 1,39%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Estado do Mato Grosso do Sul”.³ Façamos, agora, um rápido exercício de raciocínio matemático e chegaremos aos seguintes resultados: 0,33% da população brasileira — total dos contingentes indígenas — possui reservados para si cerca de 13% do território nacional; em outras palavras, caso fôssemos realizar a partilha das terras brasileiras entre sua população, cada índio ficaria com aproximadamente 182,7ha — 109.636.040ha divididos por 600 mil pessoas —, enquanto, para cada não-índio, caberiam somente 4,1ha — 741.560.460ha,⁴ divididos por 179.400.000 habitantes.⁵ Vale destacar que estamos considerando, na totalidade, as terras e a população indígenas. Se fizermos o mesmo cálculo somente para a Amazônia, observaremos que, para cada indígena da região, corresponderão 300,2ha — 108.081.733ha, divididos por 360.000 índios, 60% do total. Calculemos, ainda, qual seria o quinhão correspondente a cada indígena que vive fora da Amazônia Legal e o resultado será o seguinte: 109.636.040 (total de TIs brasileiras) menos 108.081.733 (total de TIs da Amazônia Legal) é igual a 1.554.307 (total de TIs fora da Amazônia Legal). Dividindo esse resultado pela população indígena restante, que é de 240 mil, teremos apenas 6,5ha para cada indivíduo. Ou seja, o interesse não

está em atribuir terras para os indígenas, mas em reservar imensas áreas na Amazônia Legal. Tais resultados são expressivos e indicam um forte desequilíbrio na divisão das terras brasileiras entre índios — da Amazônia e de fora dessa região — e não-índios.



Quanto à localização de extensas áreas indígenas na faixa de fronteira, a Constituição, como já ressaltamos, determina a destinação de terras para os diversos grupos indígenas brasileiros. Por outro lado, estabelece também cuidados a serem observados no que se refere à ocupação da faixa de fronteira. Infelizmente, não constatamos o cumprimento integral de tais dispositivos constitucionais. Referindo-se à Portaria 580/91, de 15 de novembro de 1991, do então Ministro da Justiça do governo do Presidente Fernando Collor de Melo, que estabeleceu a Reserva Yanomâmi, o eminente jurista Clóvis Ramallete faz, entre outras, as seguintes observações:

A portaria 580/91, do Sr. ministro da Justiça, é imprestável, por ser inconstitucional [...] dado que não preservou, como devia, a faixa de fronteira de 150 quilômetros, que a Constituição estabelece e destina à defesa do território nacional. [...]. Surgiu

inconstitucional, pois que não considerou a preservação da faixa de fronteira quando faz a gleba outorgada distender-se sobre esta faixa até os limites geográficos do Brasil com a Venezuela, no que lesou o art. 20 da CF e o art. 20, § 2º, da mesma Constituição.

A situação da referida reserva agrava-se ainda mais, tendo em vista que, do lado venezuelano, e em área contígua, vive uma comunidade de indígenas pertencente à mesma etnia. Sobre isso, Ramallete manifesta-se da seguinte forma:

Como se vê, em lugar de defender a fronteira, a portaria apagou-a, riscou-a do mapa, naquela região, tornada área contínua yanomâmi, do Brasil até Venezuela adentro. A lesão ao fim do Direito em causa é manifesta.⁶

O fato de se destinar aos indígenas extensas áreas na faixa de fronteira, ainda que considerada por alguns especialistas inconstitucional, por si só, não representa danos ou ameaças à soberania nacional. Ocorre que, na prática, verificamos uma forte tentativa de restringir, ou mesmo de impedir, que instituições e autoridades federais atuem em seu interior, no estrito cumprimento de suas atribuições legais e missões constitucionais. São vários os casos e incidentes conhecidos. Enquanto isso, integrantes de ONGs, inclusive estrangeiros, são bem-vindos e circulam livremente nas áreas demarcadas. Por outro lado, como sabemos, a vivificação é uma das maneiras mais eficazes de se defender um território, pois, entre outros fatores, promove a presença do Estado, por intermédio dos diversos instrumentos do Poder Nacional. Uma região desocupada, sem a presença do Estado, é vulnerável. Assim, quando se demarcam ex-

tensas áreas indígenas sobre a linha de fronteira e são tomadas medidas legais para mantê-las desocupadas, estamos, sim, tornando vulneráveis áreas nacionais estratégicas.

A decisão de retirar os não-índios do interior da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, jogou luz sobre todos os assuntos tratados no presente trabalho; dividiu opiniões, estimulou a tomada de posicionamentos radicais, gerou conflitos e levou ao confronto entre facções a favor e contrárias à situação.



O Conselho Indígena de Roraima (CIR) é o ator mais atuante nessa questão e vem lutando, de maneira radical, em favor da demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua e da retirada sumária de todos os não-índios de seu interior. Em sua página na internet, o CIR informa que o seu trabalho “está voltado prioritariamente para a demarcação e homologação das terras indígenas de Roraima — 32 no total —, além de atenção especial à fiscalização das áreas, educação, saúde e auto-sustentabilidade. Os principais resultados da organização foram a libertação das comunidades indígenas da opressão dos fazendeiros, a afir-

mação das identidades culturais dos diferentes povos e a reconquista territorial”.⁷ Ainda em sua página na internet, o CIR informa quem são os seus parceiros: Alianza Amazonica; Coalition for Excellence in Science Education (Cese), dos Estados Unidos da América; Conselho Indigenista Missionário (Cimi), do Brasil; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Brasil; Comissão Pró-Yanomami (CCPY); Greenpeace — o Greenpeace International está sediado na Holanda; Instituto Socioambiental (ISA); Movimondo, da Itália; Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad), da Noruega; Operação Amazônia Nativa (Opan), do Brasil; Oxfam International, seu secretariado internacional está localizado no Reino Unido; Pro Índios de Roraima, da Itália; Pro Regenwald, da Alemanha; Rainforest Foundation, dos Estados Unidos da América; Survival International, do Reino Unido; The Nature Conservancy (TNC), o escritório internacional está sediado nos Estados Unidos da América; Urihi-Saúde Yanomami, do Brasil.

Está clara a marcante presença do interesse internacional.

Voltando à questão da retirada dos não-índios, segue uma reflexão: as restrições impostas ao acesso de não-índios às reservas indígenas são consideradas por muitos uma afronta aos direitos individuais garantidos pela Constituição Federal. Seria razoável a população não-indígena brasileira exigir que o mesmo fosse aplicado aos índios, ou seja, que estes não pudessem deixar suas reservas para, livremente, circularem pelo restante do território nacional? Certamente que não! Assim, mais uma vez, os indígenas estão sendo privilegiados, em detrimento flagrante dos direitos da grande maioria da população brasileira.

Atualmente, o País, com ansiedade, aguarda a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, definindo as conseqüências para as diversas partes envolvidas na questão: Estado de Roraima, produtores agrícolas, comunidades indígenas e sociedade roraimense, como um todo.

A situação das demarcações das TIs agrava-se quando a ela se agrega um “ingrediente”, não menos controverso. Referimos-nos à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Passemos a tratar desse documento.

Aprovado pela Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, em 13 de setembro de 2007, contando com o apoio de 144 países,⁸ entre os quais o Brasil, o documento em pauta contém diversos artigos que tratam dos direitos das comunidades indígenas de todo o Mundo.⁹ Alguns desses artigos são considerados muito polêmicos, por falta de clareza ou por trazerem em seu conteúdo aspectos que podem representar ameaças à integridade e à soberania nacionais. Vejamos os principais:

– “Art. 3º. Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.”

Comentário(s)/questionamento(s): o que significa exatamente a expressão “determinam livremente a sua condição política” colocada na Declaração? Seria poder decidir, por exemplo, quanto à sua nacionalidade? Estarão submetidos, ou não, às regras políticas do Brasil, incluindo o seu relacionamento com os demais estados da comunidade internacional?

– “Art. 4º. Os povos indígenas, no exercício do seu direito à livre determinação, têm di-

reito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas.”

Comentário(s)/questionamento(s): frisamos, “livre determinação”. O esperado “autogoverno nas questões relacionadas com assuntos internos e locais” significa que, no interior de suas reservas, os grupos indígenas têm o direito de fazer suas próprias leis, não respeitando a Constituição Federal e as demais legislações em vigor no País?

– “Art 6º. Toda a pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade.”

Comentário(s)/questionamento(s): esse artigo é muito lacônico, pouco claro. Parece afirmar o óbvio, porém, ao contrário, “deixa no ar” muitas questões. Considerando o direito à “determinação”, tão enfatizada nos artigos anteriores, cabe aqui perguntar: que nacionalidade? A que se refere, ao país onde nasceram ou às suas etnias? Nacionalidade Ianomâmi, Macuxi...?

– “Art. 9º. Os povos indígenas têm o direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação de que se trate. Não resultará nenhuma discriminação de nenhum tipo ao exercício desse direito.”

Comentário(s)/questionamento(s): no Brasil, temos reconhecidas as diversas comunidades indígenas. Entretanto, podemos considerar aceitável o emprego da expressão “nação” indígena? Seria possível a existência de qualquer outra nação dentro da nação brasileira?

– “Art. 19. Os Estados celebrarão consultas e cooperação de boa-fé, com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, para obterem o seu consentimento prévio, livre e informado, an-

tes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.”

Comentário(s)/questionamento(s): as leis do País somente serão respeitadas pelos grupos indígenas se estes estiverem de acordo com elas?

– “Art. 30. 1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que as justifiquem uma razão de interesse público pertinente, ou que as aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados. 2. Os Estados celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e, em particular, por meio de suas instituições representativas, antes de se utilizar suas terras ou territórios para atividades militares.”

Comentário(s)/questionamento(s): aqui está clara a intenção de limitar a atuação das Forças Armadas no interior das terras indígenas. Quem julgará se o “interesse público” é ou não “pertinente”? Como está redigido, mesmo no cumprimento de suas missões constitucionais, entre as quais se encontra a de defender a Pátria, as Forças Armadas terão que, previamente, contar com o consentimento das diferentes comunidades indígenas para operar no interior de suas áreas. A expressão “suas terras ou territórios” contraria a Constituição Federal, a qual determina que as terras indígenas “pertencem à União”. Vale lembrar, também, que muitas áreas indígenas estão localizadas na faixa de fronteira. Aqui não há a necessidade de comentários adicionais...

Outros artigos, da mesma forma, pouco claros em seus propósitos, merecem referência. Citemos alguns deles:

– “Art. 5º. Os povos indígenas têm direito a conservar e reforçar suas próprias instituições

políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo por sua vez, seus direitos em participar plenamente, se o desejam, na vida política, econômica, social e cultural do Estado.”;

– “Art. 39. Os povos indígenas têm direito à assistência financeira e técnica dos estados por via da cooperação internacional, para o desfrute dos direitos enunciados na presente Declaração”;

– “Art. 41. Os órgãos e organismos especializados do sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais contribuirão à plena realização das disposições da presente Declaração mediante a mobilização, entre outras coisas, da cooperação financeira e da assistência técnica. Estabelecer-se-ão os meios para assegurar a participação dos povos indígenas em relação aos assuntos que os afetem”;

– “Art. 42. As Nações Unidas, seus órgãos, incluindo o Fórum Permanente para as Questões Indígenas e os organismos especializados, em particular a nível local, assim como os Estados, promoverão o respeito e a plena aplicação das disposições da presente Declaração e velarão pela eficácia da presente Declaração.”.

Poderia haver sido aprovado um documento mais polêmico?

A ONU, ao patrocinar tal Declaração, sinaliza, claramente, os caminhos que devem ser seguidos para que as comunidades indígenas, por intermédio da conquista da autodeterminação, venham a constituir as tão proclamas “nações indígenas”.

Como já indicamos anteriormente, diversos dispositivos da Declaração contrariam frontalmente preceitos contidos na Constituição Federal brasileira. Mesmo sabendo que, por ocasião de sua tramitação no Congresso Nacional, tais distorções poderão ser corrigidas, cabe aqui a pergunta: sendo claramente inconstitucional, por que o Brasil a assinou? Para que correr tamanho

risco de ver ratificados, no Congresso Nacional, dispositivos que contrariam os interesses do País?

Assim, consideramos que a eventual ratificação desse documento pelo Congresso Nacional representará grave ameaça à soberania e à integridade territorial brasileira.

A Questão Indígena constitui assunto dos mais complexos da vida nacional. Traz no seu bojo muitos interesses, internos e externos, nem sempre claros, bem definidos. Vimos que posicionamentos assumidos por alguns atores envolvidos na questão estão dissociados dos interesses nacionais.

Portanto, devemos afastar posturas simplistas assumidas por vários setores da sociedade brasileira e por autoridades de destaque da vida nacional que procuram minimizar as questões relacionadas com a problemática indígena. E o debate amplo sobre a questão é muito importante, pois esclarece a opinião pública e lança luz sobre a realidade dos fatos.

Qualquer iniciativa direcionada para a Amazônia exige esforço extra por parte de todos os envolvidos. O desafio maior está em estabelecer novo padrão de desenvolvimento para a região, principalmente baseado na sustentabilidade socioambiental.

O País precisa incrementar seu controle sobre a situação na Amazônia. Tem força, competência e vontade para tal. A deterioração da conjuntura amazônica atual acarretaria mais pressões e contribuiria para alimentar, no seio da opinião pública internacional, a idéia da necessidade de uma intervenção para salvar essa estratégica região do Planeta, “vital para a sobrevivência da humanidade”.

Finalmente, o Brasil precisa, de uma vez por todas, compreender que os seus destinos percorrerão, obrigatoriamente, os caminhos da Amazônia. ☺

Notas

¹ Narcotráfico, contrabando, crimes ambientais diversos, conflitos fundiários, além da problemática em torno da questão indígena.

² BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Brasília, 24 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

³ Instituto Socioambiental – ISA. 2005. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/>>.

⁴ Resultado da seguinte subtração: 851.196.500ha (total do território nacional) menos 109.636.040ha (total das terras indígenas).

⁵ Resultado da seguinte subtração: 180.000.000 habitantes (total da população brasileira) menos 600.000 indivíduos (total da população indígena).

⁶ COIMBRA, Marcos. Brasil Traído. 2008. Disponível em: <http://www.monitormercantil.com.br/mostra_noticia.asp?id2=50149&cat2=opinião>. Acesso em: 23 abr. 2008.

⁷ CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. CIR luta pelo resgate dos direitos das comunidades. 2008. Disponível em: <<http://www.cir.org.br/cir.php>>.

⁸ Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não assinaram o documento. Outros países abstiveram-se.

⁹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. ONU aprova Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Encarte Porantim, nº 299, out. 2007. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1191526307_Encarte299.pdf>.

Os militares e a sociedade civil

Oliveiros S. Ferreira

Palestra proferida no Nupri da USP, em 17/05/2008

Para compreender bem as relações entre as Forças Armadas e a sociedade, é preciso definir, antes de tudo, no que uma se distingue da outra enquanto *princípio*. Isso significa avaliar os traços distintivos da sociedade — que alguns costumam chamar de civil — e do grupo militar. Resumidamente, esses traços distintivos são:

a. Como princípio constitutivo:

Militares – O princípio é burocrático, hierárquico. As chefias são escolhidas segundo padrões estabelecidos pela hierarquia. Guiam-se pelo que Hermann Heller chama de “segurança militar”, isto é, a certeza probabilística de que a ordem dada será cumprida.

Civis – O princípio é político, eletivo. As chefias são eleitas e necessitam ter legitimidade para exercer a dominação. Esses grupos guiam-se pelo que Heller chama de “segurança jurídica”, isto é, a incerteza que cerca a obediência às ordens, à medida que a dominação só é possível se dirigentes e dirigidos partilham dos mesmos valores que inspiram a norma jurídica que consagra a dominação.

b. Como princípio aglutinador:

Militares – O princípio que aglutina o grupo militar é a honra. Dessa perspectiva, os militares constituem uma corporação, palavra no sentido de referência às antigas corporações. Um sociólogo diria que a solidariedade que une os membros do grupo é de comunhão. Outro, para explicar, diria que o membro do grupo militar sente como dirigida contra ele a ofensa feita ao grupo, e que o grupo toma como diri-

gida a ele aquilo que reputa ofensa a seu membro. Pensando em tipos sociológicos, podemos dizer que os valores que mantêm unido o grupo militar são diferentes, quando não antagônicos aos valores da economia monetária, especialmente o juro e o lucro.

Civis – Contrariamente ao grupo militar, o que aglutina os civis são o *status*, o poder e a riqueza. Os civis integram uma sociedade de classes (inclusive as ditas socialistas). A solidariedade que une cada grupo da sociedade é de comunidade ou de massa. A honra é substituída pela legalidade formal das ações. Os valores monetários são mensurados, especialmente o lucro, embora haja momentos em que grupos civis condenam os juros abusivos.

Há idéias fundamentais sobre as quais é necessária uma reflexão.

Em linhas gerais, a corporação deve ser vista como uma unidade de vontade e de potência. Ao reduzir os membros do grupo a uma unidade orgânica de pessoas, a corporação torna-se o sujeito próprio dos poderes e dos direitos coletivos, do grupo. Desse ponto de vista, “a fusão orgânica dos indivíduos membros de um ser corporativo implica necessariamente que ele concentrará nele, a partir dessa fusão, as faculdades jurídicas do grupo unificado. Desse modo, por sua organização unificante, que a coletividade se encontra erigida em sujeito de direitos” (Carré de Malberg, *“Contribution à la théorie générale de l’État”*, v. I, 33).

A corporação militar, é preciso destacar, não se insere em um universo de grupos que respondem ao mesmo e igual princípio, mas sim em uma

sociedade de classes, que alguns preferem caracterizar como contratual ou de adesão voluntária. De qualquer forma, cabe distinguir — e isso é fundamental — que o princípio constitutivo da corporação militar é a honra, e que o princípio constitutivo da organização contratual ou de adesão, civil, é o interesse individual.

A segunda idéia para a qual chamaria atenção é a seguinte: os grupos sociais, inclusive a corporação militar, são funcionais, isto é, constituem-se para desempenhar determinada função.

Diferentemente dos grupos civis, a corporação militar raramente realiza sua função precípua que é a guerra. Ao contrário dos empresários que todos os dias dirigem; dos operários que todos os dias trabalham sob ordens, dos professores que diariamente dão aulas, os militares só fazem a guerra em última instância. O que significa, salvo melhor juízo, que existe uma disfunção implícita na corporação militar — disfunção que a sociedade como um todo e os governos na maioria das vezes desejam ardentemente que se perpetue, ainda que as Forças Armadas sejam o braço armado do Estado.

O grupo militar sofre de uma crise de disfuncionalidade mais do que os grupos civis, muitas vezes também sujeitos a esse tipo de crise. Feito para a guerra, o militar vê que a sociedade se rejubila com o fato de ela não acontecer. Alguns membros da corporação poderão ver com satisfação que essa é a realidade. Esse sentimento dá-se em um primeiro momento. Em um segundo momento, porém, o militar sente-se inseguro por não ter função e por ver que a sociedade o considera inútil. A história tem registrado momentos em que as sociedades, especialmente aquelas em desenvolvimento, passam por sérias crises institucionais, aquelas em que os mecanismos que permitem que se alcance uma solução negociada já não funcionam. Nessas

ocasiões, haverá grupos civis que desejarem que os militares interfiram nos negócios internos, apesar de ser possível estabelecerem constituições e leis. Muitas vezes, depois que tudo voltar ao normal e novos mecanismos tiverem sido construídos, é possível (quase certo) que os mesmos grupos que pediram a intervenção condenem os militares por terem atendido a seu apelo e realizado a intervenção contra as leis.

A disfuncionalidade básica da corporação militar agrava o que se poderia chamar de crise de identidade, que se traduz em uma pergunta: “Para que existo?”. Quando essa crise se instala concomitantemente com a inflação, há o risco de que se solape o sentido de honra, e hierarquia e disciplina se vêem ameaçadas. Além disso, a inflação tende a colocar a corporação militar em atitude de expectativa crítica diante do governo, ao qual devem obediência *política*, mas não *corporativa*.

Quando o Governo, por qualquer motivo, congela orçamentos, reduzindo ou negando investimentos, a corporação amarga o sentimento de rejeição de parte da sociedade e, o que é mais grave, de parte do Governo, o qual parece desconhecer que uma das funções das Forças Armadas é sustentar o Estado. Desde que, como diria o General de Gaulle, haja um Estado.

Outra idéia para a qual chamo a atenção é o fato de a corporação militar ser composta de indivíduos sujeitos a um tipo de disciplina especial. Quando se cumpre a função precípua da corporação, a disciplina — raciocínio no limite, desconsiderando a atitude daqueles que combatem pelo ideal nacional — se mantém mediante a certeza de que a morte certa espera na retaguarda aquele que não desejar arriscar a vida na frente de combate. Essa disciplina e seu fundamento destoam da natureza — e por isso não é encontrada da mesma forma nos grupos civis.

A disciplina militar não é compreendida pelos integrantes das sociedades modernas. Se nelas os velhos são vistos com “caretas”, que dizer dos militares? São tidos como “milicos” — e dito isso se estabelece, pelo elo semântico, a profunda separação entre dois tipos de indivíduos: um, buscando usufruir da vida enquanto energia houver, outro, buscando viver enquanto persistir o sentido de missão que interiorizou e a certeza de que o Conselho de Justificação ou a corte marcial o espera se não cumprir seu dever.

Será alguém, dotado de razoável bom-senso e desfrutando relativamente bem dos lazeres que a sociedade industrial ou pós-industrial coloca ao nosso dispor, capaz de compreender a vida de um submarinista ou a de um tripulante de um blindado, mais especificamente de um carro-de-combate? Não falo do aviador — ele é o mais feliz de todos, pois realiza nos céus a autonomia que os homens porfiam por ter na sociedade. Como disse, certa feita, “o oficial-aviador é um homem só — ele, o inimigo, o horizonte e Deus. [...] é ele quem, sozinho, joga a vida. [...] O aviador é o Quixote que sobreviveu à cavalaria e integrou-se na mecanização da morte”.

Refletamos alguns instantes sobre cada uma dessas idéias.

Sendo a honra o princípio constitutivo da corporação militar, é apenas normal que seus membros não compreendam como, na sociedade exterior, o interesse individual possa ser princípio aglutinador de ações pessoais e coletivas. Essa oposição entre dois princípios constitutivos não é apenas teórica, é prática, e disso temos plena consciência quando buscamos entender as razões que levam o empresário a acumular lucros ou o burocrata soviético a desejar ter mais e mais poder e dinheiro ainda que à custa da corrupção.

Em países em que o capitalismo não se estabeleceu plenamente e ainda não impregnou a sociedade com seu *ethos* racional, é difícil para o militar integrar-se no espírito da ação lucrativa, que deixa para o mercado (essa abstração tão mal compreendida por muitos) a solução das divergências entre os interesses. Não é de estranhar, desse modo, que os militares, como tipo social, em princípio se oponham ao liberalismo e sejam propensos a aceitar o que se poderia denominar de capitalismo de Estado, sistema econômico em que normas burocráticas e considerações opostas ao lucro e ao interesse individual dirigem em teoria as ações econômicas — independentemente de juízos sobre a eficiência de um sistema e outro.

A disfuncionalidade talvez seja a principal questão que perturba o militar na sociedade moderna. São poucos os Estados modernos, e, digamos, democráticos, que ainda mantêm Forças Armadas funcionais em constante estado de “pronto”. O fato de haver Estados que não as têm em estado de “pronto” não obscurece o fato de por toda parte existirem Forças Armadas cujo nível de equipamento e preparo é visto como insuficiente por seus integrantes. Elas são, muitas vezes, empregadas em situações de guerra interna para as quais não foram preparadas, ou em ações de natureza civil — um e outro emprego não se coadunando com sua destinação corporativa se assim se pode dizer.

O fato de ser uma corporação organizada em torno da honra faz das Forças Armadas um corpo estranho na sociedade civil, especialmente no Brasil, país de mil contrastes e nenhuma solução. Na verdade, nas sociedades como a brasileira, em que a anomia social começa a estabelecer-se, as Forças Armadas são possivelmente a única, ou uma das poucas instituições que mantêm um mínimo de disciplina.

Do prisma em que as coisas são vistas, a disfunção das Forças Armadas só tende a aumentar — disfunção não mais produzida apenas pela impossibilidade de emprego, mas ampliada pelo fato de serem um grupo organizado dentro de uma sociedade a caminho da desorganização. Quando bandos criminosos liberam territórios nas cidades e neles impõem sua lei sem que o Poder de Estado consiga ou deseje se afirmar, as Forças Armadas transformam-se em um corpo à parte da sociedade e do próprio Estado. Pior ainda, não podem impedir que os germes da indisciplina e da corrupção que pululam no ambiente externo abalem sua estrutura ao nível dos subordinados, obrigando os superiores ao desempenho de funções pedagógicas e punitivas muito acima do normal previsível.

Uma sociedade em anomia tende a conduzir a duas situações limites: ou as Forças Armadas se transformam em outros tantos grupos privados dispostos a dividir território e poder, como na China pré-revolucionária, e então perdem sua característica básica, que é a unidade de comando e a disciplina, ou então se encasulam e se constituem em corpos estranhos enquistados na sociedade. Nessa hipótese, não se sabe até quando, para defender os valores que constituem sua razão de ser e sua consciência de que lhes cabe defender o Estado, resistirão ao impulso de assumir as funções de polícia ou assumir posição real de controle das situações.

Por esses três fatores — o princípio constitutivo, função e a disciplina —, os militares situam-se à margem da nossa sociedade dita moderna. Será assim tão difícil compreender por que os militares sejam levados a colocar a serviço dos interesses nacionais, compreendidos à luz da visão do mundo que a corporação lhes transmite, as armas que a na-

ção lhes deu para defendê-la contra os inimigos externos ou contra aqueles que vêm como inimigos do Estado?

É preciso estar atento para a crise de Estado em que vivemos — possivelmente em seu início, mas ainda assim presente. Seu começo é uma crise de Governo, e é por isso que, quando falo em crise de Estado, são poucos os que concordam comigo.

Contando com o contraditório para melhor fixar idéias, gostaria de abordar esse tema, começando por dizer que a compreensão da necessidade da existência de um grupo específico encarregado de defender o Estado e a própria sociedade estão estreitamente ligados à idéia que essa mesma sociedade tem do Estado — território, destino, governo.

Não pretendo aqui discutir questões teóricas de Geopolítica; quero apenas chamar atenção para a importância que o território tem, primeiro naquilo que se poderia chamar de percepção do caráter concreto do Estado pela sociedade; depois, nas relações do Estado nacional com os demais Estados. A esse propósito, diria que muitas das crises que hoje são consideradas como crises internacionais espelham, a rigor, uma das características, se não a fundamental, do *Volksgeist*.

O exemplo disso é a dupla saga, sionista e palestina, que marca a realidade internacional que sucedeu a 1948, sem que tenhamos nos detido o suficiente sobre a importância que o elemento território tem para esses povos. Se não tivermos presente a relação entre a “visão” do território (que não é a do paraíso, mas talvez seja a da terra sobre a qual erguer a escada que leva a ele, tal qual no sonho de Jacó) e o *Volksgeist*, não seremos capazes de compreender a história do sionismo. Muito menos a vocação para a morte dos que engrossam as fileiras

do terrorismo (e não nos esqueçamos dos que lhes dão apoio nas intifadas) para obter seu Estado Palestino.

Mas não são estes os únicos exemplos que posso apresentar, buscando demonstrar minha tese que vai além da Geopolítica como muitos a entendem de modo estreito. As guerras balcânicas desde o final do século XIX, mas especialmente as que deitaram uma sombra negra sobre a Europa no fim do século XX, servem para nos demonstrar a verdade da afirmação.

O que foi dito serve para introduzir outra proposição: a de que a ligação primeira de um povo não é com o Estado, mas com o território, porque ele é o primeiro ponto de referência do povo ao criar seu espírito, seu *Volksgeist*. O Estado é abstrato no sentido de que os *simples* (e mesmo, algumas vezes, os *intelectuais*) não são capazes de visualizá-lo, de tocá-lo, ao contrário do que fazem com a terra que têm como sua, porque habitam seu chão, quando não o transformam para sua sobrevivência. O Estado é ente real e construção teórica dos (assim denominados) *intelectuais orgânicos* do povo, aqueles que são capazes de traduzir em palavras o significado profundo dos símbolos coletivos em que se expressa o espírito do povo, espírito esse que marca como ferrete em brasa a nação. O território é dado de fato concreto, pois é nele que se vive e que se morre (e por ele se mata, também, convém não esquecer, para fazê-lo *nosso*).

Avançaria para dizer que, enquanto o território não integra o *Volksgeist* como seu elemento fundador, o Estado é uma abstração para o povo, que dele só conhece o Governo. E que quando se esvaece a idéia de que o território é a *conditio realiter* do Estado, o Governo se vê diante de dramáticas situações em caso de invasão do território estatal ou de tentativas de subversão da idéia que o povo faz de si mesmo e de seu destino.

Não se pode pensar que a idéia do território estatal — não do pedaço de terra de cada um — impõe-se como um dado ao povo. O processo de criação do *Volksgeist* é mais complexo do que desejariam os que fazem dele sua bandeira de combate contra o estrangeiro. A relação entre território e Estado, da perspectiva da criação e firme existência do *Volksgeist*, depende de que os indivíduos sejam capazes de superar os obstáculos impostos ao contato constante e duradouro entre os núcleos populacionais, pela deficiência das vias de comunicação ou a ausência delas. Se admitirmos, para argumentar, que em suas relações sociais os indivíduos se guiam mentalmente pelo território que ocupam, ou por até onde vão suas atividades econômicas e suas perspectivas afetivas de futuro individual ou coletivo, veremos que em um país da dimensão do Brasil, continental e com as deficiências de infra-estrutura que são notórias, não se deve, *a priori*, partir do pressuposto de que para formar o espírito do povo esteja presente a idéia do território estatal.

A história nos dá suficientes lições de haver momentos em que, levantando-se contra o Estado, o território que as revoluções pretendiam abranger era sempre menor do que aquele que o Estado delimitara juridicamente — 1817, 1824, 1835, 1842, e como querem alguns, 1932.

Dessa perspectiva, concordaria com o General Aurélio Lyra Tavares que, quando era comandante da 7ª Região Militar, afirmava que o Exército Nacional era e tinha sido a coluna vertebral em torno da qual se estruturara o Brasil. Espinha dorsal, acrescentaria eu, à medida que era e é uma organização nacional, no sentido de que atua em todo o território estatal. Não é demais dizer que o General Lyra Tavares tinha perfeita consciência de que o Exército era um instrumento do Estado e que dele fazia às vezes

quando o Governo não tinha como chegar aos mais afastados rincões do País. Um Exército que ocupasse o território e o vivificasse — essa a proposição, nem sempre oculta, do General Góes Monteiro nos anos 1930. Para que o território integre, como idéia, o *Volksgeist*, é necessário que o Estado vivifique o seu espaço e faça que as vias de comunicação sirvam não apenas para fomentar o comércio e o turismo, mas para permitir que as populações de fato se comuniquem, troquem suas experiências de vida, suas esperanças e frustrações. Só assim todos construirão a imagem de todos ocupando o mesmo território e formando como partes integrantes o mesmo Estado.

Aos que resistirem a essas proposições, darei exemplo de *survey*, não científico, que venho fazendo com meus alunos em duas faculdades. Pergunto-lhes, de modo a permitir uma resposta sincera, se estariam prontos a alistar-se para recuperar parte do território da Amazônia que fora ocupado pelas Farc. Invariavelmente, a resposta é zero, isto é, ninguém se disporia a alistar-se. Houve ocasião em que alguém disse que, se fossem os Estados Unidos e não as Farc, estaria disposto a lutar; em outra classe, alguém também disse que pagaria mais impostos para que outros fossem lutar. A conclusão a que cheguei é que a idéia de território não pertence ao universo de pensamento e ação de boa parte dos jovens estudantes paulistas, e se não pertence a esse universo, é possível pressupor que não pertença ao universo dos demais jovens estudantes do País; e talvez a idéia de Estado esteja se desfazendo no Brasil.

O Estado, porém, tenhamos claro, não é apenas território. É também destino e Governo.

O destino é aquele da nação, que construímos em nossos sonhos, acalentados por uma idéia nem sempre assente na dura reali-

dade dos dias em que cada um de nós vive e morre. A Nação é uma idéia que um grupo tem e faz sua, procurando expandi-la para outros. Mas, para que o grão não morra, é preciso que a semente lançada na terra seja fecundada pela ação de muitos, especialmente daqueles que, acreditando em uma boa safra, ocupam o Governo. É importante fixar que sonhamos a Nação antes de ocupar o Governo que indicará a todos qual será o futuro. O Governo, por si, não sonha; o sonho da Nação é de alguns poucos que, ocupando parte do território, pretendem que ela se construa nele. Importa ver que se não houver uma íntima associação entre o sonho e as ações do Governo, o Estado continuará sendo uma abstração, e as sucessivas administrações perderão a capacidade de mobilizar a sociedade para construir seu futuro.

Quero dizer que a Nação não sobrevive apenas como um estado d'alma da sociedade. Ela resulta da interação dos indivíduos que a idealizam e são capazes de manter contatos criadores ao longo do território — isso exige que as servidões da infra-estrutura sejam vencidas e as vias de comunicação sirvam não só para o comércio e o turismo, mas também e, sobretudo, repito, para que os indivíduos e grupos troquem experiências e construam seu destino.

Não apenas disso, porém; o estado d'alma de uma sociedade resulta também das ações do Governo que permitam a cada membro dela intuir ou saber com certeza que pertence a uma Nação que possui um papel a desempenhar no conjunto das nações e que ele, indivíduo, tem um lugar nela e um papel a desempenhar na construção de um futuro que é dela.

O sentimento de pertença à nação e a íntima convicção de que os antigos tinham razão ao dizer: "Certa ou errada, minha Nação", confronta-se com aquilo que alguns filósofos dizi-

am ser a tendência do ser humano a desejar mais e mais poder ou ter, na vida em sociedade, apesar de todos os constrangimentos a que ela se sujeita, maior independência, autonomia e poder. É um sistema de forças — algumas centrífugas, outras centrípetas — cuja resultante apenas o Estado pode resolver a favor daquilo que, em momentos de grande crise nacional, os franceses chamaram de *union sacrée*.

A crise do Estado vem do fato de que seu núcleo de poder, para voltar a Hermann Heller, não tem mais projeto para oferecer à sociedade e nem às Forças Armadas, que só sustentam o Estado quando ele tem projeto. Um projeto não é um conjunto de ações de Governo. Sua falta decorre do fato de que o grupo que pensa a Nação não tem força (que resulta do contato criador entre os indivíduos) para afirmar sobre as tendências anti-sistêmicas a sua idéia ou seu projeto.

Creio que o momento é propício para que se lance um olhar sobre o passado imperfeito, especialmente tendo em conta que o Presidente da República insiste em afirmar que seus programas permitem que seu governo seja equiparado aos de Juscelino Kubitschek — seguramente louvado na entronização que alguns meios de comunicação fizeram do então Presidente — e de Ernesto Geisel.

V. Ex.^a poderia, para fazer justiça, referir-se ao governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que formulou o Plano Salte, o qual permitiu um avanço nos setores de energia e transporte. Deixemos, já consagrado, o período JK e fixemo-nos no de Ernesto Geisel, que tem em comum com nossa palestra o fato de ter sido o que encerrou, em janeiro de 1979, o ciclo de presidências militares governando com poderes discricionários.

O projeto do Estado brasileiro de 1964 foi construir uma potência emergente capaz de impor-se à América Latina e contrapor-se, como

expressão regional de poder, aos Estados Unidos. Inexistindo na sociedade grupo social que pudesse vertebrar tal aspiração, a *mise-en-oeuvre* desse projeto teve de ser confiada às Forças Armadas e à diplomacia. As primeiras incumbiram-se de formular uma doutrina militar autônoma, concluída no fim do governo Castelo Branco. Qualquer que seja o juízo que se faça sobre os autores do projeto e sobre a preeminência do Exército no conjunto das Armas, o fato é que o projeto foi assim concebido e executado. A diplomacia incumbiu-se de marcar as distâncias dos Estados Unidos, assinalando desde 1964 que o fato de o Brasil pertencer ao chamado Ocidente não significava que defenderia os interesses da grande potência que, na época, defendia o Ocidente.

A História, sabemos todos, não segue linhas retas — afinal, Deus escreve certo por linhas tortas. O princípio do erro interfere de quando em quando — e só nos regimes parlamentaristas é que a queda de gabinetes permite que se retome o curso normal e necessário. O princípio do erro interveio no Brasil quando se celebrou o Acordo Nuclear com a Alemanha. Objetivamente, esse acordo, que foi a conclusão de estudos do então Conselho de Segurança Nacional com certeza a partir de 1967, respondia a uma dupla necessidade: uma, assegurar o suprimento de energia elétrica ao ecúmeno principal; outra, permitir que o Brasil tivesse o controle do ciclo completo do átomo.

O acordo nuclear e o terceiro-mundismo da diplomacia — tendo como pano de fundo o rompimento do acordo militar Brasil-EUA e a incipiente indústria bélica — levaram os Estados Unidos a terem uma percepção das intenções do Estado brasileiro, que não coincidia com a que os governos brasileiros tinham de suas

ações. Esse desencontro de percepções — sempre fatal nas relações entre Estados — não impediu que o projeto de autonomia científico-tecnológica fosse levado a cabo. Mesmo quando — e daí falar-se em princípio do erro — se teve consciência de que o acordo nuclear com a Alemanha não permitia o enriquecimento autônomo do urânio. A resposta foi o programa nuclear paralelo, em cujo desenvolvimento a Marinha conseguiu enriquecer o urânio em porcentagem suficiente para abastecer um reator civil ou o de um submarino. Nesse estágio, tudo parou: fosse a construção de reatores para cidades médias e pequenas, a fim de fazer cessar a dependência de energia gerada em outros países, fosse o projeto do submarino nuclear, condenado por ativos grupos civis que conseguiram obter dos governos da Nova República em diante o congelamento das verbas indispensáveis para que a Marinha continuasse seu projeto, que é, estejamos certos, um projeto de projeção de poder e autonomia do Estado brasileiro.

Em Argel, 1943, depois de ganhar a disputa com o General Giraud em torno de quem representaria a França livre, o General de Gaulle cuida de organizar o Estado — a França, note-se, ainda está ocupada pelo exército alemão. A quem o aconselha a deter-se antes de tudo na Educação, o General de Gaulle responde com a sobrançeria que lhe era peculiar: antes de tudo, o Exército, pois é ele que sustenta o Estado.

Essa idéia de que o Exército sustenta o Estado — e como organização é capaz de sustentar a idéia de Nação — não foi bem compreendida pelos governos militares apesar da clareza de visão do General Lyra Tavares antes de assumir o Ministério do Exército e, depois, integrar a Junta Militar. Quando se fizer

sine ira et studio a história da relação entre as presidências militares e as Forças Armadas, é possível observar que foi a partir de 1964 que seus orçamentos foram congelados ou aumentados apenas para conter a inflação, e se descuidou — exceto, talvez, no que se refere à Força Aérea em alguns momentos típicos — de sua missão estratégica e de sua função em uma sociedade que já apresentava alguns sinais de anomia.

Hoje, as Forças Armadas sofrem as consequências dessa visão estreita de sua função em uma sociedade como a brasileira. O papel secundário a que são relegadas no Estado é um indicador seguro de que os sucessivos governos pós-1964 abriram mão de fortalecer o poder do Estado nacional no momento em que as tensões internas e internacionais exigiam que se atentasse para tal. Na passagem da idéia da defesa associada à de criar-se um organismo sul-americano de defesa, pode vislumbrar-se projeto de reduzir as funções das Forças Armadas, especialmente do Exército, às de mero coadjuvante das ações de paz das Nações Unidas. Com o que se está transformando o Exército — e por extensão as demais Forças — da realidade de espinha dorsal da Nação em executor das decisões dos governos de um Estado que se poderia chamar de Estado-sipaio da globalização.

Por “sipaio”, conforme tenho muitas vezes esclarecido, entenda-se metaforicamente aquilo que está nos dicionários: “soldado natural da Índia, a serviço dos ingleses.”

Muito obrigado. ☺

** permitida a reprodução total ou parcial dos textos desde que citados autor e fonte*
<http://www.oliveiros.com.br/ie.html>

Bôeres: a guerra do fim do mundo*

(segunda parte – conclusão)

*César Augusto Nicodemus de Souza***

De cercados à vitória

Quando a guerra começara, em 11 de outubro de 1899, o Governo britânico estava convencido de “que estaria terminada por ocasião do Natal”. Só faltou definir de qual ano.

Situação entre janeiro e fevereiro de 1900

O novo comandante designado para as tropas britânicas, *Lord Roberts*, acompanhado por seu Chefe de Estado-Maior, *Lord Kitchener*, chegou à África do Sul com um objetivo inicial pré-traçado: liberar Kimberley do cerco e, então, capturar Bloemfontein com um contingente expressivo. Aprendendo com os fracassos de seus predecessores, quis evitar, ao máximo, ataques frontais, dando prioridade a ações altamente móveis. Com este desiderato, houve preponderância de emprego de Cavalaria, e um grande número de cavalos lhe foi suprido. Ambos partiram para o corte do Rio Modder, onde foram concentrados 30 mil homens.

Enquanto isso, o General Buller, ainda no comando da frente sobre Ladysmith, como já vimos anteriormente, fora barrado em Spioenkop, em mais uma tentativa de marchar sobre os bôeres, que cercavam aquela importante guarnição.

Por outro lado, Mafeking, hoje Mafikeng, embora não passasse de uma vila, era outra importante localidade estratégica sobre a ferrovia, cercada, como Kimberley, desde 14 de outubro do ano anterior. Para lá se deslocara, espontâ-

nea e previamente, o Coronel Robert Baden Powell, que iria enfrentar, quando atacado, uma desproporção de efetivos de 9 para 1, na defesa de um perímetro de 9km. Para compensá-la, convocou os jovens de 9 a 15 anos para, com suas bicicletas, desempenharem funções de estafetas e de mensageiros para a distribuição do correio; logo, eles eram voluntários para servirem de sentinelas, além de executarem muitos outros serviços, demonstrando, com isso, coragem diante do grande risco.

Inspirado na atuação daqueles jovens, que tanto produziram pela decidida adesão a uma causa, ele foi levado, mais tarde, a criar o escotismo.

Ladysmith: a vida em uma cidade sob sítio

Nada melhor do que acompanhar alguns trechos do diário de um dos moradores.¹ A rigor, é interessante começar a leitura por alguns de seus cadernos mais antigos, para melhor entender a cidade:

– Em 1850, 11 de outubro: “A cidade foi hoje oficialmente proclamada “Ladysmith” [em homenagem a *Lady* Juana Maria de Los Dolores de Leon Smith, esposa do Governador da Província do Cabo,

¹ Extraído de *A Diary of the Siege of Ladysmith*, de Brian Kaighin

Sir Harry Smith; casada com esse militar, na Espanha, sua terra natal, aos 14 anos, por ocasião da campanha britânica contra as tropas de Bonaparte].

– Em 1854, 12 de julho: “O bispo de Colenso veio à cidade junto com o contador-chefe do senhor governador. Nem eu tinha me dado conta de que já somos uma vila de 23 casas, uma Corte de Justiça, 2 hotéis, uma igreja calvinista, várias lojas, um acampamento militar, uma igreja anglicana e 102 moradores!”

– Em 1861, 26 de março: “Hans Don de Lange foi enforcado por ter matado um nativo [...] Knight e King abriram uma grande loja [...]”

– No ano de 1885, houve muitos eventos, os quais destacamos:

– “[...] O proprietário esfaqueou o cunhado, que veio a falecer dois dias depois”;

– “[...] O cozinheiro doméstico começou um serviço religioso para nativos”;

– “A ferrovia chegou à cidade (!)”;

– “[...] comerciantes muçulmanos estiveram na cidade.”

– Em 1887, 23 de outubro: “Esta descoberta do ouro já está criando muitos problemas [...]. O Secretário da *Ladysmith Gold Minig* já disse que está organizando uma tropa de *Natal Carbineers*.”

[Lendo os registros de 1890, aprendemos que fora implantado um conjunto de prédios, fabricados com folhas de metal, para abrigar não só soldados, mas também armas e munições no local onde se situava o acampamento antigo.]

Nos de 1893, ficamos sabendo da construção do *Town Hall* e — vejam só — fora construída “uma fábrica que começara a suprir gás para a iluminação pública”; daquela pequena cidade no interior da África (!);

Viramos agora as páginas do caderno relativo aos anos de 1899 e 1900:

– Outubro:

Dia 2: “Os *voluntários navais de Natal* chegaram ontem; e hoje os *atiradores montados da fronteira* [...] portanto, parece que vamos ter problemas em breve.”

Dia 10: “Está correndo por aí que o *Oom* (*Old Man*, ou *Velho* — Paul Kruger) deu um *ultimatum* ao Governo britânico para retirar as forças do país no prazo de 48 horas, ou vai haver luta.”

Dia 11: “Todo mundo passou uma noite de muita aflição, sem saber qual seria a resposta do Governo, mas não houve nenhuma [...] então, concluímos que deverá haver batalha em breve. Agora está explicado o incremento das tropas.”

Ainda em 11 de outubro, provavelmente à tarde): “[...] confirmando o *ultimatum* que nos deram, e não foram atendidos, os *trekeers* declararam guerra!”

Durante os primeiros dias da guerra declarada, ele vai descrevendo:

– as inúmeras unidades que chegam e que partem todos os dias:

“[...] há voluntários negros, a cavalo, vindos de Natal, por exemplo”;

– as impressões e as atitudes de quem participa das primeiras ações:

“[...] já há gente vendendo cartões postais com imagens da guerra... Para muita gente [tais fotos] valem como um jornal”.

“Esta tarde havia um grupo do Exército enchendo um enorme balão redondo... Dizem que era teste”

Sábado, 21 de outubro: “Gente que veio de Dundee diz que nós tivemos tempos muito difíceis por lá e que o General Penn-Simons morreu.”

Quinta-feira, 26 de outubro: “O General Yule chega, vindo da retirada de Dundee.”

A soldadesca veio caminhando desde lá, muitos sem sapatos, e estão todos no *bagaço*.”

Terça-feira, 31 de outubro: “Foi acordado um armistício para recolher feridos e enterrar os mortos, mas uma tremenda tempestade de poeira não deixou ninguém trabalhar.”

“Um oficial foi levado à Corte Marcial hoje, por covardia e deserção durante os combates em Dundee e já foi destituído de sua Unidade. Interessante que isso só acontece quando se é derrotado. Parece que os comandantes querem arranjar explicação para os fracassos.”

Quarta-feira, 1º de novembro: “Dia de Todos os Santos. Não houve novidades. Parece que todos respeitaram o dia.”

Quinta, 2 de novembro: “O último trem deixou a cidade cheio de mulheres e crianças, mais os Generais French e Yule. Tão logo eles partiram, os bôeres, às 2h30min da tarde, cortaram os fios telegráficos, a linha da estrada de ferro e destruíram as fontes de água.”

Seria por demais interessante transcrever outras partes desse diário, mas nos afastaríamos de nosso objetivo. Ficariamos sabendo como famílias inteiras passaram a morar em grandes tocas cavadas no solo, para se abrigarem dos tiros intermitentes de canhão que levavam o desassossego à população; de como se estabeleceu um serviço de “Alerta, tiro de canhão!”, com vigias postados em cima de pilhas de caixas, os quais, ao perceberem a fumaça do disparo de um *Long Tom* davam o alarme, pois a duração do trajeto da granada — aproximadamente 22 segundos — era suficiente para que todos se abrigassem. Sa-

beriam das granadas ocas de artilharia, lançadas pelos bôeres — mas cheias de panfletos, chamando os britânicos de covardes por não virem a campo aberto para dar-lhes combate —, do racionamento de comida e de diversos outros artigos, do consumo de carne dos cavalos,² das nuvens de moscas que penetravam na boca de quem comia, das mortes por diarreia (em maior número do que aquelas decorrentes dos combates ou bombardeios); conheceriam a tentativa dos bôeres de inundar a cidade, mediante a construção de uma barragem no rio, a jusante; a atividade dos nativos que, por infiltração, à noite, levavam e traziam correspondências e jornais, mantendo quase normal o serviço de correio para a Cidade do Cabo e adjacências; conheceriam o resultado das partidas de futebol entre soldados escoceses e o time de natalenses, entre um arrebrandamento e outro de granadas de canhão; acompanhariam a evolução quase diária dos preços dos artigos, à proporção que iam se escasseando.

Os leitores tomariam conhecimento da Ordem Nº 466 do Comando da Força, que rezava: “Os veículos devem manter-se à esquerda, fazendo ultrapassagens pela direita. O número de mulas levadas a beber água não pode ultrapassar três e a velocidade limite está restrita à do passo normal”. Outras ali estão, bastante interessantes.

Mas não podemos encerrar esse item sem comentar o que vai relatado por aquele habitante de Ladysmith, sob cerco, ainda na jornada de 2 de novembro de 1899:

² Os britânicos empregaram mais de 500 mil cavalos durante a guerra, dos quais perderam cerca de 370 mil FORA DE COMBATE (!), por problemas de doenças, por pasto insuficiente ou por falta de água, por exaustão — em certos momentos — e acidentes. Talvez nunca tenham imaginado que haveriam de sacrificar um bom número deles para alimentar a população e os soldados sitiados.

– “Uma ambulância bôer veio à cidade trazendo feridos e uma carta do Comandante Joubert, consultando sobre a troca de prisioneiros. Já que estavam aqui, aqueles bôeres compraram goods nas lojas com moedas de ouro (!)”

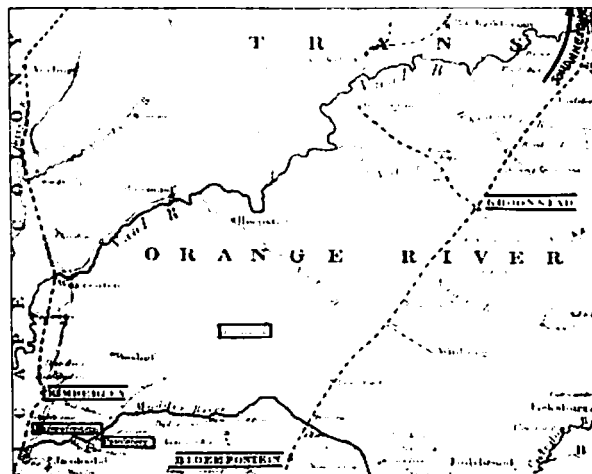
– “Descobriu-se, depois, que o condutor da carroça era um oficial de artilharia bôer que aproveitara a excursão para descobrir alvos.”

De fato, segundo o seu relato, no dia seguinte, a artilharia bôer foi muito mais efetiva nos disparos contra depósitos de munição e prédios que eram sede de comandos, não escapando nem o quartel-general do General George White, comandante da guarnição. Aliás, não foi poupada nem a inauguração do novo salão de jantar do *Royal Hotel*, “batizado” por um arrebetamento na hora prevista para a cerimônia — que por ter sido ligeiramente atrasada, poupou novos feridos para os cirurgiões. Os tiros estavam, realmente, com o repertório renovado e muito bem ajustados.

Mas nem tudo eram limitações e aflições. Notícias trazidas por nativos infiltrados, como as de 4 de dezembro, dando conta das vitórias britânicas contra o General bôer Conje, no *Free State*, proporcionavam a programação de alegre partida de *cricket* para comemorar.

A liberação do cerco a Kimberley

Os moradores de Kimberley, como os de Mafeking, também passavam suas dificuldades. Lord Roberts decidiu empregar sua Cavalaria, sob o comando do General French, para libertar Kimberley, objetivo duplamente importante, seja pela liberação de efetivos britânicos, sob o comando do Coronel R. G. Kekewich, e de trecho da ferrovia, seja por abrir o prosseguimento para território inimigo.



French contornou com rapidez o flanco esquerdo da posição do General P. A. Cronje, à frente de Magersfontein, em direção a Kimberley. As forças bôeres aí estavam completamente inativas desde o início do sítio. Em 15 de fevereiro, o cerco foi finalmente rompido. Os bôeres retrocederam apressadamente na direção norte, enquanto milhares de britânicos invadiram o território do Estado Livre de Orange, ameaçando fracionar as forças do General Cronje.

O prosseguimento da ofensiva britânica tornou pouco seguras as novas posições de Cronje, em Magersfontein, e ele teve de re-trair mais uma vez. Mas o movimento vinha sendo consideravelmente retardado pela centena de carroções, dos quais seus homens não abriam mão, além de condicioná-los ao eixo que levava à água do Rio Modder, imprescindível para humanos e animais. Além disso, muitos haviam trazido consigo mulheres e crianças. Com isso, o General Cronje foi logo alcançado pelos britânicos, já que se negou a abandonar a lenta coluna de seus carroções. Apesar dessa proteção, muitas mulheres e crianças já tinham sido aprisionadas, e algumas

teriam triste fim nos campos de concentração criados pelos britânicos.³

Em 17 de fevereiro, próximo a Paardeberg, o chefe bôer percebeu que sua rota de retraimento estava cortada. Logo depois, seus carroções estavam em chamas e ele encontrava-se cercado por todos os lados. Em decorrência disso, seus homens cavaram abrigos nas margens do Modder. A tropa do General French capturou, logo na primeira noite, 540 prisioneiros — aí incluídos mais de uma centena com seus próprios cavalos —, eles haviam abandonado o acampamento de Cronje. Muitas cabeças de gado e de ovelhas foram também recolhidas. Ainda que a situação se tornasse cada dia mais desesperada, os bôeres conduziam uma brava defensiva, sobretudo na jornada de 18 de fevereiro, quando impuseram pesadas baixas aos britânicos que tentavam desalojá-los.

A partir daquele dia, a ênfase passou para a numerosa artilharia de Roberts, que manteve as posições inimigas sob bombardeio ininterrupto; até que, em 27 de fevereiro, só restava a Cronje render-se com os 3 mil homens, pois estavam cercados.

A ocupação de Bloemfontein

A rendição de Conje fora um desmoralizante golpe para as forças bôeres. Após sua vitória, em Paardeberg, Roberts prosseguiu sobre Bloemfontein, forçando sucessivos recuos do inimigo. Em 13 de março, entrou naquela capital abandonada. Roberts, então, decidiu ali fazer um alto durante algumas semanas, para dar descanso aos homens e para que a ferrovia para o Cabo, vital ao seu apoio, pudesse ser reparada.

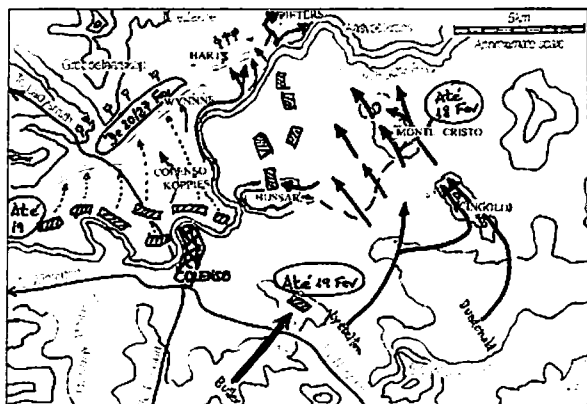
Na frente de combate do Cabo, a marcha de Roberts para Bloemfontein configurara-se em séria ameaça para os bôeres, que estavam em Colesberg e em Stormberg — bem mais ao sul da capital —, pois poderiam facilmente ter seus eixos de retirada cortados, conseqüentemente sendo cercados pelo inimigo. Logo, retrocederam para o Estado Livre de Orange. Em 28 de fevereiro de 1900, Colesberg foi ocupada pelos britânicos, o mesmo acontecendo com Stormberg, em 5 de março.

Enquanto isso, na frente de Natal...

Uma série de pequenos combates, de 12 a 28 de fevereiro, conhecidos no seu conjunto como *The Thukela Heights* — Batalha das Alturas do Tugela —, foram travados nas imediações de Colenso, direcionados para a libertação de Ladysmith. Neles, o General Buller requereu de suas tropas uma dedicação inaudita, em situações limite, procurando sempre envolver as posições inimigas. Alguns nomes entraram para a história dessa guerra, e, mais ainda, para a história do próprio Exército britânico. Basta lembrar que os embates pelo controle das elevações Cingolo, Monte Cristo, Hussar, Hart, Pieters, Wynnne e Colenso Koppies, no conjunto de *The Thukela Heights*, fizeram parte, possivelmente, da maior refrega jamais travada pelo Exército britânico até a Segunda Guerra Mundial. Considera-se também que até a guerra pelas *Falklands*, havia sido a maior batalha travada pelos britânicos no hemisfério meridional.

Em 17 de fevereiro, o General Buller desencadeou sua quarta tentativa para aliviar Ladysmith. Ele obteve sucesso em flanquear os

³ Essa guerra viu surgir, pelas mãos dos britânicos, os campos de concentração. Neles vieram a sucumbir, em razão da inanição e dos maus tratos, mais de 20 mil bôeres, sendo 2.700 só de mulheres e de crianças.



bôeres pela esquerda e os repeliu na colina de Hlangwane, o que possibilitou o desembocar do combate sobre o platô de Pieters, em 23 de fevereiro. Inicialmente, os bóeres obtiveram sucesso em deter o avanço dos britânicos, mas a superioridade numérica destes, em canhões e em tropas, era incontestável, logo, os *trekkers* tiveram que se retirar.

É indispensável relatar, nesta ocasião, que a artilharia britânica era uma força poderosa no campo de batalha, mas normalmente mal utilizada por comandantes que não haviam se exercitado para empregar aquelas armas tão modernas, como, aliás, o combate de Colenso deixara bem claro. Surpreendentemente, em Pieters, Buller deixou seus subordinados testarem o que consideravam um salto de modernidade na tática: concentrações de artilharia pesada sobre o inimigo, coordenadas com a manobra, para proteger e permitir o avanço da infantaria. Foi um sucesso! Mas, também, caracterizou-se como a única oportunidade em que Buller se permitiu a um desses “laivos de condução de ações inventivas por um subordinado”.

A vitória em Pieters fora decisiva. A artilharia britânica, agora, pôde cerrar sobre o dispositivo de cerco, aí abrindo, com seus fogos concentrados, importante brecha, logo aproveitada

pela cavalaria de Lord Dundonald. A infantaria, prosseguindo logo atrás, ampliou a abertura e penetrou no dispositivo em várias direções, proporcionando a limpeza da área. Logo estava refeito o contato físico com a tropa cercada.

Era o dia 28 de fevereiro. As estradas em direção ao norte encheram-se da poeira levantada pelos bóeres retirantes, que aliviavam o cerco, ainda que um dos *Long Tom*, aqueles poderosos canhões *Creusot* 155mm, o qual, durante todo o cerco, martelou a cidade, tivesse lançado uma última granada como salva de despedida, antes de “atracar a palamenta” e partir. Em 1º de março, Ladysmith estava definitivamente libertada do cerco.

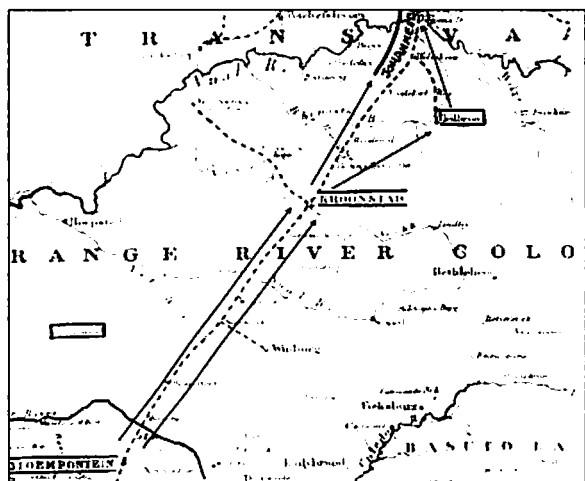
Com a ocupação de Bloemfontein e o alívio de Ladysmith, terminara a primeira parte da ofensiva britânica. Como Roberts, também Buller, optou por dar um merecido descanso de algumas semanas para suas tropas, aproveitando para recompletar níveis de suprimento e restaurar as linhas férreas danificadas para Durban.

Por outro lado, aproveitando-se da trégua que não pediram, analisando as razões e os efeitos de suas derrotas, em Natal e no Estado Livre de Orange, os chefes bóeres adotaram, aos poucos, uma nova estratégia, que exploraria a ação de *kommandos* móveis montados, os quais seriam usados para empreender guerra de desgaste em largas frentes e grandes profundidades. Posições defensivas só seriam adotadas esporadicamente, por prazos suficientemente curtos, para evitar desfavoráveis engajamentos em posição. Os britânicos seriam sempre atacados pela retaguarda, pois nessas condições seriam melhores as chances de sucesso. Dali em diante, decidiram: “Os *kommandos* mover-se-iam tão rápido que os britânicos nunca estariam bastante certos de onde procurar por eles.”

De Bloemfontein a Pretória

O General Roberts retoma a ofensiva

A segunda fase da segunda ofensiva britânica consistiu em uma marcha ao longo da estrada de ferro principal de Bloemfontein até o norte. Várias colunas britânicas protegeriam a coluna principal do Roberts de ataques de flanco pelos bôeres. O total de efetivos beirava os 100 mil homens, enquanto Buller, com seus 50 mil combatentes, começaria uma ofensiva em Natal, para unir-se às forças de Roberts, no Transvaal.



As planícies do Estado Livre de Orange não proporcionavam boas posições para que os bôeres barrassem a progressão britânica. Em 12 de maio de 1900, eles entraram em Kroonstad, que passara a servir como capital, desde a evacuação de Bloemfontein. Logo após, o governo do Estado Livre transferiu-se para Heilbron. Em razão do continuado avanço das colunas britânicas, os bôeres decidiram que os *kommandos* do Transvaal retirar-se-iam fazendo frente ao avanço do britânicos, enquanto a população do Estado Livre deslocar-se-ia, desafiada, para o leste.

A Tomada de Johannesburg

Ao se dirigir para o norte, Roberts experimentou pouca oposição. Suas forças começaram

a cruzar o Rio Vaal, no dia 27 de maio. No dia 29, os bôeres tentaram deter seu avanço, ao sul de Johannesburg. Eles, contudo, logo tiveram de abandonar suas posições assim que o inimigo iniciou uma perigosa manobra de flanco — aquela, por excelência, adotada por Roberts desde que assumira o comando. No dia 31 de maio, Johannesburg foi ocupada pelas forças britânicas.

A marcha sobre Pretória: o começo do fim

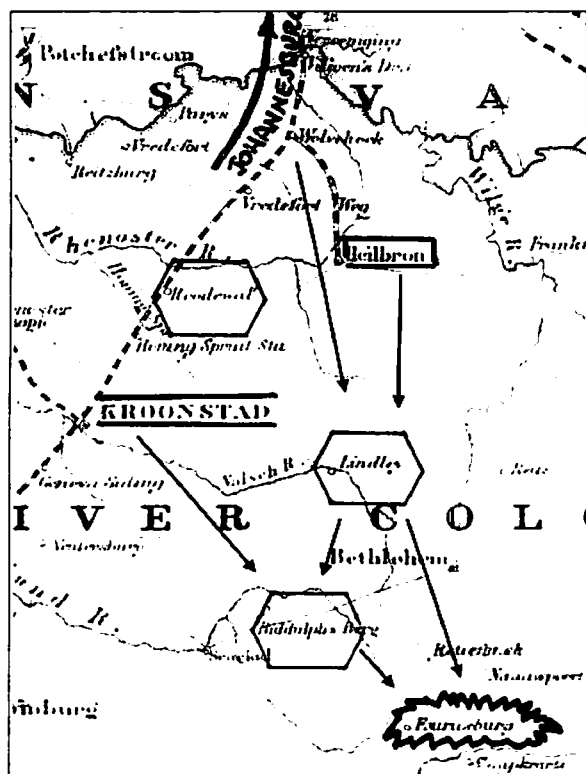
O General Roberts estava convicto de que se Pretória caísse, os exércitos republicanos deporiam suas armas. Destarte, ele não se demorou em Johannesburg.

Por outro lado, Botha, ciente de que não poderia travar combates em posição contra o exército profissional, decidira não estabelecer posição defensiva na cidade, e em 29 de maio, determinou a retirada de seus comandos, postados ao longo da ferrovia para o porto de Delagoabay — Lourenço Marques, hoje Maputo. Em decorrência dessa providência, na mesma oportunidade, o Presidente Paul Kruger deixou Pretória. Em 21 de outubro, ele embarcaria para a Europa, na belonave holandesa *Gelderland*, especialmente enviada pela Rainha Guilhermina para acolhê-lo. Da Holanda, ele se trasladaria para a Suíça, onde viria a falecer, em 14 de julho de 1904, sabedor da derrocada total de seu sonho de mocidade — o Transvaal independente.

Em 5 de junho de 1900, o General Roberts entrou em uma Pretória praticamente desabitada e presumiu que a guerra havia terminado. As forças republicanas, contudo, estavam longe de pretender se render.

No Estado Livre, por exemplo, os bôeres vinham obtendo espantosos sucessos, como o alcançado na Batalha de Biddulphsberg e

aquele em que forçou a rendição da guarnição britânica de Lindley. O General bôer De Wett, conscientizando-se da importância da ferrovia como eixo de abastecimento para os britânicos no norte, começou a focar sua atuação sobre a



linha da estrada de ferro. Em 7 de junho 1900, ele atacou a Estação de Roodewal, onde uma grande quantia de material estava sendo estocada. Essa retenção logística foi causada pela destruição das pontes da estrada de ferro pelos comandos bôeres. De Wett apoderou-se dos materiais e escondeu-os. Em função dessa ação, durante muito tempo seu *kommando* ainda valeu-se dessa fonte de aprovisionamento.

É interessante lembrar de uma conduta que sempre beneficiava os bôeres em relação aos britânicos. Nas frações inglesas de Infantaria Montada, de cada quatro combatentes, um de-

veria ficar de guarda-cavalos, com ambas as mãos ocupadas, segurando as rédeas do seu animal e de mais três companheiros. Já entre os bôeres, nenhum homem válido ficava fora do combate, simplesmente porque seus animais eram treinados para permanecerem no local onde eram deixados, com as rédeas no pescoço, sequer se assustando com os tiros.

As ações do General De Wett, no Estado Livre, obrigaram Roberts a concentrar várias forças britânicas de porte no leste de Orange. Estas canalizaram os bôeres para as montanhas, em Fouriesburg. Nesse local, foram, finalmente, cercados pelos britânicos. Embora cerca de mil homens tenham conseguido se “exfiltrar” através das linhas britânicas, 4 mil bôeres, comandados pelo General M. Prinsloo — o mesmo que fora tão decisivo em Spioenkop, à frente do *kommando* Carolina — foram forçados à rendição. A captura de Prinsloo, como já ocorrera por ocasião da prisão de Cronje, causou um efeito devastador no moral dos bôeres.

Em um esforço para deter De Wett, Roberts determinou vários *raids*. Nenhum desses foi bem-sucedido, simplesmente porque ele se valia muito bem do emprego do tempo, deixando sempre os britânicos, os quais estavam no seu encalço, a um passo da posição que ele anteriormente ocupara.

Quando os bôeres recusaram-se a se render, mesmo após a captura de Pretória, Roberts foi obrigado a continuar a guerra pela ocupação do resto do Transvaal. No leste, no norte e no oeste de Pretória, ainda existiam *kommandos* bôeres que necessitaram ser subjugados.

Em 11 de junho, na Batalha de *Donkerhoek* ou *Diamond Hill*, os bôeres, sob as ordens de Botha, mantiveram suas posições. No entanto, em razão da marcante superioridade numérica britânica, foram obrigados a retroceder.

A ameaça de cerco que o avanço de Buller, oriundo de Natal, proporcionava, impôs a retirada de Botha para leste, ao longo da linha férrea. Em agosto, os homens de Buller acabaram por juntar-se àqueles de Roberts. Em 21 desse mês, os bôeres novamente entraram em batalha contra os britânicos. O combate de Dalmanutha só findou depois de 27 de agosto, quando os bôeres retiraram-se da refrega. Esse foi o último combate convencional da guerra.

Em 24 de setembro de 1900, todo o Transvaal, ao sul da estrada de ferro para o Porto de Lourenço Marques, estava sob dominação britânica.

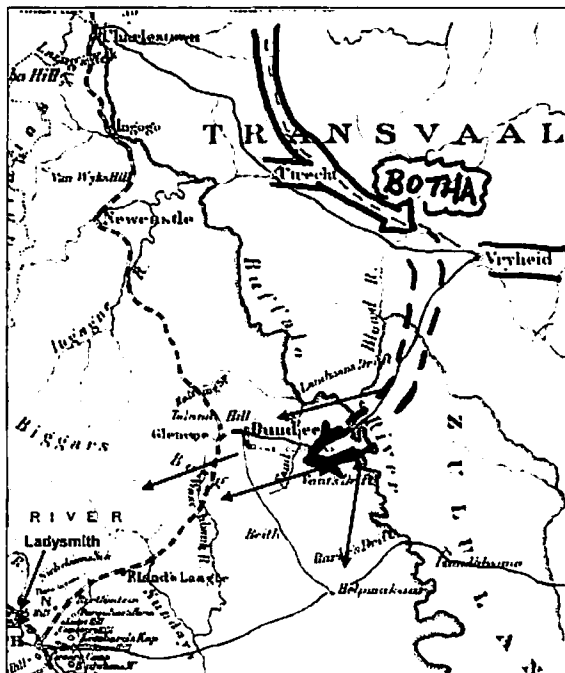
Mafeking tivera seu cerco aliviado pelos britânicos em 17 de maio de 1900. Durante 217 dias, Baden Powell defendera a cidade, resistindo ao poderoso cerco imposto pelos bôeres. Ele tornou-se, então, um herói militar conhecido em toda a Inglaterra. Com esse retumbante sucesso, foi promovido a general com apenas 43 anos de idade — o mais novo do Império!

O último esforço bôer

O General Botha decidiu invadir, pela segunda vez, a província de Natal. Reuniu cerca de mil remanescentes dos *kommandos* Bethal, Middelburg, Ermelo, Carolina e Standerton, em Blaauwkoop, próximo a Ermelo. Partiu, então, pela chamada via *Piet Rief*, eixo tradicional de infiltração bôer, em direção ao seu objetivo. À proporção que marchavam, a eles iam-se juntando antigos *kommandos* de Wakkerstroom, Utrecht e Vryheid, elevando, dessa maneira, o efetivo para cerca de 2 mil homens.

O plano geral de Botha era irromper pelo norte da província, desestabilizando o controle britânico sobre a área e, a partir daí, juntar-se às forças do General Jan Smuts, que já percorria a Colônia do Cabo.

Em 17 de setembro, sua presença foi detectada pela Inteligência britânica, em *Blood River Poort*, um desfiladeiro localizado a poucos quilômetros ao norte da Estrada Dundee–Vryheid.



Alguns carroções britânicos deveriam chegar a Dundee, vindos de Vryheid, o que preocupou o comandante da guarnição, Capitão Gough. Ele partiu com duas companhias de fuzileiros montados, que deveriam se opor a 300 bôeres. Na verdade, sabemos que eles eram em muito maior número, e os britânicos foram surpreendidos, logo após penetrarem no desfiladeiro, pelo envolvimento de outro tanto pela retaguarda. As baixas foram pesadas para um combate de apenas 10 minutos. Houve 44 mortos e 241 foram feitos prisioneiros. É sabido que a tropa de Botha não podia conduzir ou guardar prisioneiros, tampouco procedia como os zulus, "liberando os espíritos". Eles foram abandonados sem calças e sem botas, no dia seguinte, na estrada para Vryheid.

As tropas de Botha infletiram, agora, para o sul, atingindo Babanango em 24 de setembro. Por causa da priorização das condutas no Transvaal, os britânicos só dispuseram, na província, de um destacamento da 5ª Divisão de Infantaria Montada para cobrir a fronteira norte. Seu comandante recebera informações, em 23, de que sua unidade estava na rota do avanço de Botha. Montou, então, posições na crista militar do morro Itala e, com 220 militares, postou-se na base da elevação, articulando a defesa com outros 148 no *Fort Prospect* — uma posição construída a base de grande muro de pedra.

Botha dividiu seus homens em três colunas: a 1ª, com 800 homens, sob o comando de um de seus irmãos, Chris; a 2ª, com 600 experientes *kommanders*, atacou, respectivamente, a crista e a base da elevação; a 3ª, com 400 homens, atacou a fortificação. Aproximadamente à meia-noite do dia 25, sob uma lua cheia, que iluminava o campo com perfeição, os defensores detectaram os primeiros movimentos atacantes, e quando eles estavam a 100 metros da posição, surpreenderam-nos com intensa fuzilaria. Ainda assim, após cinco horas de variadas manobras, os bôeres desalojaram os 14 britânicos que ainda podiam se locomover no alto morro. Às 6h houve uma inquietante pausa no combate. O médico britânico decidiu ir até o topo para cuidar de eventuais feridos, mas foi aprisionado e instado a tratar aqueles, de ambos os lados. Dois canhões, de 15, foram capturados, mas já sem munição.

Às cinco horas da tarde do dia seguinte, após um combate quase incessante, com o Major Champan, comandante do destacamento, gravemente ferido, tudo parecia perdido. Já havia a decisão de rendição quando, repentinamente, Botha suspendeu o ataque e retirou-se. Foi reforçar as

ações sobre o *Fort Prospect*, que se desenrolavam desde as 4h30min da manhã. Preocupou-se com o já elevado número de baixas — 128 mortos e mais 21 gravemente feridos. Acaba suspendendo todos os ataques, pois tinha a certeza de que sua posição já estava revelada e poderia sofrer ações de grandes efetivos britânicos.

Essa foi uma constante. Botha, à vista do que acontecera com Conje e com outros chefes importantes, não achou conveniente ficar engajado por muito tempo. Como ele dizia, as notícias de sua presença “correm com o vento e os tiroteios atraem atenções adversas”.

Ele ainda executou vários e desgastantes *raids* contra contingentes britânicos, causando intranquilidade e o maior número possível de baixas.

A guerra chega ao fim

Em breve, todas as cidades importantes do Transvaal ocidental cairiam em poder dos britânicos. Os bôeres, agora, de caçadores haviam passado a caça, não podendo fixar-se em ponto algum, manobrando sempre em ambiente de guerrilha, atacando e refluindo por um terreno que conheciam muito bem. Aos britânicos, contudo, sobravam efetivos profissionais e meios abundantes.

Em um esforço para estancar a guerrilha bôer, os britânicos queimaram as quintas, as fazendas e as colheitas deles, reimplantando o princípio de terra arrasada. Os guerrilheiros voltaram-se, então, contra as povoações dos nativos, forçando-os a participarem das lutas, confundindo os britânicos sobre o número, a localização e os verdadeiros combatentes que se lhes opunham.

Os britânicos, durante a guerra, desenvolveram os primeiros campos de concentração jamais imaginados em conflitos anteriores, onde

aprisionaram cerca de 22 mil mulheres e crianças em condições precárias. No final da guerra, 2.700 delas haviam morrido por subnutrição e/ou doenças. Os prisioneiros bôeres foram encarcerados em dezenas de campos, junto com os seus trabalhadores negros, sem alimentação suficiente nem cuidados médicos.

Por outro lado, muitos *afrikaaners* foram chamados, pejorativamente, por seus compatriotas de “colaboracionistas” — *joiners* —, “mãos ao alto” — *hensoppers*, em *afrikaans*, ou *handsuppers*, em inglês — ou “derrotistas” — *bittereinders*, em *afrikaans*, ou *bitter-enders*, em inglês, ou seja, “os que preferem o fim amargo”. Era o grupo que julgava ser já hora de entrar em um acordo com os britânicos. Tentando não se afastar de seus amigos, prosseguiram com a resistência por mais um ano, no fim do qual, os *bittereinders* finalmente perceberam que a nação bôer seria completamente destruída se eles persistissem na luta. Então, assinaram a paz em Pretória, em 31 de maio de 1902 — Tratado de Vereeniging. Por esse documento, as repúblicas rebeldes foram incorporadas ao Reino Unido, com certa autonomia administrativa e, em 1910, juntar-se-iam às colônias do Cabo e de Natal, para constituir um Estado de estrutura federal: a União Sul-Africana (USA).

Ainda pelo tratado, os bôeres obtiveram seus direitos políticos reconhecidos, e a Coroa britânica concordou em assumir suas dívidas, provenientes da guerra e em indenizá-los por todas as perdas decorrentes do conflito, em um montante de mais de três milhões de libras esterlinas. Os súditos de origem batava passaram a dispor de um estatuto legal especial, uma vez que o *afrikaans* ainda não era reconhecido como língua distinta.

Outra provisão do tratado era que os pretos nativos não teriam direito de voto, exceto aqueles residentes na Colônia do Cabo. A administra-

ção britânica ainda tentou a “domesticação” dos bôeres, por meio da educação obrigatória em inglês, mas o plano apenas resultou no ressentimento deles e acabou abandonado quando os liberais assumiram o poder na Grã-Bretanha em 1906. Em 1925, o *afrikaans* viria a ser reconhecido como um dos idiomas oficiais da USA.

Em toda a guerra, o efetivo empregado pelos britânicos chegara a 365.693 homens, enquanto os bôeres jamais ultrapassaram os 88 mil.

E o que ficou desta guerra?

Essa campanha entre britânicos e bôeres, por certo, será sempre lembrada pela introdução dos “comandos” no combate moderno. A necessidade de missões profundas na zona de retaguarda do inimigo ou no interior do país adversário, o combate em situações adversas de efetivos, sempre levarão o militar, cioso de suas obrigações, a continuar combatendo com frações desse tipo.

A artilharia saiu engrandecida pelo reconhecimento de que seu apoio não pode ser esquecido no campo de batalha, quebrando as defesas inimigas e atuando sobre o seu moral e economizando vidas de nossos combatentes. É a partir do combate de Pieters que se fixa a tática de apoio direto da Arma ao movimento da Arma-Base. Por outro lado, essa guerra determinou o fim do emprego de canhões em primeiro escalão, sem massa cobridora interposta entre eles e o inimigo. Quem manteve aquela prática continuou a desperdiçar homens e materiais. Por outro lado, vedada a visada direta sobre os alvos, a partir da batalha de Colenso, instituiu-se a pontaria indireta das peças e baterias.

Firmaram-se conceitos sobre emprego de balões e das ferrovias, sobre as granadas ocas para lançar panfletos de propaganda,

em campanhas de operações psicológicas; sobre holofotes potentes, para iluminação indireta do campo de batalha — eles foram distribuídos aos ingleses, com geradores próprios, em pleno campo.

O telégrafo foi intensamente empregado — inclusive por cabo submarino. Os “heliógrafos” — dispositivos que aproveitavam a luz solar para transmitir mensagens por código — foram uma

forma de telegrafia sem fio utilizada na época.

Infelizmente, também se perpetuaram imagens tristes de velhos, de mulheres e de crianças, sendo removidos em vagões de carga para “campos de concentração”, como gado humano. Também verificaram-se fotografias de crianças esqueléticas, em uma terra rica, que fora de seus pais e onde elas, há pouco, vinham brincando livremente. ☹

Fontes consultadas

Anotações de viagens do autor aos campos de batalha na África do Sul, acompanhado de guia habilitado em História Militar sul-africana, 2005.

Anotações realizadas no Museu de Ladysmith, Kwazulu-Natal, RSA, 2005.

Anotações colhidas no Museu das Forças Armadas, Johannesburg, Gauteng, República da África do Sul, 2005.

Referências

BELFIELD, Eversley M. *The Boer War*. Hamden, RSA: Archon Books, 1975.

BOURQUIN, S. B; TORLAGE, Gilbert. *The Battle of Colenso*. Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.

CHURCHILL, Winston. *The Boer War: London to Ladysmith via Pretória*. New York: Ian Hamilton's March. W. W. Norton, 1989.

CLODFELTER, Micheal. *Warfare and Armed Conflicts*. Jefferson, NC, McFarland, 1992. 2 v. v. I *South African (Second Boer) War: 1899-1902*, pp 357-362.

DE WET, Christiaan Rudolf. *Three years' war*. New York: Scribner's Sons, 1902.

FARWELL, Byron. *The Great Anglo-Boer War*. New York: Harper & Row, 1976.

KAIGHIN, Brian. *A Diary of the Siege of Ladysmith*. Pietermaritzburg, RSA: Teeanem Printers, 1999.

JOHNSON, R.W. *South Africa: the first man, the last nation*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004.

LATIMER, Jon. Talana Hill: opening shots of the Boer War. *Military History*, p. 54, out. 1999.

WATT, Steve. *The Siege of Ladysmith*. Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.

Sites consultados

<http://www.chirundu.com/history/images>

<http://www.anglo-boer.co.za/images/photos/britpeople>

<http://www.britishbattles.com/first-boer-war>

<http://www.militaryphotos.net/>

<http://samilitaryhistory.org/> (da Sociedade de História Militar da RSA)

http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Mafeking

<http://samilitaryhistory.org/> (da Sociedade de História Militar da RSA)

A importância da geopolítica do terrorismo*

Tiago Alexandre Maurício

É impossível analisarmos a obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*¹ sem paralelamente analisarmos a obra *A Grande Mentira*,² do mesmo autor, porém de publicação prévia.

Com efeito, as duas imiscuem-se em vários pontos e chegam até a complementarem-se a respeito de algumas matérias.

Tanto é assim que logo nas palavras introdutórias lemos: “Este pequeno ensaio vem na sequência de outro pequeno ensaio, publicado em 2004, com a designação de ‘A Grande Mentira — Ensaio sobre a Ideologia do Estado’.”³

Logo, tomaremos a liberdade de analisar a importância da geopolítica do terrorismo por meio da lente analítica destas respectivas obras.

Ambos os livros têm como base um fenómeno muitas vezes esquecido pela tradicional literatura crítica das grandes escolas de pensamento do mundo dito industrializado, o qual parece tomar a dianteira na elaboração das grandes doutrinas que definirão o rumo das correntes políticas, econômicas e sociais do futuro.

A ideologia, por si só, aparece mais como um artefato herdado de manifestações coletivas, em momentos históricos dos quais ninguém possui um olhar científico suficientemente distante, para discutir construtivamente sobre ela.

Com efeito, criaram-se alguns estigmas envoltos do conceito de ideologia, sendo muitas ve-

zes associada ao nazismo, fascismo, comunismo e outros “ismos”, que mancham algumas páginas da história recente de muitos países.

No entanto, e como observa o autor, a própria concepção populista de que a era das ideologias terminou é ela própria o resultado de um entendimento da vida e fazeres públicos, internos e internacionais, de tal forma totalitarista que nada mais conclui do que a completa realização de uma ideologia vencedora.

Ao rematarmos prontamente as várias manifestações de ideologias com as quais o Ocidente deparou-se como tal, estamos implicitamente a reconhecer a nossa como a mais válida e universal das ideologias restantes.

Contudo, não será este pré-conceito uma manifestação de uma ideologia que, pela sua abrangência e profundidade, já não conseguimos ver seus limites? Não será o politicamente correto apenas um mecanismo de garantir a subserviência voluntária de comportamentos e idéias a um conjunto de valores que hoje tomamos por universais e dogmáticos? Não existirá uma coletividade da qual emana esta ideologia, procurando adaptar-se, como todas as ideologias, às várias transformações que enfrentam o *status quo* do sistema criado?

O presente trabalho, assim como as obras sobre as quais baseamos as nossas reflexões, procurará responder a estas perguntas de referência,

* Transcrito de InfoRel de 19/02/2008 - 9h44 min, publicado originalmente no *Jornal Defesa* de Lisboa, Portugal, parceiro do InfoRel.

tentando simultaneamente analisar quais os processos, atores e sistemas responsáveis pela situação das relações internacionais.

Operacionalização de conceitos

Antes de prosseguirmos com a respectiva análise, é fundamental codificarmos conceitualmente quais os conteúdos inseridos nos termos “terrorismo”, “ideologia” e “Ocidente”, pois apenas quando definirmos com relativa precisão o que cada um significa, poderemos avançar na sua explanação.

Tomando as próprias palavras do professor, postulamos que: a) todo o terrorismo é ato político; b) o terrorismo é instrumental, ou seja, é um meio, e não um objetivo final; c) para o entendimento da lógica do terrorismo devem ser considerados, separadamente, os seus propósitos imediatos dos mediatos [...]; e d) o critério do benefício objetivo é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.⁴

Etimologicamente, o termo terrorismo advém da designação do período que se sucedeu à Revolução Francesa de 1789, o qual entrou para a história como o Reino do Terror. Contudo, esta não é a única, nem sequer a oficial definição do significado de terrorismo.

No próprio nível da Organização das Nações Unidas falhamos em encontrar consenso. O único documento com uma clara alusão à definição de terrorismo é aquela contida na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 49/60, que afirma:

*Criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of persons or particular persons for political purposes are in any circumstance unjustifiable, whatever the considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or any other nature that may be invoked to justify them.*⁵

Em suma, aqui se reúnem as principais teorias que definem o que é o terrorismo.

De fato, e embora muitos autores avancem ainda com numerosas tipologias referentes à metodologia aplicada, aos objetivos, áreas de ação, alvos etc., parece-nos importante realçar a natureza essencialmente subversiva do indivíduo, grupo ou organização terrorista.

Sendo política, ou por outras palavras, movida por qualquer percepção ou concepção da *res publica*, ou coisa pública na tradição romana, toda ação terrorista tem por objetivo alterar o equilíbrio político, econômico e social vigente com a finalidade de atingir objetivos específicos, isto é, infligir em um todo sistêmico um fator de mudança não-sistêmico.

Acrescentaríamos ainda, à caracterização acima, que o terrorismo é um mecanismo de subversão de uma coletividade contra outra, adquirindo não só uma acepção antropológica como também estratégica.

Por definição, estratégia é o conjunto de pressupostos, processos e avaliações que procuram descortinar qual a melhor forma de uma entidade satisfazer os seus interesses e objetivos majoritariamente, mas nem sempre em detrimento de outrem.

Embora a Soma Variável tenha ganhado alguma importância nas relações internacionais, continua a vigorar a preponderância da dicotomia de Schmitt,⁶ que se baseia na distinção entre amigo e inimigo.

Portanto, simultaneamente a uma análise geopolítica do terrorismo, subjaz outra, referente à geoestratégia do terrorismo.

No entanto, o que importa reter é a dualidade marcadamente maniqueísta que rege todas as dinâmicas existentes entre aquele indivíduo ou grupo que pratica ações terroristas, daquele outro grupo que sofre as mesmas.

Relativamente ao conceito de ideologia, e na ausência de uma definição operacional linear, consideraremos toda a ação e omissão política conducente ou respeitante a uma corrente principal, responsável pela agregação de um conjunto de lugares-comuns e pressupostos sociais de uma percentagem majoritária da comunidade e posterior formação de um sistema político definido.

A ideologia, ou senso comum maioritário, é então constituído por um conjunto de valores, percepções, concepções e dialéticas focadas na interpretação de uma doutrina política que adquire uma mobilização que ambiciona a construção de um sistema.

Conforme a obra *Ciência Política*, ideologia é “[...] a força social à qual corresponde uma doutrina produzida em um sistema complexo de causa e de efeito.”⁷

Nestes sistemas de idéias, e à semelhança de outros, como os religiosos, místicos, científicos, entre outros, reúnem-se entendimentos e interpretações diversas, por vezes empíricas, que procuram explicar a realidade segundo uma narrativa coerente e auto-esclarecida, isto é, que encerre em si mesma as perguntas e respostas sobre o todo político, quer se trate de uma “organização, prioridade, opção, escala de valores, alternativa, em suma, na vida humana, económica, cultural, social-religiosa e política.”⁸

Para finalizar, e avançando para o conceito que invoca maior imprecisão, é necessário caracterizar o significado do termo Ocidente.

Este é um espaço que conglomerava diversas realidades político-sociais nem sempre coincidentes, mas que têm de si uma idéia de comunidade partilhada e sentimento de pertença a essa denominação.

Em termos históricos, é constituído pela Europa Central e Ocidental, estendendo-se até

às antigas colônias imperiais britânicas e francesas e que, após a descolonização mantiveram voluntariamente uma certa proximidade com aquelas, como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul, Austrália etc.

Em termos políticos, definiríamos o Ocidente como o conjunto de países que compartilham um sistema democrático representativo, fundamentado em uma tripartição de poderes à maneira de Montesquieu, com partidos políticos que se alternam no poder.

Desta forma, aos Estados acima mencionados, acrescentaríamos o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, o Brasil, o México, e tantos outros que perderíamos certamente qualquer noção de contigüidade territorial ou definição geográfica precisa.

As duas definições nos parecem, então, insuficientes para servirem de fundamento científico a qualquer dissertação sobre a temática em apreço.

Deve ainda ser considerada uma possível comunidade supranacional abrangente aos Estados de língua ou expressão anglo-saxônica ou francesa, o que, de certo modo, não deixa de corresponder a parte da verdade, pois dada a dispersão dessas comunidades lingüísticas, os sistemas políticos e seu modo de atuação no sistema internacional demonstram alguns pontos de convergência, tais como a promoção da democracia, a adoção de economias de mercado, tripartição dos poderes executivo, legislativo e judicial, laico e demais fatores que compõem as respectivas sociedades políticas.

No entanto, assim deixaríamos de fora o Japão, a Coreia do Sul, Portugal, Espanha, Itália, e tantos outros atores das relações internacionais que indubitavelmente são associados a essa entidade informe e flexível a qual designamos Ocidente.

Com Samuel Huntington e o seu *O Choque das Civilizações* vemos ainda mais reduzida esta dimensão política, pois nela apenas

incluiríamos a Europa Central e Ocidental, juntamente com a América do Norte, exceto México, e a Austrália.

A resposta terá necessariamente que respeitar outros fatores, que intangíveis, melhor nos ajudam a entender todo o espectro multidimensional respeitante ao termo.

Para tal, recorreremos novamente a Schmitt, cujas comunidades de destino resumem a existência de uma ordem quase tácita, estabelecida entre realidades político-históricas, leia-se Estados, e que por cujas comunidades inferiores vêm autonomizado um sentimento de pertença (*sense of belonging*) a uma comunidade superior partilhada de futuro.

Desta forma, por Ocidente compreende-se todo o conjunto de comunidades políticas que tomam elas mesmas parte nesta comunidade de destino, por se perspectivarem no presente e no futuro como tal.

Em termos geopolíticos, todas estas concepções apenas demonstram a extrema flexibilidade e versatilidade que esta entidade apresenta, sendo capaz de imprimir, com um grau elevado de mutabilidade e adaptabilidade, diferentes forças no sistema internacional, conforme as pretensões dos membros que o constituem.

Sendo certo que no topo desta comunidade se encontram países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e Alemanha, pelo seu poder e capacidade de influência no sistema internacional, diríamos, então, que a inserção geográfica desta comunidade geopolítica transita nos limites entre uma clara definição geopolítica e um conglomerado mais ou menos determinado de interesses variados.

Por força da lei da parcimônia, entendemos o Ocidente como aquele acordo tácito que encontra manifestações em diversas esferas da sociedade internacional, mantido e utilizado por uma comunidade anglo-saxônica alargada de interesses.

Embora não reconheçamos a existência de um sistema unipolar dominado exclusivamente pelos Estados Unidos, entendemos que esta comunidade anglo-saxônica é responsável em maior grau pela projeção de política externa, formal (alianças militares, acordos econômicos, *hard power*) e informal (empresas multinacionais, organizações não-governamentais, *soft power*), mais significativa em nível internacional, na qual incluiríamos o Reino Unido, Canadá, Austrália e potências aliadas e a ela subordinadas, como o Japão, França, Alemanha etc.

Tipologia do terrorismo

À semelhança do esquema apresentado na obra em apreço, mas aprofundado nas obras *Ciência Política: estudo da ordem e da subversão*,⁹ e *A subversão do Estado*,¹⁰ é indispensável um breve esclarecimento sobre quais as várias dimensões que o fenómeno do terrorismo pode encerrar como conceito inserido no léxico da Teoria das Relações Internacionais. Desse modo, temos:

1. Origem (ou amplitude geográfica da qual emergem organizações terroristas)
 - a. Localizada: surgem de tensões e cenários localizados (ex.: Farc, Tigres Tamil);
 - b. Regional: advém de uma conjuntura generalizada e multidimensional, favorável à emergência de organizações terroristas (ex.: Al-Qaeda, Jihad Islâmica).
2. Natureza da missão (ou substrato social que confere legitimidade)
 - a. Elitista: aquela que serve aos propósitos exclusivos da organização terrorista, sem atender, inequivocamente, a uma legitimidade populista do seu projeto de ação (ex.: ETA, IRA);
 - b. Populista: toda a missão que emerge de um descontentamento generalizado

das populações oprimidas e que, subsequentemente, apóiam incondicionalmente os meios pelos quais a organização procura atingir seus fins (ex.: Al-Fatah, Frente Polisário).

3. Recrutamento (ou tipos de adesão à organização)

a. Quantidade

1) Restritiva: quando são escolhidos indivíduos que respeitam um certo perfil político-ideológico determinado e congruente com aquele da elite no poder, ou qualquer outro critério seletivo de discriminação (ex.: IRA, Hezbollah);

2) Alargada: é indiscriminado o número de pretendentes a recrutamento para as fileiras da organização terrorista, sendo até verificável a existência de várias tendências político-ideológicas internas divergentes (ex.: Al-Qaeda, com o dilema regionalização *versus* globalização, e o Al-Fatah, com divergências relativas à metodologia diplomática da OLP).

b. Qualidade

1) Político-Ideológica: o recrutamento respeita um conjunto de valores e percepções político-ideológicas que conferem uma certa homogeneidade à organização (ex.: IRA, Exército Vermelho);

2) Técnica: responsável pela satisfação de determinados requisitos funcionais da organização, como o financiamento, construção de bombas, venda de armas, propaganda etc. (Al-Qaeda, com recrutamento dos pilotos do atentado de 11 de setembro de 2001; Culto Aum Shinri-kyo, com aquisição e utilização de gás Sarin, no ataque ao metrô de Tóquio, em 1995);

3) Institucional: nos casos em que a organização terrorista obtém apoios de instituições, nomeadamente Estados (ex.: Hezbollah, Hamas);

4. Finalidades dos ataques (ou objetivos)

a. Sociais

1) Psicológicas: todo o tipo de operações ou atos terroristas que visam a “um constrangimento mental” nos indivíduos das populações-alvo, sendo, portanto, relativa a toda a organização terrorista;

2) Sociológicas: quando os atos pretendem condicionar e/ou influenciar a opinião pública das populações-alvo, atuando na chamada “psique coletiva”, de forma a ficarem atentas para as reivindicações, para a existência da organização, para um determinado problema, ou para outros fatores;

3) Políticas: ambiciona a influência e/ou alteração de agendas políticas, da estabilidade política em geral, ou do relacionamento entre a elite política e as populações, ou entre aquela e outros Estados;

4) Religiosas: os ataques se destinam a afetar determinadas comunidades religiosas;

5) Econômico-Energéticas: não deixando de lado as anteriores dimensões, também elas vitais e interligadas no âmbito das atividades terroristas, consideraríamos aqui os fins que afetam a produção de energia, o funcionamento de instituições financeiras, sistemas de distribuição de eletricidade, e outras infra-estruturas fundamentais para a estabilidade econômica do país ou de outra coletividade atacada;

b. Objetivos

a) Imediatos: criar pânico, espalhar o medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas;¹¹

b) Mediatos: dialogar com o Estado e impor-lhe as suas condições, quando não mesmo, substituir o dito Estado na sua sede do poder político.¹²

5. Amplitude das conseqüências (ou nível de afetação/reação aos atos)

a. Geografia

1) Local: nos ataques pelos quais apenas se obtém um efeito social muito específico e quase irrelevante para a conjuntura política interna e internacional;

2) Nacional: os efeitos repercutem-se em nível nacional, afetando a ordem política e social do Estado ou da coletividade lesada;

3) Regional: quando os ataques terroristas alteram significativamente o equilíbrio político-diplomático entre dois ou mais Estados, levando-os a se adaptarem às ações prosseguidas pelo grupo subversivo;

4) Global: nos casos extremos em que a comunidade internacional sofre direta ou indiretamente com as conseqüências perpetradas por um ou vários grupos terroristas e suas atividades;

b. Longevidade

1) Circunstancial: isto é, as conseqüências não vão além dos danos imediatamente causados;

2) Temporária: embora ainda de curta duração, é aquela que se caracteriza por uma pequena repercussão social subsequente ao ato em si;

3) Conjuntural: aquelas conseqüências que conseguem obter um efeito multiplicador em todo o sistema internacional, estendendo-se à totalidade do mesmo, com efeito de *feedback* e *loopback* alargado;

4) Estrutural: os poucos ataques que resultam em uma alteração substancial do *state-of-the-art* internacional, implicando uma capacidade homeostática de readaptação dos aparelhos repressivos do Estado e dos Estados para combater eficazmente as causas e efeitos da nova ameaça emergente.

6. Atividades (ou seleção dos alvos)

a. Indiscriminadas: todos os atentados e agressões que visam generalizar um dano de monta a uma vítima previamente indefinida, anônima ou indistinta. É relativamente irrelevante quem morre ou fica ferido, desde que morra ou fique ferida muita gente;¹³

b. Seletivas: visa a um alvo concreto, seja para pressionar, eliminar ou para chantagear, fazer desaparecer de cena ou condicionar de forma definitiva, com a vista a alterar o paralelogramo de forças ou o circunstancialismo político de uma determinada correlação vigente.¹⁴

7. Apoios Logísticos¹⁵ (ou proveniência dos financiamentos)

a. Apoiado por Estados violadores das leis internacionais: como instrumento de política internacional;

b. Apoiado por organizações independentes: o financiamento recorre a atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e o contrabando de produtos ilegais;

c. Apoiado por grupos específicos: que financiam a maioria das ações subversivas.

Breve referência histórica

Embora o fenômeno do terrorismo seja objeto de análise particularmente intensa nos tempos mais recentes, seria errôneo assumirmos que é exclusivo do século XXI.

Com efeito, considerando todo o período que abrange o final da Segunda Guerra Mundial até a atualidade, seremos forçados a reconhecer uma história do terrorismo com algumas décadas de existência e permanência no sistema internacional, sendo certo que é de assinalar as rápidas metamorfoses pelas quais tem evoluído.

Não obstante, o primeiro evento de terrorismo a assinalar no decorrer deste período ocorreu no dia 23 de julho de 1968, com a Frente Popular de Libertação da Palestina, ao desviar um avião da companhia aérea Al El com direção a Roma, Itália.

Dias depois, em 28 de agosto, o Embaixador John Gordon, dos Estados Unidos, destacado para a Guatemala é morto por uma facção rebelde, dita nacionalista, que lutava contra a intromissão externa no país.¹⁶

Desde então, temos observado uma cronologia literalmente anual em referência a atos terroristas ocorridos por todo o Mundo, mas com especial incidência em alvos norte-americanos.

Sobre o novo maniqueísmo

Dando título a um capítulo da obra em análise, a mudança mais substancial que observamos no estudo do fenômeno do terrorismo internacional é, incontornavelmente, a evolução da retórica, metodologia e missão de ataques terroristas para uma dicotomia que opõe duas realidades que têm contribuído para as mais diversas alterações no nível do sistema internacional desde que seja possível identificar um — o sagrado e o profano.

Com efeito, baseadas nesta dicotomia estão formas bastante variadas de pensar e viver no mundo, formas essas que condicionam inexoravelmente o comportamento de cada ator nas relações internacionais.

Recordando os primeiros eventos terroristas no decorrer da Guerra Fria, poderemos observar que os motivos político-ideológicos de justificação derivavam, na maioria das vezes, de dissensões internas ou fenômenos a elas relativos.

Desde os casos referidos acima, até os inúmeros exemplos de desvios de aviões de passageiros (1969: Zurique, Damasco, Roma; 1970:

Israel, Filipinas, Jordânia; 1970: Iugoslávia, Israel; 1983: Avião da Gulf Air; 1985: Avião da Air India e etc.),¹⁷ a explosão de bombas contra civis (Jerusalém: 1968, 1969, Munique: 1970, 1972; Milão: 1993;¹⁸ e de outras variadas formas de terrorismo, incluindo ataques a embaixadas e pessoal diplomático, sobretudo norte-americanos (Guatemala: 1968; Japão e Brasil: 1969; México: 1970; Sudão: 1973; lista que se prolonga até 2003.¹⁹

No entanto, os países do Ocidente não são os únicos a sofrerem diretamente com este tipo de ataques e, embora sejam menos mediatizados, poderemos facilmente encontrar exemplos de fenômenos terroristas na Rússia, China, Índia, Filipinas, Arábia Saudita, Irlanda do Norte, Espanha, entre muitos outros, incluindo Portugal na sua guerra do ultramar.²⁰

Se é possível estabelecer algum fio condutor entre estes atos terroristas tão diversificados, é o fato de eles terem respeitado uma lógica de atuação internacional, com objetivo de promover interesses internos.

Em outras palavras, e parafraseando o Professor Adriano Moreira, constituem antes ataques internacionalizáveis, e não propriamente internacionais,²¹ uma vez que não foram perpetrados por atores estatais, mas por grupos que aspiravam a uma futura substituição da sede de poder.

Portanto, classificaríamos o terrorismo internacional do século XX como um fenômeno de choque entre o aparelho Estado contra pretensões nacionalistas ou independentistas, contra inimigos internos ou externos que, de alguma forma, não foram devidamente acomodadas com o processo de criação do Estado-Nação.

Quer se trate de ataques na Chechênia, na Palestina, na Caxemira, na província de Xinjiang, na China, no país basco, ou na Irlanda do Norte, o rol de justificações fundamenta-se principalmente

nas pretensões subversivas de um ou vários grupos terroristas que levantam-se contra o poder instalado, apresentando eles próprios, e com alguma frequência, os seus projetos de alternativa ao sistema, quer por secessão territorial, quer por ascensão à classe política governante.

Não obstante, exemplos errôneos desta justificação político-ideológica, como aconteceu com o ataque ao World Trade Center, em 1993, antevemos um ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos contra o mundo Ocidental, simbolizado não só pelo próprio World Trade Center, como também pelos EUA e a matriz de valores que anima o Ocidente.

Assistimos, pois, a uma mudança algo radical na natureza dos ataques terroristas, para uma realidade altamente complexa e multifacetada, que envolverá um dispêndio cada vez maior e internacionalmente coordenado.

Se o terrorismo tradicional poderia ser combatido por táticas de terrorismo de Estado e contraterrorismo, certamente a natureza que o terrorismo hoje encerra requererá novas metodologias.

Perante um inimigo informe e multicéfalo, capaz de movimentar-se flexivelmente em um sistema globalizado e aproveitar o seu caráter subversivo para explorar as vulnerabilidades dele, qualquer tentativa de fazer guerra frente a esta ameaça afigurar-se-á tremendamente esgotante. Ainda mais quando o discurso amigo-inimigo é tão demarcado, impossibilitando qualquer tipo de diálogo ou negociação.

Neste sistema, o Ocidente laico e científico parece confrontar-se com uma hoste de fanáticos religiosos e devotos, de diversos credos, cuja repulsa pelo modelo civilizacional dito ocidental é de tal maneira intrínseca à própria existência desta oposição que constitui um pólo oposto de posição perante o Mundo.

Não mais assistimos a reivindicações contra o capitalismo norte-americano onde quer que ele se encontre; agora a tônica assenta-se na própria revolta contra o capitalismo, sobre qualquer forma que este possa tomar.

A linha de moderação também fica cada vez mais tênue, especialmente na facção terrorista, caso houvesse alguma. Cada vez existem mais apoios às suas causas e fundos disponíveis para patrociná-los, conferindo-lhes um alcance nunca antes observado.

Com efeito, este novíssimo maniqueísmo é constituído por um número alargado de outros maniqueísmos, como aqueles que opõem Allah a infieis, o Alcorão ao Direito Internacional, muçulmanos a ocidentais, ou o Bem contra o Mal.

Pior; estes binômios são prontamente defendidos por ambos os lados, o que reduz qualquer possibilidade de apaziguamento a uma mera utopia.

Recorrendo ao testemunho de Al-Qurashi, um dos adjuntos de Bin Laden: “Como podem ser paradas pessoas que desejam a morte acima de tudo?”

Constantes identitárias

O Ocidente não é mais do que o resultado de um processo contínuo originário do Iluminismo, cujas raízes poderemos datar do século XVI e início da expansão do mundo europeu, conforme descrição de Adriano Moreira.²²

Também referido na obra que serve de mote a esta breve dissertação, é um modelo civilizacional que sofreu diversas alterações, por vezes bruscas, mas que tem caminhado inexoravelmente em direção a uma universalidade total, isto é, na qual o sistema ideológico, jurídico, económico, político e também religioso se espalham ao longo de todo o sistema, hoje de escala mundial, para constituírem uma espécie de matriz de governo mundial.

Poderíamos, então, identificar fundamentos que, à semelhança dos cinco pilares do Islã,

servem de sustentação a todo o modelo civilizacional ora em análise.

Em primeiro lugar, teremos as leis gregas e o primado dos fundamentos jurídicos de igualdade perante a lei, de Justiça, de liberdade e de responsabilidade da cidadania, diante de uma classe política prosélita.

Em segundo, o legado judaico-cristão de respeito pelo outro, da sacralidade da vida e do exercício das boas virtudes e práticas. Depois, a ordem romana de ordenamento, funcionamento e repressão da sociedade, homeostaticamente capaz de acomodar diversas comunidades étnicas, religiosas, lingüísticas e culturais em um todo coerente, com tendência para a construção de uma identidade Nação supra local.

Em seguida, temos o liberalismo econômico da Escola Inglesa de Adam Smith, a qual advoga a superioridade do modelo capitalista liberal, sem intromissão do Estado nas atividades econômicas.

Em último lugar, acrescentaria a Ideologia Oligárquica, tendencialmente Plutocrática, de índole pró-democrática, que favorece a criação de grandes espaços nos quais se projetam as particularidades características do modelo originário.

Enumerados estes fatores de poder, encontramos agora capazes de averiguar as linhas de força que têm caracterizado a evolução deste espaço, um pouco à maneira de Jorge Borges Macedo na sua obra *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*.²³

Linhas de força

O processo de construção do Ocidente foi, como aliás já referimos, um processo contínuo. Segundo ele, sucessivas ameaças reais e potenciais condicionaram de forma determinante a evolução desta construção, por substituição da classe política governante nos vários países constitu-

intes (magnicídios, revoluções, golpes de Estado etc.), das potências diretoras que definiam o rumo evolutivo (Portugal, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América), do conjunto de inimigos que prometiam derrubar a ordem instaurada (Império Otomano, Império Russo, Império Mongol, nazismo) e ainda ameaças internas que atuavam no interior do sistema, corrompendo e forçando-o a adaptar-se a um determinado sentido (Reforma Protestante, Independência dos EUA e as restantes Revoluções Atlânticas).

No entanto, poderemos identificar uma certa continuidade evolutiva na forma como os vários acontecimentos foram alterando o *status quo* vigente, em uma constante dicotomia entre tradição e revolução, adaptação e inovação.

A linha de força mais demarcada é, contudo, a de qualquer organismo vivo, isto é, a de se expandir até encontrar obstáculos ao seu crescimento.

De fato, as concepções de poder de Kjellén proferidas na obra *O Estado como Forma de Vida*²⁴ poderiam ser adaptadas com impressionante acuidade para o raciocínio em causa, pois não se tratando propriamente de uma entidade politicamente autônoma, como no caso do Estado, objeto de estudo daquele sueco germanófilo, aplicar-se-iam certamente a uma entidade ideológica mais alargada.

Aliás, os seus quatro postulados²⁵ são um testemunho de um organicismo estatal operante ao nível macro, pois suplantam as restritas fronteiras do aparelho de Estado, mesmo quando este ascende a um estatuto imperial hegemônico.

Considerando a origem geográfica do Ocidente sediada no mundo europeu, ou por outras palavras, no conjunto de convivências, práticas, costumes, arranjos, tratados, princípios e fundamentos dos relacionamentos que pautavam as interações entre os atores Estados na Europa, sobretudo a partir da Paz de Vestfália de 1648, podemos então perspectivar toda uma projeção

de poder e influência em direção ao exterior, primeiramente dirigida às colônias dos impérios europeus, depois à afetação das conjunturas internacionais regionais de atuação dos impérios, mas onde estes não eram exclusivos, como foi o caso do interior da África Meridional, Oriente Médio, Ásia Central e interior do Sudeste Asiático.²⁶

Embora sejamos capazes de identificar um acordo tácito de governo nos respectivos espaços, teremos necessariamente que referir a fra-ca ou inexistente profusão do sistema político-ideológico, jurídico e econômico nestes espaços.

Caído o regime imperial colonial, o sistema Ocidental precisou adotar outros mecanismos de crescimento e propagação, recorrendo para tal a novas metodologias em estrita concordância com o seu substrato político-ideológico, pois este lhe serve de sustentação e legitimação.

Surgem então, com especial acervo, instituições internacionais de um pós-guerra causado por uma ameaça estrutural ao próprio sistema, pelas mãos de uma ideologia fascista e outra nazista, em território europeu, porém com ambições abrangentes a outros espaços tradicionalmente exíguos ao Ocidente, principalmente o Magrebe e o Leste Europeu, incluindo a Rússia, juntamente com um ressurgimento imperialista no Extremo Oriente.

Contudo, a preponderância favorável ao Ocidente prevalece, e lhe confere a capacidade indiscutível de reformular todo um sistema internacional de âmbito mundial conforme aprovar à elite oligárquica governante interdependente, constituinte da vanguarda dos diversos países charneira deste bloco, inquestionavelmente liderados pelos EUA.

Entretanto, e não sem alguma previsibilidade, surge a leste um novo inimigo que ameaça não só a integridade estrutural do sistema como a sua própria existência.

O comunismo e o seu Comitê Central do Partido Comunista, economia planificada e central, e a Doutrina Brejnev, que antes de o ser já o era, aliado a instituições dinamizadoras dos interesses e estrutura político-ideológica própria, como o Kominform e Komintern, para não falar da KGB, asseguram-se de garantir ao bloco opositor uma ameaça constante e de tal forma potencialmente destrutiva que rapidamente globaliza a dicotomia existente na forma de um novo maniqueísmo.²⁷

Não nos alongaremos nesta breve resenha histórica dos últimos cinco séculos de história para justificarmos o atual *state-of-the-art* das relações internacionais, para a qual afigura-se essencial a leitura da obra magistral de Kissinger, *Diplomacia*,²⁸ mas ficaremos, contudo, com o atual sistema Ocidental globalizado, que nunca antes fora tão globalizado como é atualmente.

Efetivamente, com a fragmentação do bloco soviético, a única superpotência vencedora, e sua hierarquia de potências têm-se assegurado em perpetuar a sua expansão no sistema internacional, por meio do alargamento da sua Governance.

Isto implica uma atuação global, provavelmente assistida por um planejamento estratégico de igual amplitude visando ao prosseguimento de interesses e objetivos que melhor capacitem a utilização das vantagens relativas detidas pelos agentes do Ocidente, valendo-se para tal de variados mecanismos dinamizadores de potencialidades, como a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Grupo dos Sete/Oito, a Conferência de Davos, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e demais fóruns multilaterais de atuação internacional.

Surpreendentemente, não encontramos nas lideranças destas e de outras instituições figuras que não sejam ocidentais, ou que de potências do Ocidente não tenham recebido o seu consentimento. A Governance é definitivamente o

novo paradigma das relações internacionais, e o seu agente é o Ocidente.

Governance - gov•ern•ance [guhv-er-nuhns] –noun 1. government; exercise of authority; control. 2. a method or system of government or management.²⁹

Segundo as mais recentes publicações de dicionários de língua portuguesa, o termo Governance não encontra definição.

Recorrer a um dicionário de língua inglesa é, pois, a única solução para iniciarmos a caracterização do conjunto de significados inseridos no termo, assim como a sua relevância para as relações internacionais.

Como nos explica o autor, é uma “ideologia que surge camuflada de uma técnica flexível que visa a um conjunto de procedimentos de eficácia e boa gestão da política neoliberal”,³⁰ ao que acrescenta “trata-se de um sistema de geometria variável, de soluções flexíveis, atinentes a regular ou desregular o sistema político clássico do Ocidente, com intuito de tornar mais efetivo e eficiente o poder dos governos que de fato passam a responder efetivamente perante a oligarquia dominante (a título de parceria estratégica pós-moderna) e apenas tangencialmente perante os eleitorados”.³¹

Ora, esta não mais era uma ideologia de políticos ou de filósofos, nem de tiranos ou liberais, antes reflete os interesses de uma classe dominante oligárquica eminentemente tecnocrata, focada na gestão dos grandes fluxos de capitais internacionais nos mercados globais, procurando incessantemente os maiores ganhos aos menores custos, e recorrendo, secundariamente, a formas de legitimação assentes em regimes eleitorais previamente condicionados e dirigidos por vários “maestros” que enformam a mesma música celestial.

Quer falemos de opinião pública, dos media, de instituições públicas de ensino e investi-

gação, de serviços públicos ou qualquer outra comunidade menor, está sempre patente uma “penetração de opções ideológicas no âmbito das leis constitucionais e outras, e nas estruturas e instituições delas derivadas”.³²

Nesta lógica, a anterior ideologia de Estado é substituída pela ideologia de regime internacional, composta por um número considerável de entidades estatais soberanas que respondem perante os mesmos oligarcas e refletem o modelo atrás mencionado.

Novamente, reiteramos as constantes e linhas de força do Ocidente, e como esses fatores, condicionantes e variáveis de poder se interligam para constituir este modelo civilizacional alargado e tendencialmente universal.

A Luz da Geopolítica

Qual, então, o papel da Geopolítica para o entendimento do sistema das relações internacionais? Não outro que aquele da Estrela Polar para os caminhan-tes, marinheiros e errantes — o de indicar o Norte.

À semelhança da mais brilhante estrela do hemisfério, também a Geopolítica é um objeto inatingível e sempre inconclusivo, mas que, não obstante, insiste em indicar o caminho para aqueles que a ela recorrem.

Com efeito, é pela análise das relações de poder em nível local, regional, transregional e global, conforme ensina Colin Flint,³³ que poderemos entender quais as alterações na balança de poderes, quais os mecanismos subjacentes ao complexo sistema internacional e quais as tendências que permite antever.

Logo, estudando as relações de poder entre os grandes espaços, com o sejam o Ocidente, cedo encontraremos respostas a algumas das perguntas que nos conduzem nesta dissertação.

E a primeira conclusão a que chegaríamos seria aquela que reconhece a existência de interesses de sinal contrário aparente, no próprio bloco civilizacional.

No entanto, há também que considerar os diversos *inputs* provenientes do subsistema exterior que têm sido crescentemente abordados como elementos fundamentais do macro sistema internacional global, como as máfias, empresas multinacionais, organizações terroristas transnacionais e outros atores não abrangidos pelo Direito Internacional Público; logo, não possuindo personalidade jurídica internacional.

Processos dinâmicos internos

Optamos por considerar os processos de mudança internos como dinâmicos, e não divergentes, pelo simples fato de que nem todos os processos que aparentemente dividem a classe dominante serem necessariamente elementos de perda de unidade e coesão, ao que poderão ser inclusive fatores de consolidação de posições partilhadas anteriores.

É importante realçarmos, antes de tudo, a existência de duas tendências generalizadas, que não sendo contracorrentes, contribuem positivamente para a construção de uma posição forte e íntegra da imagem, força e influência que o Ocidente transmite para o exterior.

Enquanto nos Estados Unidos essas duas tendências tomam a forma de republicanos e democratas, no Reino Unido são apelidados de *tories* e *whigs*, na França, gaullistas ou liberais, e em Portugal socialistas ou socialdemocratas, ou no âmbito europeu por neomaquiavélicos e neokantianos, ou ainda e tradicionalmente por realistas e liberais.

Como dissemos, e como é referido na obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, esta elite governante permanece no poder por cooptação simultânea e sucessiva, tomando a forma de dois partidos unicéfalos e siameses, conferindo ao sistema uma aparência de pluralidade e alternativa ao regime instalado que lhe confere legitimação, pelo menos para a maioria da opinião pública.

A alternância de interesses e planejamentos estratégicos é, portanto, nula ou muito reduzida, embora possam existir algumas divergências relativamente a matérias limítrofes que não ameacem estruturalmente a prossecução dos fins da oligarquia instalada.

O exemplo mais paradigmático é o norte-americano, no qual as duas facções aparentam opor-se incontestavelmente ao parecer da outra relativamente à questão do Iraque, sem contudo observarmos mudanças de fundo nesta vertente da sua Política Externa.

Uma maioria democrata foi eleita para o Congresso, com base na sua “firme” oposição contra a guerra no Iraque, prometendo cortes severos no financiamento da campanha e contribuição para a crescente falta de legitimidade e gradual contestação, interna e internacional.

Entretanto, a amplitude das concessões até ao presente atribuídas não diminuíram na substância prometida a capacidade dos EUA fazerem guerra no Iraque, nem sequer questionam a presente administração Bush sobre a própria guerra. Nem questionam tampouco a guerra no Afeganistão, nem o imobilismo face ao Darfur.

E relativamente a matérias de divergência interna, alargada em todo o Ocidente, nem a atual crise que concerne à instalação de um sistema de defesa antimíssil em território europeu parece refletir posições e perspectivas inconciliáveis quanto a questões de fundo, como a segurança coletiva e estabilidade, conclusão, aliás, partilhada por Colin S. Gray em *European Perspectives on U.S. Ballistic Missile Defense*.³⁴

Como outras vezes no passado, os EUA continuam a contribuir com a maior fatia para o orçamento da Otan, a constituir a ponta-de-lança do Ocidente contra potências emergentes, especialmente em matérias estratégico-militares, com uma retaguarda de apoio e sustentação desta exposição desgastante.

Mas, nenhum país europeu considera abandonar a aliança, até hoje o mais forte e estável elo de ligação transatlântica, pela demonstração de insistência de algumas elites militares norteamericanas no sistema.

As exceções confirmam a regra, e esta é a de uma continuação do crescimento da aliança transatlântica, constituindo um pólo de atração centrípeta para todo o seu *near abroad*, imiscuindo-se gradualmente em anteriores áreas de contestação/concorrência de potências.

Nesta vertente, regiões que anteriormente verificavam um afastamento dos grandes decisórios de poder, como a América do Sul e África Ocidental, observam as suas órbitas estratégicas pender, de forma gradual, para uma concepção alargada de segurança coletiva em face de uma multiplicidade de ameaças, das quais o terrorismo transnacional afigura-se como o de solução mais premente. ☺

Notas

- ¹ LARA, António. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007.
- ² _____. *A grande mentira*: Ensaio sobre a Ideologia e o Estado. Lisboa: Hugin, 2004.
- ³ _____. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. Cf. In palavras de apresentação.
- ⁴ LARA, António. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 458.
- ⁵ UN General Assembly Resolution Session 49/60.
- ⁶ Schmitt, Amigo e Inimigo. The Concept of the Political; Cfn. Maltez, Adelino; *Princípios de Ciência Política*; ISCSP, 2005.
- ⁷ LARA, António, *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005, pp. 38.
- ⁸ _____. *A grande mentira*. Lisboa: Hugin, 2004. Cf. Introdução.
- ⁹ _____. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 460;
- ¹⁰ _____. *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP, 2000.
- ¹¹ _____. *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 43;
- ¹² íbis, *ibidem*;
- ¹³ íbis, *ibidem*;
- ¹⁴ íbis, *ibidem*;
- ¹⁵ LARA, António. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 463.
- ¹⁶ US Department of State, Cronologia do Terrorismo 1961-2003. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5902.htm>>.
- ¹⁷ History of Terror Attacks. Disponível em: <<http://www.multied.com/Terrorhistory.html>>.
- ¹⁸ íbis, *ibidem*;
- ¹⁹ Chronology of Major Terrorist Attacks Against U.S. Targets. Disponível em: <<http://www.cdi.org/terrorism/chronology.html>>.
- ²⁰ MOREIRA, Adriano. *O novíssimo príncipe*. Lisboa: Editorial Intervenções, 1977.
- ²¹ _____. *Ideologias e Política Internacional*, AA do ISCSPU, 1968.
- ²² _____. et al. *Legado político do Ocidente*. Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1988.
- ²³ MACEDO, Jorge Borges. *História Diplomática de Portugal*: constantes e linhas de força. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- ²⁴ KJELLÉN, Rudolf. *Der Staat als Leben form*. Cf. Dias, Carlos. Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos. Prefácio, 2005.
- ²⁵ íbis, *ibidem*;
- ²⁶ CUNNCLIFFE, Barry. *Atlas of World History*. Barnes & Noble, 1997.
- ²⁷ GADDIS, John Lewis. *A História da Guerra-Fria*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- ²⁸ KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2007. 2. ed.
- ²⁹ Disponível em: <<http://www.dictionary.com/>>.
- ³⁰ LARA, António. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 30.
- ³¹ íbis, *ibidem*;
- ³² íbis, *A grande mentira*. Lisboa: Hugin, 2004. p. 13.
- ³³ Disponível em: <<http://nostrumtempus.blogspot.com/2007/12/escala-de-cdigos-geopoliticos.html>>
- ³⁴ GRAY, Colin S. *European Perspectives on US Ballistic Missile Defense*. Disponível em: <<http://www.nipp.org/Adobe/europe.pdf>>.

Repensando a operacionalidade da Força Terrestre – Cenários

Da coletânea Reflexões sobre a evolução da Força Terrestre brasileira, apresentada pelo General-de-Exército Carlos Alberto Pinto Silva, Comandante de Operações Terrestres.

Considerações iniciais

A realidade mundial atual é caracterizada pela existência de três cenários gerais que podem vigorar de forma isolada ou simultânea. “O primeiro é a paz, à qual se acrescentou o adjetivo “relativa”, já que as novas ameaças são um fenômeno que se observa em um cenário de paz. O segundo é a crise, na qual as Forças Armadas deverão desenvolver e aprofundar medidas de dissuasão concretas, reais e plausíveis. O terceiro cenário é a guerra ou conflito, com o emprego militar dos meios de defesa. Estes três eventos poderão se entrelaçar e se combinar, uma vez que hoje as guerras não são declaradas, coexistindo com a paz e/ou a crise. Quanto mais compromissos estratégicos o país tiver, maior será o risco da simultaneidade dos eventos.”¹

A Guerra do Iraque, ou Segunda Guerra do Golfo, desencadeada por uma coalizão sob a liderança norte-americana, apesar dos protestos oriundos de várias partes do mundo, tornou evidente a impotência dos organismos internacionais em certos conflitos de interesses, principalmente quando os protagonistas são países detentores de grande poderio no âmbito do sistema internacional. Ficou também clara a impossibilidade de países mais fracos, em uma situação como essa, fazerem frente a uma agressão, salvo se, como medida dissuasória, deixa-

rem patenteada a capacidade e a disposição de cobrar um preço alto pela derrota, lançando mão da guerra de resistência.

Os processos de integração em curso na América do Sul, de maneira geral, têm estimulado investimentos brasileiros em diversos países do subcontinente, particularmente no campo da energia. Ocorre que, fruto de diversos problemas internos de difícil solução, algumas nações vizinhas experimentam grave instabilidade política, o que pode favorecer a disseminação de idéias que apontem o Brasil como potência que contraria seus interesses e dificulta o seu desenvolvimento, gerando atritos que podem mesmo chegar a envolver o campo militar.

Em âmbito nacional, a crescente escalada da violência urbana, levada a efeito pelo crime organizado, principalmente ligado ao contrabando de armas e ao tráfico de drogas, notadamente nas grandes cidades, atemoriza e intimida a população. Essas facções delinquentes muitas vezes atuam de maneira semelhante a grupos terroristas e a segmentos guerrilheiros.

Diante dessa realidade, uma análise prospectiva do emprego do Exército, em médio prazo, aponta para cenários que, por sua diversidade e complexidade, poderão requerer uma reforma (reengenharia) no preparo e no adestramento da tropa. Passemos a apresentar esses cenários considerados mais relevantes.

¹ COVARRUBIAS, Jaime García. A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina. *Military Review*, EUA, maio/jun. 2005, p. 80-86.

Cenários principais que devem orientar o preparo e o adestramento da tropa

Crime organizado

O Brasil faz fronteira com diversos países sul-americanos², e a fiscalização ineficiente ao longo das extensas linhas divisórias favorece a atuação de grupos criminosos ligados, entre outros, ao contrabando, à imigração ilegal e ao tráfico de entorpecentes e de armas. Essa situação está relacionada diretamente às ocorrências registradas no restante do País, deixando clara a compreensão de que o combate ao crime organizado nos grandes centros urbanos passa, necessariamente, por sua repressão nas regiões fronteiriças.

Nesse sentido, a faixa de fronteira incluída nas áreas de responsabilidade do CMA, do CMO e do CMS contém regiões estratégicas consideradas críticas e, portanto, merecedoras de atenção especial.

Intervenção externa

Aspectos gerais

A globalização trouxe para o mundo transformações com intensidade jamais experimentada.

Embora os princípios do respeito à soberania e da não-ingerência, entre outros, continuem válidos e possuam importantes instrumentos que regulam o relacionamento internacional,³ teorias questionáveis, tais como a do “dever de ingerência” e a da “soberania limitada”, que visam à obtenção do respaldo da comunidade internacional para a “punição” de países de “mau comportamento” com relação aos chamados “interesses comuns da humanidade” (a defesa dos direitos humanos, a proteção ao meio ambiente e o combate ao crime organizado e ao terrorismo internacional), deixam uma porta aberta para esse tipo de ação.

Nesse particular, a Região Amazônica, o Centro-Oeste e o Sul do Brasil se destacam por enquadrar em seus territórios todos esses componentes, assim caracterizados:

- a existência de grandes contingentes indígenas, muitos dos quais manipulados por organizações com interesses não muito bem definidos, que vivem em condições subumanas e são muito pouco integrados à sociedade brasileira;⁴
- a atuação de movimentos ligados à “luta pela terra”, que requerem mediação e acompanhamento constante para prevenir confrontos entre proprietários e invasores;
- a possibilidade de que terroristas internacionais possam se homiar na região da chamada “Triplíce Fronteira” (Foz do Iguaçu - PR e Mundo Novo - MS, principalmente) e outras áreas onde existem fortes concentrações de imigrantes de origem árabe-palestina, tais como as localidades de Ponta Porã, Bela Vista e Miranda;
- a possibilidade da presença de grupos guerrilheiros oriundos de países vizinhos na faixa de fronteira brasileira, em razão do grande trânsito de pessoas naquelas regiões;
- a ação de grupos ligados ao narcotráfico, em face da proximidade com áreas de produção de cocaína e maconha, que utilizam parte do território brasileiro com o objetivo de estabelecer rotas terrestres e/ou aéreas para o interior do País ou para os Estados Unidos e a Europa;
- a expansão da fronteira agrícola, com a derrubada de árvores e os incêndios de grandes proporções, provocando o desmatamento de parte da Amazônia;
- a possibilidade da ocorrência de alterações ambientais por causa da exploração econômica

² Alguns dos quais são, reconhecidamente, produtores de drogas.

³ As Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos tratam do assunto.

⁴ Em diversas áreas indígenas, verifica-se a ocorrência de exploração ilegal de recursos florestais e minerais (às vezes por parte dos próprios índios), além da grilagem de terras, o que gera conflitos agrários.

da Amazônia, do Pantanal, da bacia do Rio Paraguai e da área compreendida pelo Aquífero Guarani ou de locais ligados a essas regiões.

Áreas naturais brasileiras que atraem maior interesse internacional

Amazônia

Estudiosos asseguram que a Amazônia brasileira contribui de forma relevante para a estabilidade ambiental do Planeta. Durante muito tempo, se atribuiu à região o papel de “pulmão do Mundo”, teoria que hoje em dia, em face de estudos científicos devidamente comprovados, já não é tão considerada, embora não reste dúvida quanto à sua importância para o meio ambiente⁵ e quanto à riqueza do seu banco genético, ainda não totalmente conhecido e contabilizado.

O valor da Amazônia para a humanidade não reside apenas no seu papel para o equilíbrio ambiental mundial. Além de ser uma rica fonte de matérias-primas (alimentares, florestais, medicinais, energéticas e minerais), a região é o berço de muitos grupos indígenas pertencentes a diversas etnias.⁶

Aquífero guarani

Trata-se da maior reserva subterrânea de água do Planeta, ocupando o subsolo do nordeste da Argentina (255 mil km²), do centro-sudoeste do Brasil (840 mil km²), do noroeste do Uruguai (58.500 km²) e do sudeste do Paraguai (58.500 km²), em um total de cerca de 1,2 milhão de km², sob as bacias do Rio Paraná e do Chaco-Paraná.

No Brasil, abrange os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Avalia-se que essa vasta reserva seja capaz de sustentar o mundo com água potável durante aproximadamente 200 anos. Por causa de um possível agravamento da escassez mundial de água potável, previsto para ocorrer em cerca de 20 anos, esse recurso natural tem estimulado debates políticos em nível internacional, potencializando a importância da manutenção do controle sobre a região em questão.

Pantanal

Com a extensão de 250 mil km², o Pantanal é a maior área inundável do mundo. Declarado pela Unesco “Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera”, constitui um ecossistema de grande importância e riqueza, situado ao sul do Mato Grosso e a noroeste do Mato Grosso do Sul, também englobando porções territoriais do norte do Paraguai e do leste da Bolívia.

Cerrado

É a região que contém a segunda maior formação vegetal brasileira. A presença de três das mais extensas bacias hidrográficas da América do Sul (Tocantins-Araguaia, São Francisco e Prata) na região favorece a sua biodiversidade.

A região do cerrado contribui atualmente com mais de 70% da produção de carne bovina do País e, graças à irrigação e a técnicas de correção do solo, é também importante na produção de grãos, principalmente soja, feijão, milho e arroz.

Países vizinhos

As Hipóteses de Emprego (HE) devem considerar que a conjuntura política atual e o poder de combate atribuído aos países vizinhos indicam ser pouco provável o desencadeamento de uma ope-

⁵ A quantidade de oxigênio que a floresta produz durante o dia, pelo processo da fotossíntese, é consumida à noite. Porém, em razão de seu potencial de causar alterações climáticas com repercussão em todo o Planeta, a Floresta Amazônica vem sendo chamada de “o condicionador de ar do Mundo”.

⁶ Avalia-se que atualmente ainda existem cerca de 50 grupos de indígenas arredios que nunca estabeleceram contato com o “mundo civilizado”. A problemática indígena brasileira atrai a atenção de inúmeras organizações, nacionais e internacionais, ligadas à Antropologia e aos Direitos Humanos.

ração ofensiva contra o Brasil por parte daqueles. Em operações defensivas, podemos considerar que os vizinhos se limitariam, com raras exceções, à condução de combates de resistência.

Por outro lado, na análise da situação, devemos levar em conta:

- os atuais fluxos migratórios, tanto de brasileiros para países vizinhos como de imigrantes oriundos de lá para várias regiões do Brasil. Esse fato, fruto de conjunturas sociais e econômicas, gera conseqüências com relação à segurança de brasileiros vivendo em outros países e ao acompanhamento das atividades desenvolvidas por estrangeiros no Brasil;
- o incremento das relações comerciais entre o Brasil e os países vizinhos, gerando, em algumas oportunidades, áreas de tensão em razão da defesa de interesses de empresas nacionais lá instaladas;
- a instabilidade política em alguns países vizinhos, que podem redundar em ameaças ou em riscos para os interesses do Brasil.

Considerações finais

Entre os grandes desafios do futuro para todo o mundo, por serem indispensáveis à sobrevivência da humanidade, merecem referência a falta de alimentos para atender uma população cada vez maior, a escassez de água potável, o esgotamento das jazidas minerais e a manutenção do meio ambiente, particularmente em face do já constatado aquecimento global.

A experiência tem demonstrado que as ingerências em assuntos internos de outros países e a intervenção não estão descartadas. Teorias questionáveis, que suscitam muitos debates em diversos foros internacionais, são amplamente defendidas com o objetivo principal de mobilizar a opinião pública mundial para obter a liberdade de ação que possibilite levar a cabo intervenções ilegítimas.

Assim, sob os mais variados argumentos, tais como o combate ao narcotráfico, a prote-

ção de minorias marginalizadas (como as “nações indígenas”, por exemplo) e a preservação do meio ambiente (questões ecológicas), entre outros, pressões alienígenas motivadas pelo interesse e pela cobiça sobre determinadas áreas estratégicas nacionais poderão continuar, ou mesmo serem incrementadas, obrigando o Governo brasileiro a adotar medidas e posturas, internas e externas, que possam responder a elas.

A importância crescente do Brasil na cena internacional possibilita que o País, cada vez mais, desponte como uma potência regional. A integração sul-americana é um dos principais objetivos de sua Política Externa brasileira. Mesmo assim, o País deve, pelo acompanhamento da evolução das conjunturas internas, por vezes conturbadas, de seus vizinhos, tomar providências que lhe permitam se antecipar a problemas que possam vir a prejudicar seus interesses no subcontinente.

Da mesma forma, consideramos fundamental acompanhar a conjuntura interna nacional, particularmente no que se refere ao incremento da violência por parte dos grupos ligados ao crime organizado. Vale lembrar que o nosso Exército tem sido chamado a cumprir missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), muito embora não seja essa uma tarefa para a qual se adestra com prioridade.

A responsabilidade perante a nação indica aos diversos setores que contribuem para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional, particularmente as Forças Armadas, a necessidade de um posicionamento proativo na antecipação dos problemas, possibilitando a obtenção de soluções que garantam a manutenção das capacidades necessárias ao cumprimento de suas missões constitucionais.

E a avaliação dos cenários apresentados no presente trabalho, ainda que de maneira sucinta, certamente auxiliarão nos planejamentos que devem orientar o preparo e o adestramento da Força Terrestre. ☉

A transformação da defesa

Da coletânea Reflexões sobre a evolução da Força Terrestre brasileira, do COTER

Considerações gerais

O término da Guerra Fria ampliou o espectro de interesse do setor de defesa dos países para além das ameaças tradicionais, direcionando o foco das atenções para as chamadas “novas ameaças”,¹ riscos aos quais todos eles estão submetidos, em maior ou menor grau.

A realidade atual é caracterizada pela existência de três cenários que podem vigorar de forma isolada ou simultânea. “O primeiro é a paz, à qual se acrescentou o adjetivo “relativa”, já que as novas ameaças são um fenômeno observado em um cenário de paz. O segundo é a crise, na qual as Forças Armadas deverão desenvolver e aprofundar medidas de dissuasão concretas, reais e plausíveis. O terceiro cenário é a guerra ou conflito, com o emprego militar dos meios de defesa. Estes três eventos poderão se entrelaçar e se combinar, uma vez que hoje as guerras não são declaradas, coexistindo com a paz e/ou a crise. Quanto mais compromissos estratégicos o país tiver, maior será o risco da simultaneidade dos eventos”.²

No cenário estratégico atual, então, o setor de defesa de cada país deverá estar em condições de cumprir a sua missão em pelo menos quatro situações principais:

- para superar as ameaças tradicionais;
- para ser empregado contra as chamadas “novas ameaças”;

– para cumprir com o seu papel nos compromissos estratégicos assumidos pelo país, tais como participar de operações de paz, por exemplo;

– para participar e apoiar ações destinadas ao desenvolvimento nacional.

Diante desse quadro, ficou muito clara a importância crescente da promoção de uma reforma dos setores de defesa nacionais, com o objetivo de desenvolver as capacidades necessárias para enfrentar tais ameaças, embora continue vigente a convicção de que o principal papel das forças armadas continua sendo a defesa da soberania nacional, cabendo a cada país a liberdade para definir um âmbito próprio de ameaças específicas.

Tal reforma, atualmente definida como “transformação”, é um processo que exige um expressivo empenho, visando à modificação do setor de defesa em todas as vertentes, desde a formação de seus recursos humanos até as suas doutrinas de emprego, passando naturalmente pelos novos equipamentos, a maior parte dos quais se baseiam na dinâmica tecnológica que tem caracterizado a evolução da própria sociedade.

Vejamos alguns aspectos importantes a considerar quando tratamos de transformação de defesa:

- de maneira geral, incide sobre as pessoas, a doutrina, a organização, os materiais e as instalações;
- deve propiciar a migração das Forças Armadas da era industrial para a era da informação; da situação de mobilização para a situação de prontidão;

¹ Entre outras, o narcotráfico, o desemprego em massa, a marginalidade social, a miséria, as migrações descontroladas, o terrorismo, o crime organizado, as violações dos direitos humanos, a degradação do meio ambiente, os desastres naturais e os causados pela ação humana.

² COVARRUBIAS, Jaime García. A Transformação da Defesa nos EUA e sua Aplicação na América Latina. *Military Review*. Maio/jun. 2005. Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/covarubias.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2007.

– busca dotar o país de forças militares modernas, as quais se caracterizam pela mobilidade; pela rapidez dos processos de planejamento, de decisão e de atuação; pela facilidade de sustentação logística; pelo maior apoio de modernas tecnologias da informação e pelo emprego de armamento de precisão. Uma força militar moderna deve ser, sobretudo, capaz de concretizar o seu objetivo no mais curto prazo de tempo possível, evitando operações prolongadas;³

– trata-se de um processo contínuo a desenvolver, não consistindo apenas em um objetivo a atingir em um determinado prazo.

Sabemos que o conflito do futuro terá como aspectos prioritários o controle de massas, a luta contra o crime organizado, o combate ao terrorismo internacional, as ações sobre a informação (mídia), a cooperação com órgãos nacionais e de outros países e a integração de todos os meios a serem empregados.

O espírito da transformação é claro, explícito. Trata-se de um processo destinado a possibilitar que o país se antecipe às mudanças naturais em assuntos da esfera militar e à implementação de um ambiente de cooperação, no qual impere a combinação de conceitos, de capacidades, de indivíduos e de organizações, explorando as vantagens da nação para protegê-la contra as vulnerabilidades assimétricas.

Essa tem sido uma preocupação de diversos países do Mundo, particularmente os mais desenvolvidos, dotados de poderio militar expressivo.

O Brasil desponta como um país que gradativamente vem alcançando papel de destaque no contexto das nações e, portanto, não po-

derá se manter alheio à necessidade de, o quanto antes, dar início ao processo gradual que possibilite a transformação do setor de defesa, de modo a ajustá-lo à sua estatura político-estratégica.

A transformação da defesa nos Estados Unidos da América — um modelo⁴

Ao término da Guerra do Vietnã, o setor de defesa norte-americano promoveu uma ampla revisão da atuação de suas forças naquele conflito, mantendo a prática do estudo das “lições aprendidas” que já vinha adotando há alguns anos. Neste contexto, foi criado, em 1973, o Comando de Adestramento e Doutrina do Exército dos EUA (*TRADOC*), no Forte Monroe (Virgínia), onde as experiências de combate passaram a ser revisadas, novos conceitos implementados e novos enfoques comparados, de modo a agilizar a evolução da doutrina de emprego de sua força terrestre.⁵

Nesse período, um dos ensinamentos considerados mais importantes foi a necessidade de se passar de um exército próprio da sociedade industrial (segunda onda) para um da era tecnológica e da informação (terceira onda). Essa mudança é tão profunda, que hoje, ao contrário do que ocorria na Segunda Guerra Mundial, um soldado na trincheira está tão informado a respeito da evolução política da guerra quanto a sociedade em geral (opinião pública) ou seus próprios comandantes.

Posteriormente, surgiu a necessidade estratégica de tentar conciliar a ação das Forças Armadas norte-americanas em dois teatros de

³ O atual ambiente de segurança exige a disponibilidade de forças para reagir com rapidez, com um curto ou mesmo nenhum aviso, logo no início de uma crise.

⁴ Resumo do trabalho: COVARRUBIAS, Jaime García. A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/covarrubias.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2007.

⁵ Atualmente as revisões, bianuais, levam a modificações (evoluções doutrinárias) que anteriormente eram possíveis apenas em períodos de cerca de 40 anos.

operações simultâneos.⁶ Acrescenta-se a isso o perigo da guerra assimétrica como a principal ameaça oriunda das chamadas “nações rebeldes”.⁷

Todos estes aspectos levaram à percepção da urgente necessidade de se realizar uma verdadeira “revolução em assuntos militares” (RAM), culminando, no início do século XXI, com o programa do então candidato George W. Bush de promover um processo de transformação militar.

Esta, com ênfase na guerra assimétrica, teve início quando o Presidente Bush assumiu o cargo e nomeou Donald Rumsfeld Chefe do Departamento de Defesa. No entanto, foram os atentados de 11 de setembro de 2001 que deram um novo enfoque ao projeto. Em outubro daquele ano, um oficial-general da Marinha foi designado para administrar o recém-criado Escritório de Transformação de Forças, subordinado ao Secretário Rumsfeld. A partir de então, foram produzidos vários documentos, tais como: *Defense Leaders on Transformation*, *DoD Six Transformation Goals*, *Training Transformation*, *Future Warfare Joint Vision 2020*, *Military Transformation (Strategic Approach)* e *Transformation Planning Guidance 2003*. Além disso, foram adotadas medidas para que o processo de transformação fosse estendido à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mantendo para isto um comando operacional na Europa e criando um novo comando de transformação da Otan, em Norfolk, (Virgínia), sob a direção de um oficial-general norte-americano. Desta forma, verificamos que o processo de transformação da Otan funciona em harmonia com o norte-americano.

Os EUA entendem por transformação o processo capaz de antecipar as mudanças naturais em assuntos da esfera militar e de cooperação, por intermédio de uma combinação de conceitos, capacidades, indivíduos e organizações, explorando as vantagens da nação e protegendo-se contra as vulnerabilidades assimétricas. Isso mantém uma posição estratégica adequada para sustentar a paz e a estabilidade mundiais. Um outro conceito mencionado é a “esfera de ação militar e cooperação”, abrangendo assim não somente a guerra. Outros conceitos importantes dizem respeito às necessidades de proteger-se das “ameaças assimétricas” e de “sustentar a posição estratégica”.⁸

Este processo de transformação se inclui na estratégia da *preemption* (antecipação), inaugurada após os acontecimentos de 11 de setembro, conceito que se diferencia da *prevention* (prevenção), já que se trata de uma resposta decididamente ofensiva diante de uma eventual ameaça que pareça ser iminente.⁹ De qualquer forma, a transformação militar consiste em gerar uma força militar que seja um instrumento real de ataque preventivo, isto é, rápido, de pronta resposta e letal.¹⁰

Para entender o correto significado da transformação, é necessário que se conheça bem o contexto dos objetivos da política de defesa e princípios estratégicos adotados pelos EUA. Os objetivos da política de defesa são proteger os aliados e amigos, dissuadir rivalidades militares, dissuadir ameaças aos interesses dos EUA e, se as medidas dissuasórias falharem, derrotar militarmente o inimigo. Por outro lado, os princípios estratégicos adotados são: defender os EUA e projetar o poder

⁶ Como, por exemplo, um eventual conflito simultâneo contra o Iraque e a Coreia do Norte, situação que exigiria enorme esforço logístico.

⁷ Neste tipo de guerra, as armas de destruição em massa e a neutralização do sistema tecnológico são consideradas os maiores perigos.

⁸ Departamento de Defesa dos EUA, *Transformation Planning Guidance*, abril 2003, p. 3.

⁹ Ao estabelecer a diferença entre *prevention* (prevenção) e *preemption* (antecipação), o autor entende que para aplicar esta última é necessário ser uma potência mundial.

¹⁰ O conceito foi lançado na *Estratégia Nacional de Segurança* (2002). Entretanto, o conceito é antigo e foi abordado por Beaufre e outros, em seu livro *Dissuasão e Estratégia*.

militar, controlar riscos, estreitar alianças, ter capacidades flexíveis e móveis, ampliar a posição global dos EUA e desenvolver uma ampla esfera de capacidades militares e transformar a defesa.¹¹

Portanto, o processo de transformação envolve o combate e a gestão das forças armadas, bem como a cooperação e a integração dos demais instrumentos do poder nacional.

A esse respeito, o então Secretário Rumsfeld foi muito claro ao afirmar que é inútil transformar apenas as Forças Armadas, deixando de lado o setor da defesa na sua totalidade. A estratégia consiste em modificar a cultura por intermédio de uma liderança inovadora e em modificar os processos e as capacidades por intermédio da transformação das Forças Armadas.

Os principais responsáveis pelo processo de transformação do setor de defesa norte-americano são o secretário de Defesa, o chefe do Estado-Maior Combinado e o diretor do Escritório de Transformação. Logo abaixo, as responsabilidades de execução estão a cargo dos comandos operacionais.

O processo de transformação do setor de defesa dos EUA em andamento serve aos seis objetivos operacionais identificados em 2001, a saber:

- proteger as bases críticas das operações;
- projetar e apoiar as forças impedindo o acesso das ameaças;
- negar refúgios ao inimigo;
- assegurar os sistemas de informação;
- fortalecer as capacidades dos sistemas espaciais; e
- desenvolver o sistema combinado de forças com informática e uma plataforma tecnológica adequada.

Este último ponto é o eixo fundamental do processo de transformação.¹²

A experiência que melhor comprova o progresso tecnológico do sistema de comando e controle norte-americano é o fato de que no desencadeamento inicial da guerra no Afeganistão — a primeira guerra deste século — o comandante das tropas não estava no teatro de guerra, mas na Flórida (EUA). Isso porque a plataforma tecnológica de seu quartel-general lhe assegurava maior eficiência estando na Flórida do que nas montanhas do Afeganistão. Em outras palavras, o comandante estava “mais próximo” de suas tropas, ficando na Flórida, do que se houvesse se deslocado para o Afeganistão.¹³

As bases sobre as quais se apóia o processo de transformação são basicamente as seguintes: explorar as vantagens de inteligência, desenvolver e experimentar conceitos e desenvolver a transformação das capacidades.¹⁴

Uma das medidas mais importantes e que vai ao encontro da transformação da defesa foi a decisão de organizar o sistema *Homeland Security*, encarregado da defesa do próprio território nacional. Desde a sua criação, o *Department of Homeland Security* (DHS) vincula-se ao projeto de transformação do setor da defesa, interagindo com este.

Como se sabe, as ações desenvolvidas em situações de crise e de conflito se dividem em três fases. Na primeira fase se convence, persuade (pelos meios diplomáticos) e dissuade (pela existência dos meios militares). Na segunda fase, consolida-se o poder coercitivo e na últi-

¹¹ Nos EUA, a diferença entre persuasão e dissuasão é entendida da seguinte forma: a primeira é uma atitude mais diplomática e a segunda dá maior ênfase ao instrumento militar. Veja *Dissuasion as a Strategic Concept*, *Strategic Forum*, de Richard Kugler, número 196, dezembro de 2002.

¹² Revisão Quadrienal de Defesa (*Quadrennial Defense Review — QDR*). Informação anual prestada pelo Departamento de Defesa para o Presidente do Congresso.

¹³ Esta situação foi amplamente debatida na imprensa durante os meses da guerra (para muitos militares antigos, esta situação inédita não era bem compreendida, gerando acalorados debates nos jornais da época).

¹⁴ Departamento de Defesa dos EUA: *Military Transformation, A Strategic Approach*, outono de 2003, p. 20-26.

ma fase se restaura a situação. Neste âmbito, comparando a ação — quanto à intensidade e à duração — das Forças Armadas em transformação com a das tropas tradicionais, verifica-se que as primeiras têm capacidade de participar com mais credibilidade na etapa dissuasiva, operar com maior potencial, rapidez e liberdade de ação, obtendo os resultados almejados em prazos mais curtos e com menores custos. Isso significa que se trata de forças aptas para a estratégia da antecipação.

Concluindo, a transformação está orientada para a estratégia da antecipação. Talvez a contravérsia esteja na atuação da força militar na etapa de restauração, pois como se sabe, as forças “transformadas” (ou em transformação) são mais qualitativas e dispõem de efetivos mais reduzidos. Esta situação é observada atualmente no Iraque, onde as mesmas forças que tiveram êxito na segunda fase (coercitiva) encontraram muitas dificuldades para cumprir suas tarefas na terceira fase (restauração), havendo a necessidade de se incrementar os efetivos das tropas de ocupação.

A transformação das Forças Armadas Portuguesas — um modelo¹⁵

*“As Forças Armadas constituem um elemento fundamental da soberania nacional e um instrumento essencial da componente externa da política de defesa”.*¹⁶

Nesta era da informação, as fontes e a distribuição de poder estão irremediavelmente alteradas. Qualquer entidade com acesso à rede global pode explorar o poder acumulado pelo conhecimento milenar de milhões de mentes.

Outrora, o território e o trabalho físico eram as maiores fontes de poder. Hoje, deram lugar ao intelecto, à informação e à tecnologia.¹⁷

Nesse âmbito, as inúmeras iniciativas instituídas para disseminar as vantagens da Sociedade da Informação e do Conhecimento terão de encontrar repercussão na modernização das Forças Armadas portuguesas (FA). O *Livro Branco da Defesa Nacional*, em 2001, afirmava que “o processo de reestruturação em curso nas Forças Armadas está indissociavelmente ligado à utilização de tecnologias de informação de gestão e comunicações, como instrumento indispensável para potenciar as capacidades operacionais e, simultaneamente, otimizar recursos”.¹⁸

a. Dimensão estratégica da transformação

A guerra, como produto do pensamento, sofre, naturalmente, mutações através dos tempos. A perspectiva atual da era da informação introduz uma complexidade maior no planeamento e execução das operações. Influenciada por imperativos globais, e catalisada por avanços tecnológicos, necessita de uma estratégia adequada ao seu emprego. Apesar da mudança do caráter da guerra, a estratégia, como resultante do pensamento militar, continuará a ser uma ciência e uma arte de desenvolver e utilizar o poder nacional para atingir fins políticos.

Na transformação militar, assumem principal preponderância os modos de ação estratégica, no sentido de gerarem, estruturarem e utilizarem os recursos. Nesse sentido, o General

¹⁵ Resumo do trabalho: VICENTE, João Paulo Nunes. Uma Reflexão Atual sobre a Transformação das Forças Armadas Portuguesas. *Air & Space Power Journal* [on line]. s.l. e s.d. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2007/4tri07.htm>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2008.

¹⁶ Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas portuguesas, por ocasião de discurso em cerimônia militar do dia 10 de junho de 2006.

¹⁷ ALBERTS, David S.; HAYES, Richard E. *Power to the Edge: command and control in the information age*. Washington D.C.: CCRP, 2003.

¹⁸ Ministério da Defesa Nacional. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Lisboa: MDN, 2001. p. 96.

Loureiro dos Santos define a *Estratégia Genética* como aquela que visa gerar os meios (humanos, materiais, doutrina e morais) para o cumprimento da missão, enquanto a *Estratégia Estrutural* visa à articulação desses meios.¹⁹ Intimamente ligada a estas, está a *Estratégia Operacional*, que determina “(...) como devem ser utilizados os meios existentes, atendendo às suas características e possibilidades, para se alcançarem os objetivos superiormente fixados”.²⁰

Nesta época dominada pelas operações centradas em rede, não poderemos esquecer que para operar uma capacidade na sua plenitude operacional é necessário que a Estratégia Genética, indispensável para a sua definição e edificação, tenha em consideração, para além dos custos de aquisição, os recursos necessários para a sua operação e sustentação.²⁰

b. Pressupostos e condicionantes da transformação nacional

Como consequência da situação económica nacional e de uma aparente, porém ilusória, redução das ameaças à segurança e à defesa de Portugal, emerge na sociedade portuguesa, da mesma forma nas congêneres europeias, uma percepção das Forças Armadas como um encargo desnecessário. Devemos por isso alertar para a necessidade de ser dada merecida divulgação e reconhecimento à contribuição das Forças Armadas para o desenvolvimento da sociedade, por

meio da realização de tarefas essenciais para o bem-estar da população.

Desde abril de 1986, mais de 20 mil militares portugueses participaram em teatros de operações internacionais, contribuindo para uma afirmação da política externa nacional. Os ensinamentos recolhidos nas inúmeras participações internacionais devem ser aproveitados para modernizar estruturas, conceitos e mentalidades.

Adicionalmente, a ênfase atual na capacidade de combate ao terrorismo, como estratégia ativa e ofensiva, representa uma afirmação de soberania, dignidade e prestígio nacionais. Nesse âmbito, Portugal pode ter necessidade de disponibilizar forças para a execução de operações preventivas, preemptivas²¹ ou operações de imposição ou manutenção de paz.

c. Definição de objetivos e orientação estratégica

A Constituição da República portuguesa estabelece que “a defesa nacional tem por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas” e que “incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais

¹⁹ SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *A Transformação Genética e Estrutural nas Forças Armadas*. In: MONSANTO, Ricardo; GARCIA, Francisco (coord.). *Seminário Portugal e a Transformação na Segurança e na Defesa*. Lisboa: AM/IAEM, 2004. p. 221.

²⁰ ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do. *A Transformação no Emprego de Forças*. In: MONSANTO, Ricardo; GARCIA, Francisco (coord.). *Seminário Portugal e a Transformação na Segurança e na Defesa*. Lisboa: AM/IAEM, 2004. p. 237.

²¹ É fundamental que se faça a distinção entre ataque preventivo e preemptivo. Ataque preemptivo, ou em antecipação, consiste em uma ação imediata com base na prova de que um inimigo está prestes a atacar (por exemplo, o ataque de Israel em 1967 contra o Egito). A guerra preventiva envolve operações militares para evitar um risco futuro plausível, mas hipotético (como os *raids* dos EUA contra a Líbia e a invasão do Iraque). Mesmo a França, que se opôs veementemente à invasão do Iraque, consagra, na sua lei de programação militar 2003-08, a possibilidade de uma ação preventiva, desde que reconhecida uma situação de ameaça explícita.

do Estado português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.²²

Portanto, constituem objetivos da política de defesa: a garantia da independência nacional, da integridade do espaço territorial, da liberdade e da segurança dos cidadãos e da salvaguarda dos interesses nacionais, como também no quadro de uma segurança cooperativa, a participação ativa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de caráter humanitário e de apoio à paz.

Luís Amado salienta que “a globalização das ameaças e dos riscos faz com que nenhum Estado, independentemente das suas capacidades militares, esteja hoje em condições de garantir por si só a sua própria segurança. (...) É neste contexto que a Aliança Atlântica, (...) procura adaptar-se às novas condicionantes geoestratégicas, no quadro de um exigente e complexo processo de transformação”. Acrescenta ainda que os desafios colocados pelo processo de transformação da Otan são também um importante “agente de mudança, modernizador das Forças Armadas portuguesas”.²³

O novo Conceito Estratégico Militar (CEM), aprovado em 2004, identifica e orienta os esforços de preparação e emprego das capacidades militares, definindo vários níveis de ambição para planeamento estratégico de forças, de acordo com cenários prováveis. A capacidade de empreender campanhas conjuntas e combinadas constitui uma resposta aos desafios do novo ambiente estratégico.

No que se refere ao componente terrestre, este deve ser capaz de assegurar o emprego sustentado e simultâneo de um batalhão em três teatros de operações; o empenho em alternativa de uma brigada em um único teatro de operações; capacidades para garantir a mobilidade tática e flexibilidade de emprego para conduzir operações de nível batalhão; a disponibilidade permanente de forças de operações especiais; meios orgânicos de defesa antiaérea de pontos sensíveis no território nacional; os meios de vigilância e controle do território nacional e outras missões de interesse público.

d. Condicionantes do potencial estratégico

A imposição da vontade nacional na arena internacional é potenciada por variados fatores, desde os geográficos, económicos e financeiros até políticos, históricos, psicológicos, militares ou, como sintetizado por Raymond Aron: espaço, recursos e a capacidade de ação coletiva.²⁴

No entanto, a concretização dos objetivos nacionais depara-se com um rol de obstáculos e condicionantes que impedem o fortalecimento do nosso potencial estratégico. Estes fatores incluem, entre outros, restrições orçamentárias; resistência cultural, organizacional e burocrática; efeitos decorrentes da sustentação dos sistemas de armas de legado e das aquisições em curso; vulnerabilidade das indústrias nacionais de defesa e tecnologia e implicações resultantes da adaptação de tecnologias civis em operações militares.

Apesar de não existir consenso nos diversos autores e escolas que estudam os fatores de potencial estratégico, passaremos a tecer algumas considerações sobre os aspectos de

²² Constituição da República portuguesa, *Diário da República*, nº 173, I série-A, 24 de julho de 2004.

²³ AMADO, Luís. O Diálogo do Mediterrâneo e o Futuro da OTAN. *Expresso* (8 Abr 2006): 25.

²⁴ ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.107.

ordem estrutural, tais como o fator financeiro, tecnológico e cultural, evidenciando os condicionantes para o processo de transformação das Forças Armadas.

1) Capacidade financeira

As despesas com a Defesa são amplamente conhecidas como insuficientes, tendo-se registrado sucessivas reduções abaixo da percentagem recomendada pela Otan (2% do Produto Interno Bruto — PIB). Verifica-se, contudo, que esta tendência se estende aos membros europeus da Otan, no seu conjunto.

Por outro lado, da análise das despesas resulta a constatação de gastos excessivos com pessoal, em detrimento das operações e equipamento. Tendo como referência o ano de 2003, a média dos países que integram a Otan de gastos com pessoal gira em torno de 54%, enquanto Portugal apresenta 78%. Quanto ao investimento efetuado em equipamento, referente ao mesmo ano, os membros da Otan investem cerca de 16% do seu orçamento de defesa, contra os 7% portugueses. Esta análise mostra que a repartição dos orçamentos está ainda longe das percentagens recomendadas de 50% para pessoal, 25% para operação e manutenção e 25% para investimento em equipamentos.

2) Inovação tecnológica

O aumento de produtividade característico da era da informação depende em larga escala da capacidade que as organizações demonstram em atrair, treinar e reter uma força de trabalho altamente especializada. Uma combinação de especialistas em tecnologias da informação com uma força mais bem educada para explorar a informação. No entanto, o atraso científico e tecnológico do país tem consequências nas Forças Armadas, colocando entraves ao recrutamento de recursos

especiais, ao mesmo tempo que diminui as oportunidades de colaboração nacional.

Por isso, é fundamental que as Forças Armadas estejam na primeira linha da inovação, por intermédio de exemplos de excelência e de sucesso, contribuindo para gerar um efeito mobilizador nacional, confirmando-se como um dos segmentos mais modernos do Estado, sendo em si mesmas um fator de modernização e de internacionalização de Portugal.

3) Cultura organizacional e vontade política

É normalmente aceito que os esforços para um processo de modernização se reduzem, em última análise, à capacidade financeira disponível. No entanto, o grande desafio do processo de transformação reside na mentalidade da sua liderança militar e política. Este período de revolução nos assuntos militares se estende para muito além da tecnologia, abarcando aspectos culturais e se refletindo na nossa forma de pensar. Concomitantemente, requer mudanças dramáticas na doutrina e nos conceitos organizacionais e operacionais. Assim, está implícito que, além de uma mudança tecnológica, serão necessárias mudanças na forma de pensar o uso da tecnologia. Subjacente a estas mudanças está a cultura militar, por muitos considerada como o fator mais importante na eficácia militar, assim como no processo de inovação entre guerras.

As organizações de grandes dimensões são extremamente conservadoras, avessas ao risco e altamente burocratizadas, características em conflito com a necessidade de inovação e mudança. A natureza das burocracias confere uma rigidez organizacional na busca de uma redução de risco e na manutenção da certeza dos resultados.

Essa combinação de fatores as torna resistentes à mudança, em virtude de poder afetar a sua estabilidade, tanto em nível das operações

do Estado português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.²²

Portanto, constituem objetivos da política de defesa: a garantia da independência nacional, da integridade do espaço territorial, da liberdade e da segurança dos cidadãos e da salvaguarda dos interesses nacionais, como também no quadro de uma segurança cooperativa, a participação ativa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de caráter humanitário e de apoio à paz.

Luís Amado salienta que “a globalização das ameaças e dos riscos faz com que nenhum Estado, independentemente das suas capacidades militares, esteja hoje em condições de garantir por si só a sua própria segurança. (...) É neste contexto que a Aliança Atlântica, (...) procura adaptar-se às novas condicionantes geoestratégicas, no quadro de um exigente e complexo processo de transformação”. Acrescenta ainda que os desafios colocados pelo processo de transformação da Otan são também um importante “agente de mudança, modernizador das Forças Armadas portuguesas”.²³

O novo Conceito Estratégico Militar (CEM), aprovado em 2004, identifica e orienta os esforços de preparação e emprego das capacidades militares, definindo vários níveis de ambição para planeamento estratégico de forças, de acordo com cenários prováveis. A capacidade de empreender campanhas conjuntas e combinadas constitui uma resposta aos desafios do novo ambiente estratégico.

No que se refere ao componente terrestre, este deve ser capaz de assegurar o emprego sustentado e simultâneo de um batalhão em três teatros de operações; o empenho em alternativa de uma brigada em um único teatro de operações; capacidades para garantir a mobilidade tática e flexibilidade de emprego para conduzir operações de nível batalhão; a disponibilidade permanente de forças de operações especiais; meios orgânicos de defesa antiaérea de pontos sensíveis no território nacional; os meios de vigilância e controle do território nacional e outras missões de interesse público.

d. Condicionantes do potencial estratégico

A imposição da vontade nacional na arena internacional é potenciada por variados fatores, desde os geográficos, económicos e financeiros até políticos, históricos, psicológicos, militares ou, como sintetizado por Raymond Aron: espaço, recursos e a capacidade de ação coletiva.²⁴

No entanto, a concretização dos objetivos nacionais depara-se com um rol de obstáculos e condicionantes que impedem o fortalecimento do nosso potencial estratégico. Estes fatores incluem, entre outros, restrições orçamentárias; resistência cultural, organizacional e burocrática; efeitos decorrentes da sustentação dos sistemas de armas de legado e das aquisições em curso; vulnerabilidade das indústrias nacionais de defesa e tecnologia e implicações resultantes da adaptação de tecnologias civis em operações militares.

Apesar de não existir consenso nos diversos autores e escolas que estudam os fatores de potencial estratégico, passaremos a tecer algumas considerações sobre os aspectos de

²² Constituição da República portuguesa, *Diário da República*, nº 173, I série-A, 24 de julho de 2004.

²³ AMADO, Luís. O Diálogo do Mediterrâneo e o Futuro da OTAN. *Expresso* (8 Abr 2006): 25.

²⁴ ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.107.

ordem estrutural, tais como o fator financeiro, tecnológico e cultural, evidenciando os condicionantes para o processo de transformação das Forças Armadas.

1) Capacidade financeira

As despesas com a Defesa são amplamente conhecidas como insuficientes, tendo-se registrado sucessivas reduções abaixo da percentagem recomendada pela Otan (2% do Produto Interno Bruto — PIB). Verifica-se, contudo, que esta tendência se estende aos membros europeus da Otan, no seu conjunto.

Por outro lado, da análise das despesas resulta a constatação de gastos excessivos com pessoal, em detrimento das operações e equipamento. Tendo como referência o ano de 2003, a média dos países que integram a Otan de gastos com pessoal gira em torno de 54%, enquanto Portugal apresenta 78%. Quanto ao investimento efetuado em equipamento, referente ao mesmo ano, os membros da Otan investem cerca de 16% do seu orçamento de defesa, contra os 7% portugueses. Esta análise mostra que a repartição dos orçamentos está ainda longe das percentagens recomendadas de 50% para pessoal, 25% para operação e manutenção e 25% para investimento em equipamentos.

2) Inovação tecnológica

O aumento de produtividade característico da era da informação depende em larga escala da capacidade que as organizações demonstram em atrair, treinar e reter uma força de trabalho altamente especializada. Uma combinação de especialistas em tecnologias da informação com uma força mais bem educada para explorar a informação. No entanto, o atraso científico e tecnológico do país tem consequências nas Forças Armadas, colocando entraves ao recrutamento de recursos

especiais, ao mesmo tempo que diminui as oportunidades de colaboração nacional.

Por isso, é fundamental que as Forças Armadas estejam na primeira linha da inovação, por intermédio de exemplos de excelência e de sucesso, contribuindo para gerar um efeito mobilizador nacional, confirmando-se como um dos segmentos mais modernos do Estado, sendo em si mesmas um fator de modernização e de internacionalização de Portugal.

3) Cultura organizacional e vontade política

É normalmente aceito que os esforços para um processo de modernização se reduzem, em última análise, à capacidade financeira disponível. No entanto, o grande desafio do processo de transformação reside na mentalidade da sua liderança militar e política. Este período de revolução nos assuntos militares se estende para muito além da tecnologia, abarcando aspectos culturais e se refletindo na nossa forma de pensar. Concomitantemente, requer mudanças dramáticas na doutrina e nos conceitos organizacionais e operacionais. Assim, está implícito que, além de uma mudança tecnológica, serão necessárias mudanças na forma de pensar o uso da tecnologia. Subjacente a estas mudanças está a cultura militar, por muitos considerada como o fator mais importante na eficácia militar, assim como no processo de inovação entre guerras.

As organizações de grandes dimensões são extremamente conservadoras, avessas ao risco e altamente burocratizadas, características em conflito com a necessidade de inovação e mudança. A natureza das burocracias confere uma rigidez organizacional na busca de uma redução de risco e na manutenção da certeza dos resultados.

Essa combinação de fatores as torna resistentes à mudança, em virtude de poder afetar a sua estabilidade, tanto em nível das operações

correntes como em nível dos aspectos doutrinários e do equilíbrio hierárquico.

Também a mentalidade terá de sofrer alterações, abandonando a perspectiva centrada na plataforma ou no ramo militar que a empresa, para uma visão centrada nas capacidades e nos efeitos resultantes do seu emprego. As lições aprendidas dos conflitos recentes revelam a necessidade de operação conjunta como multiplicadora da eficácia militar. Nesse sentido torna-se absolutamente necessária a formação e o treinamento conjuntos.

Este processo deverá ser alvo de precisa avaliação, tendo em conta que implica alterações para culturas, orçamentos e programas de cada ramo das Forças Armadas. As diferentes idéias sobre o futuro da Segurança e Defesa, assim como diferentes visões conceituais deste processo podem impedir a verdadeira transformação.

e. Orquestração das prioridades estratégicas de emprego das FA em operações internacionais

São condições indispensáveis para o cumprimento dos objetivos da Política de Defesa Nacional a adequada programação financeira dos recursos e a modernização seletiva dos equipamentos. No entanto, é necessário definir as prioridades de preparação e emprego desses recursos.

A relevância dessa definição será aumentada se conseguirmos estabelecer a importância relativa das capacidades, observando o contexto estratégico em que nos enquadrámos e a probabilidade de emprego de forças. Segundo os cenários prospectivos estabelecidos, é possível extrair uma ênfase considerável nas operações internacionais, na sua maior parte ações humanitárias e participações em operações de média ou baixa intensidade. No entanto, são revelados cenários de emprego de forças em ope-

rações de alta intensidade, o que coloca a tónica na necessidade de os pequenos poderes desenvolverem forças capazes de participar em operações no mais alto nível de exigência militar, denominadas nível 1.

Observa-se ainda que o nível de decisão internacional, nesta era de soberania partilhada, reflete a capacidade de participação militar em operações internacionais, mesmo em números reduzidos. Nesse âmbito, avança com a necessidade de Portugal, como pequeno poder, saber adaptar-se para aproveitar as vantagens relativas dessa condição:

- forças menores, porém capacidades mais alargadas (não significando mais baratas);
- peso relativo maior para o emprego do mesmo número de forças, à medida que as operações futuras tendem a reduzir o número de homens envolvidos;
- forças futuras com equipamento mais rápido facilitam mobilidade e sustentação;
- exigência acrescida em termos humanos, mais do que em termos materiais, fazendo emergir como vantagens relativas as capacidades associadas às forças portuguesas de versatilidade, adaptabilidade, diálogo e improvisação.

A priorização das funções operacionais deve refletir, por isso, um equilíbrio entre as funções cruciais e aquelas nas quais ganhos significativos possam ser alcançados com um investimento relativamente baixo.

O objetivo de conduzir operações militares em um ambiente sofisticado de informação é uma aspiração essencial para as operações futuras, implicando um Sistema de Forças Nacional flexível e com agilidade necessária para ser projetado e operar em conjunto com as forças de coligação, em um equilíbrio entre capacidades nacionais e aliadas.

Esta priorização estratégica deve abranger um espaço temporal de 15 a 20 anos, identificando a gama de funções militares a serem conduzidas em um ambiente em rede e o nível de ligação requerido. Só por essa definição e priorização é que será possível orientar os esforços de investigação, desenvolvimento e aquisição.

O imperativo de transformar torna-se implícito nesta abordagem, quando, a partir do momento em que os outros se transformam, não nos resta alternativa. É uma necessidade, ou fatalidade. É uma transformação seletiva assentada na ligação em rede de capacidades operacionais essenciais que garantam a eficácia e a eficiência na execução das missões militares superiormente determinadas, desde operações de combate, operações em tempo de paz, operações interagências ou operações de não-combate em coligação.

f. Aferição dos esforços de mudança

Considerando o modelo estabelecido por Thomas Mahnken²⁵ para avaliar o progresso das organizações militares, com base em potenciais indicadores de transformação, podemos extrair paralelismos que enquadrem o esforço nacional. Segundo esse autor, as organizações militares desenvolvem novas aproximações ao combate em três fases distintas, mas complementares: especulação, experimentação e implementação. No entanto, a definição de um modelo não estará completa se não forem estabelecidos indicadores da mudança que permitam avaliar o sucesso das medidas implementadas.

Em uma primeira fase de especulação e debate acadêmico, podemos estabelecer como indicadores de sucesso a abundância de estudos acadêmicos e instituições que procedam à análise e divulgação dos princípios da nova ciência militar. De forma complementar, a análise dos conflitos e dos esforços internacionais de inovação permitem retirar lições valiosas.

Em uma fase posterior de experimentação, pretende-se que sejam estabelecidas organizações responsáveis por projetos piloto, no âmbito de desenvolvimento de conceitos e experimentação, aplicando os novos métodos de combate em “jogos de guerra” e na formação de unidades militares experimentais.

Na fase final de implementação, é essencial o comprometimento da liderança, apoiando os novos processos por meio da atribuição de recursos e do desenvolvimento de uma estratégia formal de transformação. A preparação de unidades militares inovadoras e a revisão doutrinária, organizacional e tecnológica, permitem um acréscimo do produto operacional das Forças Armadas.

1) Fase de especulação

Apesar de estarmos atravessando um período fértil de discussão acadêmica, não há ainda documentos oficiais sobre a temática, pelo menos de consulta aberta ao público. Os poucos estudos disponíveis a ele em geral são incipientes na sua abrangência e não estabelecem as ambições estratégicas neste campo ou um plano de ação detalhado para a transformação das Forças Armadas. Como consequência disso, durante a fase de pesquisa para este estudo, registramos grandes dificuldades em encontrar diretivas oficiais sobre a temática da

²⁵ MAHNKEN, Thomas. *The Diffusion of the Emerging RMA in Asia: A Preliminary Assessment*. In: GOLDMAN, Emily; MAHNKEN Thomas (eds.). *The information Revolution in Military Affairs in Asia*. New York: Palgrave MacMillan, 2004. p. 212-214.

transformação. Anseia-se, então, por um incremento da discussão pública, a começar pela produção e disseminação de documentação oficial.

2) Fase de experimentação

Apesar de esforços em nível do Estado-Maior Geral para estabelecer uma célula de desenvolvimento de conceitos e experimentação, as competências nacionais no âmbito da modelação e simulação, particularmente em ambientes em rede, estão em fase inicial de harmonização de métodos, programas e atividades de um modo integrado. Esta área de desenvolvimento é encarada como crucial para testar e incorporar novas metodologias e avanços tecnológicos.

De forma separada, os vários ramos desenvolvem projetos experimentais, como o “Soldado do Futuro” do Exército ou o desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados por parte da Força Aérea. Em nível da simulação e jogos de guerra, são conhecidos, entre outros, o sistema VIGRESTE,²⁶ utilizado pelo Exército, os sistemas de simulação de condições de navegação, empregados pela Marinha ou os sistemas de simulação de vôo desenvolvidos para o treinamento de pilotos da Força Aérea.

3) Fase de implementação

A modernização, do ponto de vista das capacidades, terá de ser acompanhada por uma transformação estratégica das vontades, dos processos e da organização; uma transformação de mentalidades, em uma perspectiva *top-down*,

desde o nível estratégico até os elementos de cada força.

Uma liderança consciente e determinada promove uma melhor e mais rápida aceitação e adesão dos escalões subordinados a uma nova mentalidade. Simultaneamente e de forma complementar, torna-se necessária uma aproximação *bottom-up* de elementos convictos que sirvam de exemplo e motivem os seguidores, constituindo-se como uma base ampla de “guerreiros do conhecimento”.

Partindo da premissa de que existe a vontade de mudar, podemos afirmar que o processo de adesão à mudança se baseia em uma aproximação por blocos, começando pela base que sustenta um processo de transformação mais audacioso e a longo prazo.

A interoperabilidade em todos os níveis é um catalisador desse processo, tornando-se fundamental para a consciência situacional e para decisões oportunas. Tanto os sistemas como as organizações, e mesmo os indivíduos, têm de funcionar de forma eficaz em conjunto. Devemos, por isso, fomentar uma convergência doutrinária entre as Forças Armadas europeias, procurando alcançar uma capacidade de operação em rede.

g. Modelo estratégico de transformação das Forças Armadas

Apesar de não existir um único modelo para a transformação, reconhecemos como proposta mais indicada a tríade composta por *visão, cultura e avaliação*.²⁷

²⁶ VIGRESTE — Visualização Gráfica e Estudo do Terreno em Modelo Digital 3D. O projeto VIGRESTE corresponde a uma aplicação na área da simulação e ajuda à decisão, englobando, entre outros aspectos, a Visualização Gráfica e Estudo do Terreno (2D e 3D), para apoio ao planeamento e ações de Estado-Maior, bem como simulação nas diferentes áreas (temas táticos, tiro, sistemas de armas, comunicações, guerra eletrônica etc.).

²⁷ McCLINTOCK, Bruce. *Transformation Trinity: Vision, Culture, Assessment*. Joint Force Quarterly, Washington D.C., n° 26. Institute for National Strategic Studies (outono de 2000). p. 27-31.

Segundo este modelo, o processo de transformação é facilitado quando a liderança de topo articula uma visão coerente e congruente da conduta futura de combate. Esta incerteza do ambiente estratégico realça a importância do gênio visionário do líder militar e civil. A sua ação pode catalisar ou sabotar quaisquer iniciativas de inovação, à medida que a liderança é uma arte de influência sobre um grupo para alcançar um objetivo comum. Considerando uma organização, o nível estratégico de liderança influencia a sua cultura.

A cultura militar é o principal catalisador da inovação militar, encorajando o debate vigoroso sobre o futuro da organização, o estudo e a experimentação durante os períodos entreguerras. O líder transformacional, à semelhança dos seus antecessores, continua a necessitar das competências científicas, aliadas aos conhecimentos técnicos e da arte operacional para inovar e influenciar a cultura da organização.

Quando esta visão é disseminada por uma cultura militar receptiva a teorias inovadoras, resta complementar esta tríade com uma avaliação honesta das metas propostas. Estas dimensões são constantemente influenciadas pelo ambiente estratégico no qual decorre a transformação, impedindo uma previsão quantitativa dos resultados.

A visão desgarrada de uma estratégia para a sua operacionalização não sobrevive. Para ser disseminada e fazer perdurar no tempo os seus efeitos, terá de ser integrada em uma estratégia nacional, com objetivos, prioridades, linhas de ação, indicadores e metas de avaliação.

h. Considerações finais

“Todo planeamento estratégico-militar deriva da visão que se tem da guerra futura, que resulta de uma interpretação teórica sobre a(s) guerra(s) passada(s) e as suas possibilidades de evolução”.²⁸

Nesta era da informação, os problemas de segurança são cada vez mais complexos e as situações evoluem de forma mais dinâmica, com efeitos imprevisíveis. A previsão e o planeamento estratégico se tornam tarefas complexas e paradoxais.

O planeamento tradicional, com base em ameaças, satisfaz as necessidades de segurança, mas não se mostrou adequado para o novo ambiente estratégico. A adoção do planeamento com base em capacidades, apesar de mais indicado, ainda possui algumas características indesejáveis, como por exemplo, a incapacidade de decidir, com certeza razoável, sobre quais as capacidades mais indicadas.

Estamos em uma fase embrionária de mudança, na qual qualquer conclusão deve ser encarada como sugestão, proporcionando um incentivo para a reflexão profunda sobre esta temática. No entanto, apesar da ambigüidade e incerteza do futuro, uma coisa é certa: **a transformação irá acontecer.** É uma fatalidade. A grande dificuldade é determinar quando, quanto, de que forma e com que conseqüências. A resposta depende, entre outros elementos, da definição da ambição operacional, da ameaça esperada, das capacidades desejadas e dos recursos disponíveis. ☺

²⁸ DUARTE, António Duarte. A Visão de Guerra Total no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, Lisboa, nº 112. Instituto da Defesa Nacional, Outono/Inverno de 2005. p. 35.

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2007

TÍTULOS

- "A ESTRADA PARA O TERROR" – AINDA A HISTORIOGRAFIA COMUNISTA – *Carlos I. S. Azambuja*, n. 808, p. 14.
- BRASIL E O EIXO DO PACÍFICO, O – *Mario Gibson Barboza*, n. 807, p. 48.
- CANUDOS: UMA TRAGÉDIA NACIONAL – *José de Sá Martins*, n. 809, p. 41.
- CARLOS DE MEIRA MATTOS E A REVITALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA – *Hiram Câmara*, n. 807, p. 11.
- CARTAS DE UM VISIONÁRIO: MARECHAL RONDON – *Olimpio Cruz Neto*, n. 807, p. 76.
- CASA HISTÓRICA DE DEODORO, A – *João Rogério de Souza Armada*, n. 807, p. 3.
- CERCO AO BRASIL, O – *José Sarney*, n. 808, p. 50.
- CHINA E ÍNDIA NUM MUNDO CADA VEZ MAIS PLANO – *Carlos I. S. Azambuja*, n. 807, p. 16.
- COM A INDIFERENÇA DE UM DEUS – *Janer Cristaldo*, n. 807, p. 27.
- CRISE DE VALORES – *Boris Fausto*, n. 807, p. 80.
- DEFESA NACIONAL NA AGENDA LEGISLATIVA BRASILEIRA: UM BALANÇO CRÍTICO, A – *Luís Alexandre Fuccille*, n. 807, p. 63.
- DESDE 2001, CRESCIMENTO FAVORECE POBRES – *Marcelo Billi*, n. 807, p. 86.
- DE VOLTA AOS MITOS REVOLUCIONÁRIOS DO TERCEIRO MUNDO – *Jarbas Passarinho*, n. 807, p. 30.
- DEVASTAÇÃO GRAMSCISTA – *Ipojuca Pontes*, n. 808, p. 18.
- DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E OPERAÇÕES DE PAZ: INTERAÇÃO ENTRE OS MILITARES E AS ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA – *Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti*, n. 808, p. 33.
- DOIS COLOSSOS EMERGENTES: ÍNDIA E CHINA, FRENTE A FRENTE – *Rafael Poch*, n. 807, p. 20.
- ESTADO HEGEMÔNICO, HERANÇA DO PATRIMONIALISMO PORTUGUÊS, O – *Francisco Ferraz*, n. 807, p. 51.
- EUA E EUROPA ESTÃO PRÓXIMOS DE ACORDO QUE ABRE PORTAS AO BRASIL – *Do Financial Times*, n. 807, p. 88.
- EUA: PAÍS SATÉLITE? – *Manuel Cambeses Júnior*, n. 807, p. 46.
- EXÉRCITO DÁ PARTIDA AO PROGRAMA VBTP-MR – *Nelson Düring*, n. 808, p. 57.
- FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA – *Heitor de Paola*, n. 807, p. 22.
- FRAGMENTO DA ESCRAVIDÃO, UM – *Boris Fausto*, n. 807, p. 54.
- GENERAL-DE-DIVISÃO CARLOS DE MEIRA MATTOS – A Defesa Nacional – Homenagem, n. 807, p. 11.
- GENERAL MEIRA MATTOS – *Israel Blajberg*, n. 807, p. 14.
- GUERRILHA COLOMBIANA, UM PROBLEMA DE TODOS, A – *José Fernando de Maya Pedrosa*, n. 809, p. 30.
- HORROR – *Nilson Mello*, n. 807, p. 82.
- ÍNDIOS JÁ DOMINAM 52% DE RORAIMA – *Nilder Costa*, n. 809, p. 38.
- DO CLUBE MILITAR À CASA HISTÓRICA DE DEODORO – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, n. 807, p. 9.
- INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA – *Paulo Roberto Costa e Silva*, n. 809, p. 11.
- ISLÃ RADICAL E O MUNDO OCIDENTAL, O – *Manuel Cambeses Júnior*, n. 807, p. 45.
- LINHAS MESTRAS DA DOCTRINA BRASILEIRA DE DEFESA – *Reinaldo Nonato de Oliveira Lima*, n. 808, p. 3.
- MINISTÉRIO INDEFESO – *J. A. do Nascimento Brito*, n. 807, p. 89.
- NOVA GEOPOLÍTICA E A DEFESA MILITAR DA EUROPA, A – *Delano Teixeira Menezes*, n. 809, p. 75.
- OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – *DO ALERTA CIENTÍFICO e AMBIENTAL Ano 13 | nº 15 | 10 a 16 de abril de 2006*, n. 807, p. 58.
- OLHAR CRÍTICO SOBRE O BRASIL: COMO EXERCER O QUARTO PODER DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA – *Arnaldo Jabor*, n. 807, p. 56.

ONU AUTORIZA BRASIL A AMPLIAR LIMITES DE SUA FRONTEIRA MARÍTIMA – *Tânia Monteiro*, n. 808, p. 60.
OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS (EBO): REALIDADE OU ENGODO? – *Tacarijü Thomé de Paula Filho*, n. 808, p. 27.

PACIFISMO ATIVO: UTOPIA OU REALIDADE? – *Germano Seidl Vêda*, n. 809, 3º Q, p. 91.

PAC PRECISA DAR CERTO PARA QUE O BRASIL CRESÇA, O – *Klaus Kleber. Entrevista com João Paulo dos Reis Velloso*, n. 807, p. 92.

PARLAMENTO INDÍGENA, O – *De O Estado de S. Paulo*, 19. 02. 2006, n. 807, p. 79.

PERIGO VENEZUELANO – *Luiz Gonzaga Schroeder Lessa*, n. 809, p. 34.

PLANO NUCLEAR PREVÊ SEIS NOVAS USINAS – *Nicola Pamplona*, n. 807, p. 91.

PODER DOS NOVOS LÍDERES, O – *Cynthia Rosenburg*, n. 807, p. 85.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – *Klaus Brinkbäumer e Ullrich Fichtner*, n. 808, p. 44.

PRESIDENTE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI – *Crônica de Nelson Rodrigues*, n. 808, p. 62.

PRIMEIRO MUNDO: O OURIÇO E A RAPOSA – *Arnaldo Gonçalves*, n. 807, p. 83.

PRINCÍPIOS DE SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL – *Ives Gandra da Silva Martins*, n. 809, p. 3.

PROCESSO DE DESMONTAGEM DO ESTADO, O – *Manuel Cambeses Júnior*, n. 808, p. 22.

RECORDANDO UM ESTADISTA: REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 – *Jarbas Passarinho*, n. 807, p. 74.

REVOLUÇÃO DE TRINTA: A AÇÃO TENENTISTA GARANTIU A VITÓRIA – *Davis Ribeiro de Sena*, n. 809, p. 57.

REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS GERAIS, A: EMPREGO DO AVIÃO – *Alcyr Lintz Geraldo*, n. 809, p. 63.

SEM HIPOCRISIA – Entrevista com José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro – *Ronaldo Soares e Oscar Cabral*, n. 808, p. 51.

SETECAPÍTULOS DE UMA CONTURBADA RELAÇÃO, OS – *Manuel Cambeses Júnior*, n. 809, p. 9.

SOCIALISMO DO SÉCULO XXI – *Boaventura de Sousa Santos*, n. 808, p. 20.

SOLDADO PROFISSIONAL OU VOLUNTÁRIO? – *Orlando Pessanha Encarnação Filho*, n. 807, p. 32.

TEORIAS GEOPOLÍTICAS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS – *Roberto Machado de Oliveira Mafra*, n. 809, p. 69.

TIGRE DE PAPEL – *Guy Sorman* – Tradução: *Rodrigo Garcia*, n. 808, p. 24.

“TUDO DOMINADO...” – *Jarbas Passarinho*, n. 808, p. 55.

VISÃO SECESSIONISTA ATRAVÉS DOS TEMPOS – *Manuel Cambeses Júnior*, n. 807, p. 44.

AUTORES

A DEFESA NACIONAL, *Homenagem, General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos* – v. 807, p. 11.

ALERTA CIENTÍFICO E AMBIENTAL, *Obstáculos à integração e ao desenvolvimento da Amazônia brasileira* – v. 807, p. 58.

ARMADA, João Rogério de Souza, *A casa histórica de Deodoro* – v. 807, p. 3.

AZAMBUJA, Carlos I. S., *China e Índia num mundo cada vez mais plano*, v. 807, p. 16; “*A estrada para o terror*” – ainda a historiografia comunista – v. 808, p. 14.

BARBOZA, Mario Gibson, *O Brasil e o eixo do Pacífico* – v. 807, p. 48.

BILLI, Marcelo, *Desde 2001, crescimento favorece pobres* – v. 807, p. 86.

BLAJBERG, Israel, *General Meira Mattos* – v. 807, p. 14.

BRINKBÄUMER, Klaus; FICHTNER, Ullrich, *Preservação do meio ambiente* – v. 808, p. 44.

BRITO, J.A. do Nascimento, *Ministério indefeso* – v. 807, p. 89.

CÂMARA, Hiram, *Carlos de Meira Mattos e a revitalização da geopolítica* – v. 807, p. 11.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel, *EUA: país satélite?* – v. 807, p. 46; *O Islã radical e o mundo ocidental* – v. 807, p. 45; *O processo de desmontagem do Estado* – v. 808, p. 22; *Sete capítulos de uma conturbada relação* – v. 809, p. 9; *Visão secessionista através dos tempos* – v. 807, p. 44.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes, *Direito Internacional Humanitário e Operações de Paz: interação entre os militares e as organizações de assistência humanitária* – v. 808, p. 33.

COSTA, Nilder, *Índios já dominam 52% de Roraima* – v. 809, p. 38.

CRISTALDO, Janer, *Com a indiferença de um deus* – v. 807, p. 27.

CRUZ NETO, Olímpio, *Cartas de um visionário: Marechal Rondon* – v. 807, p. 76.

DE PAOLA, Heitor, *Falsificações da História* – v. 807, p. 22.
DÜRING, Nelson, *Exército dá partida ao programa VBTP-MR* – v. 808, p. 57.

ENCARNAÇÃO FILHO, Orlando Pessanha, *Soldado profissional ou voluntário?* – v. 807, p. 32.

FAUSTO, Boris, *Crise de valores* – v. 807, p. 80; *Um fragmento da escravidão* – v. 807, p. 54.

- FERRAZ, Francisco, *O Estado hegemônico, herança do patrimonialismo português* – v. 807, p. 51.
- FINANCIAL TIMES, *EUA e Europa estão próximos de acordo que abre portas ao Brasil* – v. 807, p. 88.
- FUCCILLE, Luís Alexandre, *A Defesa Nacional na agenda legislativa brasileira: um balanço crítico* – v. 807, p. 63.
- GERALDO, Alcyr Lintz, *A Revolução de 1930 em Minas Gerais: emprego do avião* – v. 809, p. 63.
- GONÇALVES, Arnaldo, *Primeiro Mundo: o ouriço e a raposa* – v. 807, p. 83.
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL, *Do Clube Militar à Casa Histórica de Deodoro* – v. 807, p. 9.
- JABOR, Arnaldo, *Olhar crítico sobre o Brasil: como exercer o quarto poder do jornalismo na democracia* – v. 807, p. 56.
- KLEBER, Klaus, *O PAC precisa dar certo para que o Brasil cresça. Entrevista com João Paulo dos Reis Velloso* – v. 807, p. 92.
- LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder, *Perigo venezuelano* – v. 809, p. 34.
- LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira, *Linhas mestras da doutrina brasileira de Defesa* – v. 808, p. 3.
- MAFRA, Roberto Machado de Oliveira, *Teorias geopolíticas e cenários prospectivos* – v. 809, p. 69.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva, *Princípios de soberania e autodeterminação dos povos na política internacional* – v. 809, p. 3.
- MARTINS, José de Sá, *Canudos: uma tragédia nacional* – v. 809, p. 41.
- MELLO, Nilson, *Horror* – v. 807, p. 82.
- MENEZES, Delano Teixeira, *A nova geopolítica e a defesa militar da Europa* – v. 809, p. 75.
- MONTEIRO, Tânia, *ONU autoriza Brasil a ampliar limites de sua fronteira marítima* – v. 808, p. 60.
- O ESTADO DE S. PAULO, *O parlamento indígena* – v. 807, p. 79.
- PAMPLONA, Nicola, *Plano nuclear prevê seis novas usinas* – v. 807, p. 91.
- PASSARINHO, Jarbas, *De volta aos mitos revolucionários do Terceiro Mundo* – v. 807, p. 30; *Recordando um estadista: Revolução de 31 de março de 1964* – v. 807, p. 74; *"Tudo dominado"...* – v. 808, p. 55.
- PAULA FILHO, Tacarijú Thomé de, *Operações baseadas em efeitos (EBO): realidade ou engodo?* – v. 808, p. 27.
- PEDROSA, José Fernando de Maya, *A guerrilha colombiana, um problema de todos* – v. 809, p. 30.
- POCH, Rafael, *Dois colossos emergentes: Índia e China, frente a frente* – v. 807, p. 20.
- PONTES, Ipojuca, *Devastação gramscista* – v. 808, p. 18.
- RODRIGUES, Nelson, *Presidente Emilio Garrastazu Médici* – v. 808, p. 62.
- ROSENBERG, Cynthia, *O poder dos novos líderes* – v. 807, p. 85.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Socialismo do século XXI* – v. 808, p. 20.
- SARNEY, José, *O cerco ao Brasil* – v. 808, p. 50.
- SENA, Davis Ribeiro de, *Revolução de Trinta: a ação tenentista garantiu a vitória* – v. 809, p. 57.
- SILVA, Paulo Roberto Costa e, *Integração sul-americana* – v. 809, p. 11.
- SOARES, Ronaldo; CABRAL, Oscar, *Sem Hipocrisia* – Entrevista com José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro – v. 808, p. 51.
- SORMAN, Guy – Tradução: GARCIA, Rodrigo, *Tigre de papel* – v. 808, p. 24.
- VIDAL, Germano Seidl, *Pacifismo ativo: utopia ou realidade?* – v. 809, p. 91.



(Fundada em 7 de outubro de 1993)

(Entidade de Utilidade Pública e Beneficente de Assistência Social)

ENTIDADES CONVENIADAS

EXÉRCITO BRASILEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RJ
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS – RJ
MUNICÍPIO DE MACAÉ – RJ
ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO – DIOCESES LOCAIS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RIO CRIANÇA CIDADÃ

ORGANIZAÇÕES MILITARES UNIDADES DE ASSISTÊNCIA COMANDO MILITAR DO LESTE

DPEP – CAEx – EsMB – EsCom – EsIE – 1º D Sup – 5ª DL
1º BGd – 2º BIMtz (Es) – BEsCom – 32º BIMtz
56º BIMtz – 57º BIMtz (Es) – CIPqdt Gen P Brasil – 2º RCGd
31º GAC (Es) – BEsEng – CPOR/RJ – 9ª Bta AAAé – EsSEx

**JUNTE-SE A NÓS
FALE CONOSCO
VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET**

TEL: (21) 2519-5454

FAX: (21) 2233-7358

E-mail: contatos@abrcc.com.br

Site: www.abrcc.com.br



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.com.br